



Universidades Lusíada

Bondoso, António Augusto

CPLP e lusofonia na globalização

<http://hdl.handle.net/11067/2881>

Metadata

Issue Date 2012

Abstract Os efeitos da Globalização Competitiva e as respostas que urge encontrar, quer ao nível da integração económica regional, quer ao nível dos espaços culturais - no sentido de afirmação geopolítica na cena internacional - tem gerado aceso debate no âmbito mais vasto das relações internacionais. Após a descolonização na Ásia e sobretudo na África ao sul do Sahara, duas das grandes potências europeias - França e Inglaterra - desenvolveram interessantes movimentos de cooperação com as suas ex-colónia...

The effects of Competitive globalization and the answers that we urge to find, both at the level of regional economic integration, and cultural spaces in the sense of geopolitical statement on the international scene - has generated heated debate in the wider framework of international relations. After the decolonization in Asia and especially in Africa south of Sahara, two of the major European powers France and England - have developed interesting movements of cooperation with their former co...

Keywords Relações Internacionais, CPLP, Lusofonia, Língua portuguesa, Globalização

Type masterThesis

Peer Reviewed No

Collections [ULP-FD] Dissertações

This page was automatically generated in 2023-06-20T01:34:18Z with information provided by the Repository



UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

FACULDADE DE DIREITO

CPLP E LUSOFONIA NA GLOBALIZAÇÃO

António Augusto Bondoso

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em
Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Doutor
Fernando de Sousa.

PORTO

2011

AGRADECIMENTOS

Por justiça ao meu orientador, Prof. Doutor Fernando de Sousa – pela disponibilidade manifestada e pelo interesse na investigação que sempre soube transmitir-me em todo o percurso académico; ao Prof. Doutor Adriano Moreira que, apesar da sua agenda preenchida, teve um espaço para me indicar, sem tabus, caminhos de investigação para este trabalho; aos Embaixadores Pedro Motta Pinto Coelho e Lauro Moreira – actual e ex-Chefe de Missão do Brasil junto da CPLP – pela abertura manifestada; ao Instituto Camões, nas pessoas da presidente Doutora Ana Paula Laborinho e vice-presidente Dr. Mário Filipe – pela gentileza das conversas e pela disponibilização dos “valores” da Língua; a todos os camaradas que me acompanharam neste percurso, com os quais troquei experiências e conhecimento e, naturalmente, a todos os Professores que quiseram e me ajudaram a partilhar saberes. Sem desprimor ou sentimento de ingratidão para qualquer dos outros – da simples carteira da escola primária, passando pelas salas do ensino secundário e da vetusta Universidade de Coimbra, até à Lusíada do Porto – gostaria de destacar, ainda, nesta recente caminhada, Paula Santos, Teresa Cierco, Joel Mata e, de forma muito particular, a proximidade de Paulo Amorim.

ÍNDICE

RESUMO.....	6
ABSTRACT	7
PALAVRAS-CHAVE.....	8
SIGLAS E ABREVIATURAS	9
INTRODUÇÃO	11
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	15
1.1. A CONJUNTURA INTERNACIONAL NO PÓS GUERRA FRIA	16
1.2. A GLOBALIZAÇÃO	19
1.3. A LUSOFONIA	25
1.4. LUSOFONIA:- ESPAÇO(S), CONCEITOS E PRECONCEITOS	28
1.5. TIMOR-LESTE, MOÇAMBIQUE E ANGOLA.....	32
1.6. AFINAL, MACAU... E A CHINA	36
1.7. GEOPOLÍTICA (DA) E LUSOFONIA.....	39
1.8. OS ESPAÇOS CULTURAIS...E A “GUERRA DA LUSOFONIA”.....	48
1.9. LUSOFONIA GLOBALIZADA.....	53
2. A CPLP	57
2.1. SUA GÉNESE	59
2.2. ANTECEDENTES “PRÓXIMOS E HISTÓRICOS” DA CPLP	60
2.3. NOVO RUMO COM O 25 DE ABRIL DE 1974	61
2.4. DIVERGÊNCIAS...APESAR DO EMPENHAMENTO	64
2.5. OBJECTIVOS E PILARES FUNDAMENTAIS	67
2.6. ESTRUTURA ORGÂNICA E FUNCIONAMENTO.....	69
2.7. A REALIDADE HOJE...OU A MAIORIDADE AOS 15 ANOS	69
2.8. ESPAÇO POLÍTICO...	70
2.9. TAMBÉM ESPAÇO POLÉMICO	73
2.10. CPLP NÃO É UM ÉMULO DA COMMONWEALTH OU DA FRANCOFONIA ...	77
2.11. ORGANIZAÇÃO MUITO ORIGINAL	78
3. OS VALORES DA LÍNGUA	82
3.1. O PORTUGUÊS É UMA DAS LÍNGUAS “SUPERCENTRAIS”	84
3.2. BENEFÍCIOS PARA O UTILIZADOR E VALOR NO MERCADO DE TRABALHO	86

3.3. O “DESAFIO” DE CONTORNAR A “CRISE”...PARA RESPONDER A DESAFIOS DECISIVOS.....	88
4. OUTROS “DESAFIOS” QUE SE COLOCAM À LUSOFONIA E À CPLP NA ACTUALIDADE	91
4.1. PONTOS CRÍTICOS... DESAFIOS COMPLEXOS.....	92
CONCLUSÃO	95
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	98
ANEXOS	112
ANEXO I DECLARAÇÃO CONSTITUTIVA DA CPLP.	113
ANEXO II ÓRGÃOS DA CPLP E SEU FUNCIONAMENTO	117
ANEXO III JORNAL <i>THE NATION</i> , BANGKOK	119

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Fig.1 - A Geopolítica do Atlântico.....	41
Fig.2 - Mapa das Comunidades Lusófonas.....	55
Fig.3 - Estados-membros da CPLP.....	58
Fig.4 - Acto Constitutivo da CPLP.....	67
Fig.5 - Impacto da língua no PIB.....	86
Fig.6. - O “Triângulo Virtuoso” da CPLP e da Lusofonia.....	90

RESUMO

Os efeitos da Globalização Competitiva e as respostas que urge encontrar, quer ao nível da integração económica regional, quer ao nível dos espaços culturais – no sentido de afirmação geopolítica na cena internacional – tem gerado aceso debate no âmbito mais vasto das relações internacionais. Após a descolonização na Ásia e sobretudo na África ao sul do Sahara, duas das grandes potências europeias – França e Inglaterra – desenvolveram interessantes movimentos de cooperação com as suas ex-colónias, tentando valorizar os espaços das línguas comuns. Ciente das recentes feridas abertas com a descolonização tardia e traumática, e aproveitando os novos alinhamentos do pós Guerra Fria, Portugal abriu estrategicamente as portas à diplomacia brasileira para tentar a revivificação de um espaço lusófono de quase 250 milhões de potenciais falantes, ditribuídos hoje por oito Estados independentes e soberanos e pelas suas diásporas nos vários continentes. O processo da CPLP, “iniciado” em 1989, com um encontro de Chefes de Estado e de Governo em S.Luís do Maranhão, no Brasil, teve uma gestação difícil e foi – ainda é – altamente criticado pelo modelo de funcionamento da organização, com um Secretariado Executivo pouco autónomo. Igualmente o financiamento tem sido um problema, a par da dispersão geográfica e das decisões políticas por consenso. Mas a questão da liderança – muito cara a José Aparecido de Oliveira – é uma das razões que atribui à CPLP a originalidade de não ser um émulo da Commonwealth ou da Francofonia. Neste particular, sobressai a ideia de Adriano Moreira – segundo a qual deveria o emergente Brasil, o maior pólo económico e populacional lusófono, a quinta economia do mundo e dominante no Atlântico Sul, assumir a liderança da CPLP. Muitos desafios e dúvidas se colocam nesta era da globalização, com destaque para uma de Adriano Moreira:- será possível construir grandes espaços, baseados no consentimento, na racionalidade e nos interesses comuns, numa concepção de direito internacional, e de direitos e deveres responsabilmente assumidos? Este trabalho procura respostas na diversidade de opiniões e, apesar de tudo, pode dizer-se que a CPLP não é um produto imaginário nem é já uma utopia, como afirma Ernâni Lopes.

ABSTRACT

The effects of Competitive globalization and the answers that we urge to find, both at the level of regional economic integration, and cultural spaces - in the sense of geopolitical statement on the international scene- has generated heated debate in the wider framework of international relations. After the decolonization in Asia and especially in Africa south of Sahara, two of the major European powers – France and England – have developed interesting movements of cooperation with their former colonies, trying to enhance the spaces of common languages. Aware of the recent wounds with the late and traumatic decolonization, Portugal opened the doors to the Brazilian diplomacy to attempt the revival of a lusophone space of almost 250 million potential speakers, scattered today by eight independent and sovereign States and their diaspora in different continents. The process of CPLP, "starting" in 1989 with a meeting of Heads of State and Government in S. Luís do Maranhão, in Brazil, had a difficult incubation and was – still is – highly criticized by the Organization's operational model, with a little autonomous Executive Secretariat. Also the financing has been a problem, as well as the geographical dispersion and consensual political decisions. But the question of leadership – very dear to José Aparecido de Oliveira – is one of the reasons that attaches to the CPLP the originality of not being an adversary of the Commonwealth or the Francophonie. In particular stands out the idea of Adriano Moreira – that the emerging Brazil, the largest economic pole and speaking population, the fifth economy in the world and dominant in the South Atlantic, should assume the leadership of CPLP.

Many challenges and questions arise in this era of globalization, highlighting one of Adriano Moreira:- will it be possible to build large spaces, based on consent, in rationality and common interests, a conception of international law, and equal rights and duties conscientiously undertaken? This work seeks answers in diversity of opinions and, nevertheless, it can be said that the CPLP is not an imaginary product nor is already an utopia, as Ernâni Lopes states.

PALAVRAS-CHAVE

CPLP

Cooperação

Cultura

Desafios

Globalização

Língua Portuguesa

Lusofonia

SIGLAS E ABREVIATURAS

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

CCEG – Conferências de Chefes de Estado e de Governo

ERASMUS – Protocolo de Acção Regional Europeia para a Mobilidade de Estudantes Universitários)

FAO – Organização (das Nações Unidas) para a Agricultura e Alimentação.

FCE – Fundo para a Cooperação Económica

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais

IEEI – Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais

IICT – Instituto de Investigação Científica e Tropical

IILP – Instituto Internacional de Língua Portuguesa

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais

IPRIS – Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança

ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Emprego

ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão

MFA – Movimento das Forças Armadas

NATO ou OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OEA – Organização dos Estados Americanos

ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual

OMS – Organização Mundial de Saúde

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PESC/PESD – Política Europeia de Segurança Comum e Política Europeia de Segurança e Defesa

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

REPFC – Reunião Extraordinária de Pontos Focais de Cooperação

ROPFC – Reunião Ordinária de Pontos Focais de Cooperação

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

UEMOA – União Económica e Monetária da África Ocidental

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

UNESCO – Organização das Nações Unidas para o Ensino, Ciência e Cultura

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação, subordinado ao tema *CPLP e lusofonia na globalização*, foi realizado no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais, da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada do Porto, e tem por objectivo constituir um contributo para a análise do papel da CPLP nas relações internacionais, tendo em conta algumas condicionantes como a dispersão geográfica dos membros da Organização, as interdependências regionais e a crescente formação dos grandes espaços.

A questão de partida que fundamentou a investigação que deu origem a esta dissertação de Mestrado é, assim, “Quais os desafios e oportunidades que se colocam à CPLP e à Lusofonia no mundo globalizado”?

A escolha desta problemática prendeu-se, quer com a pertinência da mesma para as Relações Internacionais, num período particular da História em que Portugal redefine a sua posição na política Internacional - sendo uma questão a que os portugueses não se podem eximir, dada a sua *responsabilidade* secular na relação com os outros, é uma preocupação que também aparece destacada na Declaração constitutiva da CPLP, ela própria, como veremos, um desafio à lógica da construção dos chamados Grandes Espaços -, quer pelo interesse particular do autor, em virtude da relação vivencial do mestrando com África e com Macau e à utilização que faz dessa temática na escrita das suas obras em prosa e em poesia.

Reflectir sobre um tema tão vasto e complexo e em tempo de crise mundial é tão aliciente quanto motivador. É também um desafio, sobretudo tendo em conta que a lusofonia e a CPLP – apesar da longevidade de uma e da juventude de outra – têm merecido um debate, ou pelo menos uma discussão, com base em pressupostos eivados de grande emotividade e dramatismo, retirando espaço à racionalidade e ao pragmatismo. Olhares demasiado virados ao passado, quando se torna necessário sentir e seguir com realismo os avatares deste mundo em convulsão e perante desafios talvez nunca (ou tardiamente) imaginados – como será o de travar o crescimento contínuo da chamada Globalização Competitiva. A manter-se, levará ao esgotamento do Planeta. Daí, a urgência máxima em consolidar o proclamado Desenvolvimento Sustentável.

Com base nesta questão de partida, o autor foi confrontado com algumas questões prévias que enformam a estrutura deste trabalho:

- Quais são as características do Sistema Internacional contemporâneo que condicionam o papel da CPLP e da Lusofonia?
- Qual a importância da Lusofonia no Mundo globalizado?
- Quais são os principais objectivos e instrumentos da CPLP na promoção da lusofonia?
- Qual é a mais-valia da língua portuguesa, enquanto instrumento de internacionalização da cultura e da economia portuguesas?
- Quais são os principais desafios que se colocam à CPLP, no mundo globalizado?

Com base na ordem lógica das questões prévias, este trabalho foi dividido em quatro partes.

Neste sentido, globalização, regionalização, interdependências, merecem, portanto, as primeiras atenções deste trabalho, logo a seguir à natureza da conjuntura internacional do pós Guerra Fria que permitiu concretizar, mais de uma década depois das independências das ex-colónias portuguesas, a antiga ideia de uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira, agora designada por CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Um outro ponto de análise desta parte do trabalho diz respeito à definição de Lusofonia – um conceito ainda não consensual – e todo o “espaço” lusófono, bem mais vasto do que a área total dos Estados-membros da Organização CPLP, tendo em conta as diásporas desses Estados, quer na Europa quer no Canadá, EUA, Venezuela, África do Sul e Austrália. Poderemos falar de uma Lusofonia Globalizada, para além dos oito Estados-membros (Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S.Tomé e Príncipe e Timor-Leste) e de outros com o estatuto de *Observador*, como a Guiné Equatorial, para além de territórios como Macau, Goa, ou mesmo Malaca. Uma construção interessante de um sistema geopolítico muito particular – disperso, diverso, distinto e, por vezes (não só aparentemente) até conflituante.

Segue-se uma abordagem dos “espaços culturais” – fomentadores de jogos de influência e de poder, por exemplo nas Nações Unidas. Todos conhecemos a Commonwealth;

sabe-se da grande aposta da Francofonia – particularmente em África; fala-se da expansão do Castelhana, não só na chamada América Latina e, sobretudo nos últimos trinta e cinco anos – terminada a fase colonial de Portugal – tem vindo a afirmar-se a Lusofonia, como vimos. E embora não sendo um émulo de qualquer das outras, o facto é que não se podem ignorar os pontos de contacto e de rivalidade com a Francofonia em algumas das ex-colónias em África. O mesmo parece não acontecer com o Castelhana na América do Sul, talvez tendo em conta a dimensão continental do Brasil.

O estudo da entidade política do espaço lusófono, a CPLP, preenche toda a segunda parte deste trabalho, com especial destaque para o longo caminho da sua gestação – ideais, empenhamento, equívocos e conflitos – prevalecendo a ideia manifestada por Adriano Moreira de que a CPLP é uma Organização muito original. Mas o importante é saber – no que diz respeito à avaliação do trajecto já concluído – se a retórica tem sido ultrapassada por resultados concretos.

A terceira parte será, por inteiro, dedicada aos “valores da Língua” – nomeadamente o seu impacto no PIB português, com base num estudo do ISCTE para o Instituto Camões, o qual revela um número bastante curioso: 17%. Apesar da polémica em torno do Acordo Ortográfico, este não será um tema central, embora seja decisivo que os “oito” definam e assumam prioridades quanto à expansão e dinamização da língua comum, sabendo que, à partida, a maior responsabilidade da iniciativa deva pertencer ao Brasil e a Portugal. Mas Angola, o outro vértice do designado Triângulo Virtuoso, não pode colocar-se à parte.

Na última parte do trabalho daremos realce aos grandes desafios que se colocam à CPLP e à Lusofonia nesta era de globalização, como se disse, desde logo à consolidação e afirmação do próprio projecto na cena internacional. Em que medida é que a Organização poderá contribuir para a construção de uma Nova Ordem Internacional, sobretudo tendo em conta a longa duração dos efeitos da crise mundial e conhecendo bem a dura realidade das desigualdades e injustiça social entre os chamados países do Norte e os do Sul. Paz, democracia, cooperação, respeito pelos direitos humanos e boa governança – temas essenciais para dar corpo ao que Manuel Maria Carrilho chama de “efectiva ambição política global”. Por outro lado, não deixarão de ser equacionados alguns dos desafios que se colocam aos países do

espaço lusófono e à língua que os une, tendo em conta a globalização, a crise mundial e a consequente instabilidade nas relações internacionais, e que condicionam o sucesso da “integração” e da cooperação no âmbito da CPLP, num espaço geograficamente tão disperso e de culturas tão diversas.

Tendo em conta a natureza do tema, a investigação realizada no âmbito desta tese foi desenvolvida seguindo a metodologia habitualmente adoptada nas Ciências Humanas e Sociais. A investigação realizada recorreu à observação indirecta – leitura de fontes impressas - e bibliografia, bem como o recurso a entrevistas.

Relativamente à bibliografia, procurou o autor analisar as análises dos principais investigadores, quer nacionais, quer internacionais, que compõem o estado da arte, tanto do estudo da lusofonia, em geral, como da CPLP, em particular, como Adriano Moreira, André Tolentino, Boaventura de Sousa Santos, Eduardo Lourenço, Ernâni Lopes, Helena Sousa, José Aparecido de Oliveira, José Fontes, José Palmeira, Maria Regina Marchueta, Marta Lança, Moisés Martins, Rosa Cabecinhas, Shiguenoli Miyamoto, Vamireh Chacon, entre outros.

O presente trabalho não pretende esgotar o tema, muito pelo contrário, visa despertar a atenção para novos estudos acerca desta problemática ainda tão pouco visível no estado da arte das Relações Internacionais e que continuaremos a aprofundar em próximos trabalhos académicos.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

“À escala mundial, os conflitos não param, assumem outras formas ou mudam de sentido. O desaparecimento da URSS deixa os Estados Unidos sem rival à altura. Mas se os Estados Unidos são uma «hiperpotência» desigual, o mundo não é por isso unipolar. Num mundo globalizado, nenhum país pode assumir sozinho o exercício da força”.

Pascal Boniface, 2009.

A conjuntura internacional, aliada aos interesses de cada Estado num dado momento, determina em todas as épocas os alinhamentos dos países à escala global. E os conflitos, ao mudar de forma e de sentido, originam novas análises em busca de um novo paradigma, mas o mundo em que vivemos “é demasiado complexo para poder ser reduzido à dimensão de um modelo, por mais sofisticado que seja”(Cravinho, 2006: 52). Pense-se em estabilidade hegemónica, internacionalismo, neo-realismo, construtivismo, transnacionalismo, interdependência ou mundialismo – o facto é que “existem tendências contraditórias no mundo contemporâneo...” (Cravinho, 2006: 48). Tendências que também, ou ainda, decorrem do que Adriano Moreira interpreta como um tempo, o nosso, que “vê crescer de novo a importância das ideologias”(2005: 68). E tendo as velhas, as do mundo bipolar, perdido actualidade e utilidade, “...são novas ideologias que estão em formação para cobrir o vazio” (Moreira, 2005: 155) gerado com a implosão do Bloco de Leste. Nesse fim de século – recorda Adriano Moreira – a conjuntura “começa a tornar evidente uma nova constelação de valores, inspiradora de uma renovação ideológica mais caracterizada pelo internacionalismo, pelas interdependências a caminho do mundialismo. Deste modo, vão-se definindo contradições e sínteses que têm efeito nos alinhamentos de forças na balança internacional de poderes” (2005: 158). Apresenta-se o fenómeno da globalização, com todas as suas tendências, contradições e efeitos.

1.1. A CONJUNTURA INTERNACIONAL NO PÓS GUERRA FRIA

O final da Guerra Fria – depois da revolução religioso-sindicalista do “Solidariedade” na Polónia; depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, e após a implosão da ex-URSS, em 1991 – veio proporcionar aos países nascidos com a descolonização portuguesa (à excepção de Timor-Leste, independente só em 2002) em 1974 e 1975, uma inflexão nas suas políticas de alinhamento com o marxismo-leninismo do Leste europeu, ainda mais enfraquecido com a fragmentação da ex-Jugoslávia. Foi dos países dessa Europa Central e de Leste (para além dos Nórdicos) que partiu a maior parte da ajuda militar e do apoio económico aos movimentos de libertação das ex-colónias, particularmente Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Não é de estranhar, portanto, que o relacionamento dos novos países com Portugal tivesse demorado alguns anos a “normalizar”. Dificuldades acrescidas se tivermos em conta as intervenções de cubanos e de sul-africanos em Angola e em Moçambique. No Índico, a reconciliação entre a RENAMO e a FRELIMO aconteceu em 1992, mas em Angola – nesse mesmo ano e já depois do acordo entre Cuba e a República Sul Africana para a retirada do conflito angolano – a UNITA desiste da via democrática, proporcionada pelos acordos do Estoril em 1991, prolongando uma das guerras civis mais mortíferas do continente africano. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe instauram o multipartidarismo em 1991, enquanto a Guiné-Bissau só atingiu esse objectivo com as eleições presidenciais de 1994. Timor-Leste levaria ainda longos e trágicos anos a libertar-se do jugo indonésio. Mas no Oriente, a situação registou melhorias a nível diplomático – independentemente da violência de 1999 – durante o período a que Carlos Gaspar, do IPRI, no seu artigo “A guerra fria acabou 2 vezes”, chamou de “década de transição”, entre o primeiro e o segundo fim da Guerra Fria. “Em Timor-Leste, a administração norte-americana não tem uma intervenção directa, senão para forçar as autoridades indonésias a admitir uma missão militar internacional das Nações Unidas na antiga colónia portuguesa, sendo que o apoio dos Estados Unidos é indispensável para garantir tanto a decisão política da crise, como a rectaguarda logística dos seus aliados australianos, os quais, ao contrário dos aliados europeus, se mostram capazes de controlar uma crise local sem a presença de forças armadas norte-americanas” (GASPAR, 2003). Carlos Gaspar situava, assim, a questão de Timor na afirmação da(s) política(s) externa(s) dos EUA – quase uma hiper-potência (a única na última década do séc.XX) – tanto nos conflitos europeus (Croácia, Bósnia, Kosovo) como nos asiáticos (Coreia do Norte, Taiwan e Timor-Leste).

Em suma, a colonização, as guerras de libertação e o apressado processo de descolonização – um parto com dor e cicatrizes “mas que terá aberto perspectivas para um futuro de cooperação, falado em português” (GUERRA, 2009: 107) – abriram feridas profundas que só o pragmatismo do pós Guerra-Fria foi esbatendo. Contudo, já desde 1985 havia sido posto em execução um programa de cooperação inter-governamental designado “Cinco mais Um” – baseado num novo clima de diálogo particularmente patrocinado pelo então Presidente da República General Ramalho Eanes, sobretudo através do que se chamou “o espírito de reconciliação de Bissau” (ENDERS, 1997: 128), em 1982, e seguido pelo governo maioritário de Cavaco Silva em 1987, apesar de não constar ainda do seu programa qualquer conceito de Lusofonia (SOUSA, 2006: 172).

Por essa altura, também o Brasil procurava apagar a longa marcha das ditaduras e de uma política externa ziguezagueante – sobretudo no que respeita à posição de Portugal em África e em Timor – caminhando para uma efectiva redemocratização, o que viria a facilitar e ampliar esse novo clima de diálogo e de cooperação entre os “Sete” numa base de confiança recíproca.

Como escreve Ernâni Lopes (2011: 190) todos aqueles acontecimentos no final do século XX – mais a abertura económica da República Popular da China com a bandeira “Um país, dois sistemas” erguida por Deng Xiao Ping – tiveram amplas consequências no ordenamento geopolítico mundial, transformando o sistema de relações internacionais e reformulando as condições geoestratégicas mundiais. Era, de novo, um tempo de busca de uma Nova Ordem Mundial baseada nos valores da liberdade, democracia e defesa dos direitos do homem.

Por um lado, Francis Fukuyama anunciava *O Fim da História* e, por outro, Samuel Huntington dava a conhecer *O Choque das Civilizações*. Em qualquer dos casos estava em análise *O Mundo Em Viragem*, de que nos falavam igualmente Bertrand Badie e Marie-Claude Smouts, reflectindo sobre a instabilidade internacional com origem na crise do Estado-nação: “O espaço internacional é pouco a pouco entregue a uma dinâmica da fragmentação alimentada por um pluralismo cultural que todos os dias revela a sua força crescente, ao mesmo tempo que é efectivamente atravessado, percorrido, ou mesmo articulado por fluxos transnacionais cada

vez mais activos e mais estruturantes”. Desordem e anomia limitavam, portanto, a capacidade de o sistema internacional “gerir as relações de força e de imprimir um modelo normativo aceitável por todos”, cada vez mais afastado dos paradigmas clássicos – quer realistas, quer organicistas (BADIE, 1999: 22).

Esperança e inquietação em paralelo nesse caminho de pensar um tempo novo, questionando cada resposta a uma nova pergunta – como diria mais tarde Alexandre Quintanilha, citado nos *Ensaio e Estudos* de Vitorino Magalhães Godinho. Referenciado como um nome maior da Historiografia Portuguesa, Godinho reflecte sobre a dificuldade de pensar o nosso tempo, hoje, partindo sobretudo dos anos finais do século passado: “Dir-se-ia, ao encetarem-se os decénios finais, que a democratização venceria e a humanidade se firmava numa civilização aberta e de prosperidade. A queda do muro de Berlim deu a esperança de que a liberdade ia ser finalmente um valor universal. Mas a explosão de tecnologias de eficácia e inovação inimagináveis e o naufrágio dos regimes soviéticos desencadearam um processo de mutação económica e de mentalidades que apagou todas as cartografias do possível quanto ao futuro” (GODINHO, 2010: 67-68).

Extinto o Pacto de Varsóvia em 1991, restava, assim, uma NATO aberta ao mundo e ao conceito de Parcerias para a Paz (PpP) com o Leste e o Mediterrâneo, respaldada na sobrevivente e toda poderosa superpotência – os EUA. Simultaneamente, a Europa da CEE abraçava novos membros como Portugal e Espanha que, em 1992, beneficiaram do Tratado da União Europeia e do Acto Único Europeu através do chamado Fundo de Coesão. A nova realidade geopolítica europeia permitiu ainda abrir perspectivas para o seu alargamento aos Países da Europa Central e Oriental (PECO) e conduzir a Comunidade Europeia a uma nova e própria arquitectura de segurança (PESC/PESD).

É neste quadro de uma Europa dinâmica e já em avançado estado de integração (caso único a nível mundial) que Portugal se apresenta com renovado estatuto aos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e à OUA (Organização de Unidade Africana, apenas União Africana em 2001) – onde se enquadram as suas ex-colónias – e também ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), na América Latina, no qual desponta o emergente Brasil, o país com maior número de falantes da língua portuguesa, a quinta mais utilizada no mundo – oitava no

ciber-espaço – e já com estatuto oficial em muitos *Fora* internacionais. Simultaneamente – um quadro de fragmentação, com a construção de “grandes espaços” ou “espaços culturais”, mas também de conjuntura global.

1.2. A GLOBALIZAÇÃO

A globalização “conceito de origem anglo-saxónica, forjado nas escolas de gestão americanas, e sinónimo, em França, de mundialização, traduz o extraordinário desenvolvimento das relações económicas, sociais, culturais e políticas a nível mundial, a partir dos anos 1980. Serve para designar um movimento complexo de abertura de fronteiras económicas e de desregulamentação, que permitiu às actividades económicas capitalistas estender o seu campo de acção ao conjunto do planeta” (SOUSA, 2008: 93). Corresponde, também à instalação de verdadeiras redes planetárias, graças aos progressos da tecnologia e dos serviços.

Concretizando em linguagem comum e num contexto perfeitamente actualizado, podemos socorrer-nos de um par de ideias de Patrick Siegler-Lathrop, um franco-americano que tem uma carreira de 30 anos na área dos investimentos em Wall Street e que actualmente reside em Lisboa. Num artigo publicado na revista *Diplomática* sobre a crise financeira, e questionando-se ele próprio sobre o que significa a globalização, Patrick Siegler-Lathrop escreve: “significa que as comunicações são tão fluidas que é fácil para um banco em Frankfurt ou Reykjavik participarem em negócios em Nova Iorque”. E depois acrescenta que “A globalização significa também que se houver o mais pequeno pânico no mercado imobiliário americano ou na Wall Street, imediatamente terá efeitos psicológicos no resto do mundo e a não ser que haja razões locais fortes para travar a tendência, o medo torna-se global!” (SIEGLER-LATHROP, 2011: 59). Não só o medo, como sobretudo as consequências, a avaliar pelos acontecimentos dos últimos três ou quatro anos.

A crise financeira iniciada com a falência do banco Lehman Brothers rapidamente alastrou à economia, instalando-se, sobretudo nos EUA e na Europa, a pior crise depois da II Guerra Mundial, afectando particularmente a Islândia, Grécia, Irlanda e Portugal sem perder de vista a Itália e a Espanha.

Percebe-se já quão polémico é o tema da globalização, talvez tanto como aliciante e complexo – como veremos de seguida.

Numa perspectiva, de certa forma irónica, podemos salientar a curiosa “imagem” de Rosabeth Moss Kanter – socióloga norte americana – vendo o mundo a transformar-se num centro comercial global, onde as ideias e os produtos estão disponíveis em todo o lado ao mesmo tempo. No seu best-seller *World Class – Thriving Locally in the Global Economy* (1995), citado por Jorge Nascimento Rodrigues e Jaime Fidalgo Cardoso, numa entrevista à autora e publicada na *Exame Executive Digest*, (1996), Rosabeth M. Kanter fala da emergência específica de cada uma das grandes metrópoles e do seu cosmopolitismo, dizendo que “No fundo, eu penso que na economia global há lugar para os mais diversos tipos de cidades se tornarem centros globais. O problema é este: como é que adquirem competências específicas para o desempenharem”. Partindo do princípio de que as cidades são feitas pelas empresas, entidades e pessoas que nelas trabalham, Kanter verificou que o crescimento se devia ao investimento na inovação, na qualificação e na aposta na colaboração. A esse processo de crescimento, a socióloga e professora norte americana chamou de “três cês”, ou seja “três activos intangíveis: os conceitos, a competência e as conexões”.

Desenvolvendo cada um deles, descreve conceitos como “ideias avançadas, os desenhos ou novas formulações para produtos ou serviços que criam valor para os consumidores. A competência, por seu lado, é a capacidade de traduzir ideias inovadoras em aplicações para o mercado, produzindo-as de acordo com os melhores standards, com as melhores práticas. Conexões são alianças entre negócios, para alavancar competências centrais, criar mais valor acrescentado ou simplesmente abrir portas para horizontes mais vastos e para aproveitar a oportunidade de globalização das economias” (RODRIGUES, 1996).

Já antes, no início dos anos 1960, o sociólogo canadiano Marshall McLuhan fala da aldeia global (global village), a propósito da generalização dos meios de comunicação de massas. Seguindo Boniface “a emergência da mundialização resulta da combinação do liberalismo económico e da inovação tecnológica – nomeadamente das tecnologias da informação –, mas igualmente do fim da clivagem Leste/Oeste, na sequência da derrocada do comunismo” (BONIFACE, 2009: 6).

Talvez por isso ganhe realce o *soft power* de Nye, admitindo que a globalização é americanocêntrica. Continua a ser nos Estados Unidos que se produz boa parte do conteúdo das redes de informação global. “Mas nenhum Estado, incluindo os Estados Unidos, está imune aos efeitos da globalização, a qual, a longo prazo, irá reduzir a intensidade do domínio americano” (SOUSA, 2008: 94). Voltando à actualidade da crise financeira, não será descabido pensar numa eventual redução do “longo” prazo, mesmo tendo presente que nada no mundo pode ser feito sem os Estados Unidos, mas – no dizer de Dominique Moisi – “há muito pouco que os Estados Unidos possam fazer sozinhos” (SOUSA, 2008: 94). Até porque, hoje, a conhecida “tríade” da economia mundial – UE, Japão e EUA – já passou a “quarteto”, exactamente com mais um membro que é a China, e num momento de fragilidade americana e europeia. Citando de novo José Cutileiro, na crónica do *Expresso*, «no "mundo multipolar" o pólo chinês vai ser cada vez mais forte e o pólo europeu irá perdendo força. Depois de amainada a tormenta económica, financeira e laboral (com sorte sem estragos duradouros para a estabilidade social europeia) e de encarrilada nas Nações Unidas ou no G20 coordenação mais ou menos eficaz de políticas plausíveis de luta contra o aquecimento global, talvez se chegue a um novo equilíbrio, tal como em 1815 ou em 1945. Entretanto, se não quiserem ir parar a prateleira baixa demais para o seu conforto e quiserem continuar a defender os seus valores contra mundo irreverente e agressivo, os europeus, como o porco do visconde, vão ter de se ralar muito» (CUTILEIRO, 2010).

Aonde nos poderá levar esta situação? Por exemplo, a uma mudança radical – mais efectiva – na cooperação e colaboração euro-atlântica. E, assim, não se poderá excluir a projecção de um aprofundamento da integração Europa-EUA, se lermos *O Triplo Conflito* de António Neto da Silva (2007). Apresentada ainda antes do clímax desta crise mundial, a obra equaciona um conjunto de questões de perfeita actualidade, como são o desenvolvimento sustentável e o fundamentalismo islâmico nesta era da globalização. E projectando a anunciada fuga do centro do mundo para o Pacífico, onde – apesar de tudo – os EUA continuam a ter uma grande influência, o futuro da Europa “está dependente e directamente ligado à qualidade das suas relações comerciais e de investimento com os EUA. Em globalização competitiva é evidente que não se pode ser maniqueísta. O aprofundamento das relações com os EUA têm também, como pressuposto, a necessidade de aprofundarmos as relações com os países cujas

economias mais estão a crescer com a globalização” (SILVA, 2007: 58). Entre eles, e para a questão da Lusofonia que nos move, podemos considerar o Brasil e Angola.

Para uns o fenómeno da globalização é, portanto, positivo, pois terá permitido a disseminação dos valores da democracia e da prosperidade à escala mundial. Para outros, o fenómeno é injusto, sobretudo na perspectiva social, tendo em conta o aumento das desigualdades – quer entre países, quer mesmo no interior de cada país. Não deixa de ser uma realidade bem palpável, com a actual crise financeira e económica e quando somos quotidianamente bombardeados com notícias da sede e fome no Darfur, na Somália ou na Índia e da violência nas ruas de Atenas ou ainda dos confrontos na Líbia, na Síria, no Sudão, Chade ou no Egipto e Yémen.

Para lá da actualidade e dando atenção aos estudiosos e teóricos do assunto, recordamos Martin Wolf – editor do Financial Times e professor em Oxford e em Nottingham – dizendo que o erro do nosso mundo não é a existência de demasiada globalização, mas sim de pouca globalização. “O potencial de uma maior integração económica encontra-se pouco explorado. Precisamos de mais mercados globais, não de tão poucos, se pretendermos elevar os níveis de vida dos mais pobres a uma escala mundial” (WOLF, 2006: 30). Para Wolf o mundo pode, portanto, ser melhor, entendendo que é preferível globalizar do que atomizar: “A perspectiva de que a actual divisão política da humanidade é natural e inevitável é absurda. A ideia paralela de que cada unidade deve ser economicamente auto-suficiente é igualmente absurda. Os actuais Estados são produtos arbitrários de uma história recente. O destino lógico de um movimento dedicado à auto-suficiência seria provavelmente a atomização da humanidade, talvez em bandos familiares. Isto significaria regressar ao futuro de uma forma vingativa – voltando ao período mesolítico” (WOLF, 2006: 30).

No entanto, e falando de atomização, parece ter havido riscos não calculados e/ou desvios dos propósitos enunciados por Wolf. Já em plena “crise” mundial, Adriano Moreira – numa das suas habituais crónicas no *Diário de Notícias* – lembrou os avisos de Castells: “De facto, a ideologia do desenvolvimento mundial, que foi chamada o outro nome da paz, teve uma versão interventora desviada dos padrões fundadores, que levou à consagração de uma globalização mais constituída por núcleos dominantes do que pelas redes de que nos falou

Castells, que se viu obrigado a esclarecer e avisar (1997) sobre a tensão entre o movimento de integração económica mundial e a tendência para a atomização social que afecta a legitimidade, sobretudo de exercício, das instituições tradicionais, desde os governos às famílias” (MOREIRA, 2010).

No *Dicionário de Política*, Bobbio apresenta-nos um terceiro termo – Mundialismo – como sendo “o movimento que tem como objectivo a construção da unidade política mundial” (BOBBIO, 2004: 792) prefigurada mas não realizada no plano institucional pela ONU. Na actualidade, este conceito poderá perfeitamente incluir-se na perspectiva da “governança mundial”, mas não deixa de ter na sua génese o combate aos pressupostos que balizam a globalização – nomeadamente quando Lucio Levi, da Universidade de Turim, afirma “que o progresso técnico despertou forças cegas que escapam ao controle político e ameaçam destruir as condições que asseguraram o desenvolvimento da civilização” (BOBBIO, 2004: 792). Perante isso, afirma, “surge a exigência de desvincular a determinação do desenvolvimento económico e social do mundo das forças do mercado e das relações de força entre os Estados, submetendo-a a um Governo e a um plano mundial” (BOBBIO, 2004: 792). Contudo, o utopismo desta proposta levou já à sua divisão em duas correntes: - uma, confederalista, que se limita a apoiar a ONU, e outra federalista – que identifica os limites dos actuais instrumentos de organização internacional como sendo os responsáveis pelo fracasso das Nações Unidas em garantir a paz.

Nesta perspectiva, convém também reter o enquadramento teórico do processo de globalização, sabendo que há visões diferentes. Não apenas do mesmo mundo, mas de “mundos diferentes”. Ou explicações muito particulares de alguns aspectos da política mundial – neste caso de um fenómeno abrangente e globalizante – sem que se possa classificar cada uma das teorias melhor do que as outras.

O “Realismo”, por exemplo, considera que a Globalização não alterou significativamente o quadro da política mundial, nomeadamente a divisão territorial do mundo em Estados-nação. O fenómeno produziu maior interdependência ao nível da economia e das sociedades, mas o sistema estatal manteve intactas as suas características de luta pelo poder, recorrendo mesmo ao uso da força.

Já os “Liberais” veem a Globalização como o produto de uma longa transformação da política mundial, na qual o Estado já não é o actor central e exclusivo. O mundo é visto como uma teia de relações que gera interdependência entre as sociedades, sobressaindo o impacto da revolução tecnológica e nas comunicações.

Tanto as ideias neo-realistas como as neo-liberais não alteraram significativamente os conceitos dominantes, e não faltaram igualmente as análises dos Teóricos do “Sistema-Mundo”: a Globalização não trouxe nada de novo, representando apenas a última fase do desenvolvimento do capitalismo internacional que, em vez de tornar o mundo mais simétrico, perpetua – pelo contrário – a divisão entre centro, semi-periferia e periferia.

Para além desta preocupação cultural, um outro assunto tem gerado enorme mobilização mundial. Não só por parte dos Estados mas, sobretudo, por iniciativa da chamada sociedade civil: a preocupação de que o Planeta não é eterno. É que, se a globalização competitiva continuar ao ritmo actual, “com um crescimento contínuo, onde o sucesso só é obtido em função da prossecução da máxima eficiência e da máxima competitividade económica, levará ao esgotamento do planeta, não apenas dos recursos minerais mas também dos elementos fundamentais que permitem a existência da nossa vida” (Silva, 2007: 20). Para opôr, portanto, a esta globalização competitiva de que fala Neto da Silva, a actualidade premente do que se chama Desenvolvimento Sustentável (DS) – no fundo, um novo modelo de desenvolvimento que tenha em conta questões sociais e ambientais que, particularmente na última década, englobam o que a ONU designou como Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

E entre os objectivos que constam da proposta de Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) – continuando a seguir Neto da Silva (2007) – está inscrito o papel activo de Portugal na cooperação global, no qual cabem nomeadamente: a afirmação da língua portuguesa, o reforço das relações com o espaço lusófono, o reforço da posição da CPLP no quadro das Nações Unidas e a criação de iniciativas da comunidade lusófona em prol da cooperação Norte-Sul para o desenvolvimento sustentável.

Tendo em conta a situação periférica de Portugal, no plano económico – o que não se repete, ao que parece, no plano da segurança – na opinião de Adriano Moreira um país de

fronteira e articulação (2005: 540), e percebendo a realidade dos nossos parceiros na CPLP, com desenvolvimento assimétrico na maioria deles, aceita-se que o espaço lusófono possa ser visto à luz da teoria do Sistema-Mundo, muito embora o “espaço lusófono” – sobretudo o agora designado “triângulo virtuoso”, Angola, Brasil e Portugal – se enquadre perfeitamente na Teoria Liberal. O que parece imprescindível é que os “oito” saibam criar uma teia de relações que possam gerar interdependência entre as sociedades, aproveitando ainda as capacidades que cada um deles consiga potenciar no quadro de outras organizações mundiais e regionais onde estão inseridos – tais como a ONU, a UE, a NATO, o MERCOSUL, a OEA, a UA, a SADC, a UNESCO, a FAO, a OMC, a CEDEAO, a própria Commonwealth e a Organização da Francofonia. De uma forma mais credível, já em 1999 José Aparecido de Oliveira valorizava este cenário:- “No campo do processo de regionalização e globalização, é possível pensar num enlace triangular envolvendo os espaços regionais do Mercosul, da União Europeia e da Comunidade para o Desenvolvimento dos Países da África Austral, centrado em interesses reais e complementares dos três potenciais parceiros regionais” (1999: 41 apud Palmeira, 2006: 92).

É um contexto de globalização virado para um complexo sistema de relações multipolar que está em gestação e no qual “Portugal pode e deve assumir uma função estratégica de facilitador e de mediador” – como prevê Luís Amado (Telo et al, 2010: 135-148). Nunca deixando de vincar a sua vocação euroatlântica e, simultaneamente, valorizar a relação com outros povos, outras regiões e outras organizações como a CPLP e a Comunidade Iberoamericana.

1.3. A LUSOFONIA

“A Lusofonia é um conceito difuso e complexo, mais facilmente vivenciado do que teoricamente estabelecido, porque a língua, como instrumento para os que a utilizam, é o que tiver sido feito com ela, está em permanente evolução e reinterpretação. Mas é um conceito natural para aqueles que, ao longo dos tempos e das suas vidas, vivenciaram essa realidade, utilizaram esse instrumento de comunicação e de racionalização” (Ernâni Lopes, 2011).

Mas o ser difuso e complexo, não retira ao conceito – à maior parte dos muitos que se têm perfilado no Estado da Arte do espaço lusófono – a importância que o Prof. Hernâni Lopes e a sua equipa de investigação lhe atribuem no estudo “*A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*”.

Sendo fundamental para o futuro colectivo dos povos de língua oficial portuguesa, é também uma janela de oportunidade para os “oito” da CPLP comunicarem entre si e serem compreendidos nos seus propósitos (Lopes,2011:17).

E porque esta questão estratégica é fundamental, vale a pena – quando se assinalam os 15 anos da CPLP – recordar uma caminhada difícil, cheia de contradições, muitas vezes analisada mais emocional do que racionalmente e, para sua riqueza, portadora de pensamentos distintos em qualquer dos países e continentes de pertença da língua oficial.

As ideias mudam, evoluem; o pragmatismo e os interesses sobrepõem-se muitas vezes a emoções e/ou afectos; as teorias são renovadas ou reconstruídas.

Partindo da certeza de que, por muito que se tente, não se pode ignorar a História que ditou uma colonização de mais de quatrocentos anos – conflituosa, naturalmente – não será estranho que o período pós-independência tenha ele sido, também, de alguma forma conflituoso. E a Lusofonia foi vivendo, (re)convivendo, ao sabor dos mais diversos estados de alma – ora por meio de uma retórica saudosamente optimista, ora por via de alguns discursos , marcadamente críticos, de elites intelectuais e de gradas figuras académicas. Ou ainda pelas visões oficiais de assumido alinhamento pelos Blocos dominantes da Ordem Mundial vigente. Desfilaram, assim, nomes como os de Eduardo Lourenço, Veiga Simão, António Tabucchi, Adriano Moreira, Carlos Pacheco, Alfredo Margarido, Aparecido de Oliveira, Agostinho da Silva, Boaventura de Sousa Santos, José Carlos Venâncio, Joaquim Chissano, Fernando Mourão, Virgílio de Carvalho, Jaime Gama, José Augusto Seabra, Luís Moita, Barradas de Carvalho, Luís Bernardo Honwana, Sá Machado, Vasco Graça Moura, Mia Couto, Pepetela ou ainda Malaca Casteleiro.

De uma forma particularmente realista, encontramos a visão timorense de Xanana Gusmão e Mário Alkatiri e também a ideia de Amílcar Cabral (Palmeira, 2006: 169, apud Jorge

Couto, 2001):- “O [idioma] português é uma das melhores coisas que os portugueses nos deixaram”. No entanto, Paula Medeiros leva a citação mais longe referindo a publicação do próprio Cabral (1974: 101 apud Medeiros, 2006: 6-7):- “O português (língua) é uma das melhores coisas que os tugas nos deixaram, porque a língua não é a prova de nada mais, senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo”. Mas desta frase de Amílcar Cabral também se pode extrair a ideia de que – não sendo a prova de nada mais – a língua pode não ser pertença, pode não derivar de uma relação afectiva e cultural. O que importa, é que ela seja um instrumento para chegar ao mundo. E esse, era sem dúvida um objectivo do seu Movimento de Libertação. Por isso e embora reconhecendo força e valor identitários ao crioulo, defendido pelos seus adversários internos, Cabral contrapõe a importância de uma língua de afirmação “universal”: - Há muita coisa que não podemos dizer na nossa língua, mas há pessoas que querem que ponhamos de lado a língua portuguesa, porque nós somos africanos e não queremos a língua dos estrangeiros. Esses querem é avançar a sua cabeça, não é o seu povo que querem fazer avançar. Nós, Partido, se queremos levar para a frente o nosso povo, durante muito tempo ainda, para escrevermos, para avançarmos na ciência, a nossa língua tem que ser o português” (1974: 102 apud Medeiros, 2006: 6-7).

Trinta anos depois de Cabral, o sociólogo luso-angolano José Carlos Venâncio – professor e pró-reitor da Universidade da Beira Interior (UBI) – diz em Macau que “a língua portuguesa é a grande herança da colonização”, acrescentando que “os grandes obstáculos entre os países da lusofonia já foram ultrapassados e venceu a fraternidade e a aproximação cultural” (2006). Mas para fazer do português “uma língua de cultura em termos internacionais” – refere Venâncio – é necessário um esforço colectivo maior e “é fundamental que Angola, Moçambique e o Brasil sejam entendidos como centros de irradiação da lusofonia”. José Carlos Venâncio, que é também professor visitante da Universidade de Macau, foi ali apresentar a sua obra *A Dominação Colonial – Protagonismos e Heranças*, dada à estampa em Dezembro de 2005, por ocasião de uma homenagem ao Pe. Videira Pires na UBI.

Ainda a meio da primeira década deste séc. XXI se erguiam vozes contra a ausência, em Portugal, de estudos em quantidade e qualidade que nos possam transmitir uma imagem actualizada da nossa história comum. Maria Manuel Baptista (2006: 25) diz mesmo que:

Estamos, presentemente, num momento que, psicanalítica e simbolicamente, poderíamos designar de “recalcamento e negação”. A autora reconhece que é preciso tempo e distanciamento para reflectir a História, cita as feridas ainda recentes e “significativamente silenciosas” de E. Lourenço (2000) e fala de “um desenraizamento histórico que afecta a nossa actual cultura globalizada” e que nos leva a questionar para que servirá um língua comum “miraculosamente” partilhada. Tudo isto justifica, diz Baptista, o facto de não haver ainda pensadores pós-coloniais em Portugal para exigir um processo de reconstituição histórica do nosso nada “inocente colonialismo” (Lourenço, 1975,1976), a fim de podermos construir com verdade e conteúdo valioso uma Comunidade de Povos Lusófonos.

Contudo, a autora baseou o seu trabalho em alguma bibliografia crítica de pensadores portugueses e talvez tenha esquecido muitos ensaios e publicações do IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais; do IEEI – Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais; IDN – Instituto de Defesa Nacional; Academia de Ciências de Lisboa; Universidades; mais recentemente do MIL – Movimento Internacional Lusófono e a vasta produção literária, em Portugal, quer sobre a Guerra Colonial/do Ultramar, quer sobre a colonização e descolonização portuguesas. Entre muitos outros, podemos citar Lúcia Jorge, Manuel Alegre, António Lobo Antunes, Álvaro Guerra, João Paulo Guerra, Guilherme de Melo, Leonel Cosme, António Duarte Silva e Rui de Azevedo Teixeira – um dos organizadores dos Congressos sobre a Guerra Colonial, na Universidade Aberta em Lisboa, nos primeiros anos deste século.

1.4. LUSOFONIA:- ESPAÇO(S), CONCEITOS E PRECONCEITOS

O caso é que alguns dos pensadores e intelectuais pós-coloniais continuam a querer fazer das suas “leituras” e das suas “análises” uma bitola de verdade a propósito da História, rejeitando ou pretendendo diminuir as leituras de outros e sobre o “Outro”! Discursos, por vezes, demasiadamente “intelectuais” ou supostamente “académicos”, ora procurando o grau de politicamente correcto, ora procurando seguir a onda da “novidade” do ser do contra. Ou simplesmente “estar na moda” – como escreveu Mariana Pinheiro no jornal *Público* (2008):- “Há uma mágoa que está na moda, a mágoa na literatura pós-colonial” que invade editoras e

livrarias. É uma mágoa com muitas definições – diz a jornalista – “e que se agrupa em duas categorias que espelham gerações diferentes: a mágoa que parou no tempo e a mágoa que se adaptou ao presente e tem uma visão «descomplexada» do mundo”.

Em Janeiro desse ano de 2008, realizou-se na Casa Fernando Pessoa em Lisboa, um colóquio sobre o tema genérico “Para além da Mágoa: Novos Diálogos Coloniais”. Organizada por Sheila Khan, investigadora no âmbito do pós-doutoramento na Universidade de Manchester e no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, a iniciativa juntou escritores e académicos que tentaram explicar algumas das razões para o fenómeno. Admitindo que é tempo de sair «dos caixilhos e das molduras», Mariana Pinheiro começou por citar Sheila Khan – “é preciso aceitar a mágoa, contextualizar a História e aprender a olhar o passado” – para depois dar a palavra aos escritores e académicos participantes, relatando como segue as ideias mais destacadas que ali foram produzidas(*Público*,2008):

*Joaquim Arena – escritor nascido em Cabo Verde e residente em Portugal : «a razão tem origem numa maior consciencialização das pessoas relativamente ao mundo e no respeito que há pela História (...). “Está na moda escrever sobre o pós-colonialismo” e a “globalização é a grande responsável” pela explosão do tema». Para Joaquim Arena, “os portugueses têm uma costela saudosista”, havendo sempre espaço para ler e ouvir falar sobre África.

*Carlos Gil – escritor nascido em Moçambique e que deixou o país depois da independência : “Há a mágoa residente e a mágoa da diáspora”. «A primeira é uma literatura sem mágoa e sem passado colonial. Na segunda pode incluir-se a literatura de guerra, profícua entre os ex-combatentes das guerras coloniais». E acrescenta Carlos Gil: “Nos últimos anos temos assistido a uma libertação de ideias, testemunhos e de obras ficcionais sobre o colonialismo. O público está a receber muito bem este tipo de literatura”.

*José Eduardo Agualusa – escritor natural de Angola: «A nova vaga de escritores aborda o período colonial “sem recalcamientos. É um olhar diferente, mais descomplexado, de maior preocupação com o outro. Como não há memória directa, o olhar é sempre diferente”».

*Manuela Ribeiro Sanches – docente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: “Se por um lado se rejeita o passado e não se quer ver o que está para trás, por outro, há sempre um interesse e uma nostalgia do império”.

*Inocência Mata – natural de S.Tomé e Príncipe e docente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: “África ocupa um lugar de grande importância na literatura portuguesa, é um locus afectivo e não imperial, ou seja, não há contextos políticos ou ideológicos. (...) Há um tempo histórico pejado de memórias e, escrevendo sobre ele, as pessoas libertam-se das suas angústias colectivas”.

Para além do que já pudemos observar, vamos continuar a citar e a contraditar exemplos de muitas leituras sobre a temática da Lusofonia.

Como por exemplo esta de Marta Lança – jornalista free-lancer, tradutora, editora e produtora que, a partir de 2004, se dedicou ao estudo da cultura em África e que hoje edita o projecto “*Buala – Cultura Contemporânea Africana*”, na internet.

Num artigo publicado em 26 de Maio de 2010, sob o título “A Lusofonia é uma Bolha”(inicialmente datado de Julho de 2008, para a revista *Jogos Sem Fronteiras*), Marta Lança começa por escrever uma “desconstrução da lusofonia”, dizendo que “Felizmente há vozes, muitas e plurais, que reflectem sobre o significado de enunciados aos quais certos discursos e políticas, culturais e outras, recorrem para erigir um imaginário e suposto património transnacional – o espaço lusófono - que resulta da experiência imperial e colonial, legitimado por uma espécie de excepção moralmente aceitável do colonialismo português e que se inscreve, ontem e hoje, numa ambição de universalismo” (www.buala.org,2010).

Marta Lança justifica o título do artigo com a expressão “bolha lusófona”, ouvida num congresso de literatura pós-colonial, em Itália, parecendo-lhe a metáfora certa: “uma coisa pequenina que protege, sem arestas, inflamada e pronta a rebentar a qualquer momento. Fechada para o seu umbigo, não querendo ver nada mais, assim é a Lusofonia”.

É preciso auto-reflexividade para estancar a reprodução dos mitos do antigamente – acrescenta Marta Lança. “Questionar as bases deste modelo de defesa da lusofonia poderá ser um princípio para uma mudança de paradigma: interessa lidar com subjectividades e

particularidades, contextualizando de onde vêm estas relações, e não com abstractos conjuntos de países que, além da língua e de episódios históricos, não se revêem necessariamente nesse bonito retrato de família que Portugal quer passar e do qual faz uso sempre que lhe convém”.

Moisés de Lemos Martins, da Universidade do Minho – discorrendo sobre a ideia de lusofonia, na qual são investidos paixão e interesses – lembra sobretudo o presente e o destino do “continente imaterial” que os oito países constituem (Sousa et al, 2006: 17).

Não existindo ainda hoje consenso no conceito de *Lusofonia* no espaço da Comunidade dos “oito”, e admitindo que, fora do espaço *Portugal*, a questão semântica possa provocar algum desconforto, é interessante recordar uma visão brasileira de duas professoras de universidades paulistas. Regina Pires de Brito e Neusa Maria Barbosa Bastos (2006: 65-77), recorrendo a exemplos estudados particularmente em Moçambique e em Timor-Leste, e lembrando que Eduardo Lourenço diz que a Lusofonia é inconcebível sem a inclusão da Galiza – salienta a ideia de que o conceito (Reis,1997; apud Sousa, 2002: 306-7) pode, então, “ser formulado tomando por base três princípios. O primeiro deles é o da *globalização*, entendendo que os problemas da lusofonia e a afirmação de uma identidade comunitária que se funda na língua ultrapassam o fator linguístico e convocam globalmente governos, ONG, sociedade civil, etc. O segundo princípio é o da *diversificação*, reconhecendo a heterogeneidade de cada realidade nos países que compõem a comunidade lusófona e que, do ponto de vista português, são marcados por elementos que não têm origem portuguesa. A *relativização* é o último dos princípios, implicando que a comunidade lusófona, devido à diversidade de cada realidade, é desigual e muito pouco coesa.[...] A ideia da lusofonia só faz sentido se a concebermos acima das nacionalidades... [...] Em Portugal, como em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe ou Timor-Leste, a língua portuguesa conhece e constrói a sua própria história – e, por isso, está muito longe de poder ser tratado como um idioma uniforme”.

O conceito de lusofonia é, assim, ambíguo e problemático (Sousa et al, 2006: 166-182) pois a autora, citando Yves Léonard (1999: 438), salienta que “para além do seu significado puramente linguístico, Lusofonia tem, pelo menos, três interpretações inter-relacionadas. A Lusofonia é um espaço geolinguístico, ou seja, várias regiões altamente dispersas, países e

sociedades cuja língua oficial e/ou mãe é o português. A Lusofonia é também um sentimento, a memória de um passado comum, uma parcela de história e de cultura comuns. Finalmente, é um conjunto de instituições políticas e culturais que tentam desenvolver a língua e cultura portuguesas dentro e fora das comunidades de falantes portugueses”.

Sem consenso, ambíguo e problemático – mas político segundo Léonard – talvez já não tenha actualidade, quando agora se assinalam os 36 anos das independências dos PALOP e o 15º aniversário da CPLP, a ideia de Baptista (2000) a defender que a Lusofonia é um bom conceito para abandonar porque é uma noção que tem “Os Lusíadas” e os “Lusos” como figuras centrais. Helena Sousa realça ainda Baptista, para quem o conceito não pode ser entendido de forma “*inocente*”, com base em Eduardo Lourenço (1999: 162-163, itálico no original; in Baptista,2000: 1):- “ Não sejamos hipócritas, nem sobretudo voluntariamente cegos: o sonho de uma Comunidade de Povos de Língua Portuguesa, bem ou mal sonhado, é por natureza – que é sobretudo história e mitologia – um sonho de raiz, de estrutura, de intenção e amplitude *lusíada*”.

Doze anos passados sobre esta reflexão de E. Lourenço, o sonho foi crescendo, ganhando aceitação e amplitude sem que se agravasse a ideia do eventual entendimento negativo das memórias coloniais. Naturalmente em Portugal – onde “o conceito de espaço lusófono ou de área cultural lusófona está profundamente enraizada na sociedade portuguesa e é usado correntemente por académicos e elites culturais, económicas e políticas” (Sousa et al, 2006: 167) – mas também depois de receber os “ares favoráveis” de Timor-Leste independente.

1.5. TIMOR-LESTE, MOÇAMBIQUE E ANGOLA

Contrariando de alguma forma a “mitologia” de Lourenço (2001: 179-80), segundo a qual nenhum dos povos lusófonos se sente tão empenhado como nós, Brito e Bastos (2006: 65-68) salientam os aspectos político e linguístico de apoio à ideia da construção de uma comunidade lusófona “forte”. As autoras citam Carrascalão (2000), para quem – confrontados com a realidade de uma aldeia global – se torna “absolutamente necessário estabelecermos uma comunidade forte, cuja base de diálogo passa necessariamente pela utilização de uma língua comum”. E depois um extracto da alocução de Xanana Gusmão, em Brasília (Agosto 2002), na

IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP :- “ A opção política de natureza estratégica que Timor-Leste concretizou com a consagração constitucional do Português como língua oficial a par com a língua nacional, o tétum, reflecte a afirmação da nossa identidade pela diferença que se impôs ao mundo e, em particular, na nossa região onde, deve-se dizer, existem também similares e vínculos de carácter étnico e cultural, com os vizinhos mais próximos. Manter esta identidade é vital para consolidar a soberania nacional”.

Depois, em 2005, igualmente Mário Alkatiri – num texto publicado no *Jornal Público* – acentuava ser a (re)implantação da língua portuguesa em Timor “uma guerra ganha” e “uma questão vital para o futuro do país” (Palmeira, 2006: 174).

Neste ponto, cruzámo-nos com uma forte crítica do escritor Mia Couto, numa entrevista ao *Jornal Notícias*, de Maputo, em 2008. Não nega a existência da CPLP, embora não a veja como os políticos a querem apresentar, e diz mesmo que “a língua portuguesa deu-nos uma certa afinidade histórica”. Mas, acrescenta, “Aqui na língua temos que ter algum cuidado, porque se queremos construir uma família, uma comunidade... Temos que pensar que alguns moçambicanos, alguns angolanos e alguns guineenses, não falam português. Há outros casos, também, como o de Timor Leste, em que dizemos falsamente que é um país de língua portuguesa. É uma coisa falsa e desorientada politicamente e culturalmente dizer que aquele país é de língua portuguesa. Timor não é um país de língua portuguesa nem a maioria dos timorenses fala português”.

Mas em Moçambique, antes de Mia Couto, o papel da língua portuguesa – como língua de unidade nacional – foi valorizado por Honwana e por Aurélio Rocha. Em 1992, Luís Bernardo Honwana, citado por Fernando Dacosta, no *Jornal Público*, falava da construção da unidade nacional – só possível através de uma língua comum, embora “afeiçoada à nossa realidade”, pelo que o português, para não se tornar distante dos moçambicanos, “tem, assim, de importar adulterações ou apropriações” (Lopes e Dos Santos, 2006: 111). Já Aurélio Rocha, da Universidade Eduardo Mondlane – intervindo num colóquio na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1990 – dizia que “ o português foi proclamado a língua oficial por razões históricas e políticas, sem problemas ou traumas do colonizado, por conveniência da unidade nacional (...). Portanto, é uma língua de consenso e unificadora com projecção internacional; por outro

lado, há uma importância estratégica por causa de toda a fronteira anglófona (...). Nessa comunicação, Rocha sublinhou a utilidade da língua e disse que “o português pode ser portador do sentimento moçambicano, assim como o foi como expressão da revolta contra o colonialismo português” (Lopes e Dos Santos, 2006: 112).

Voltando ao estudo sobre Timor, de Brito e Bastos (2006), ainda a perspectiva do linguista australiano Goffrey Hull (2001: 39) – que as autoras distinguem como um dos maiores especialistas em tétum e línguas nativas de Timor, independentemente de ser visto como um árduo defensor da oficialização da língua portuguesa naquele país: - “ Se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á numa nação de amnésicos, e Timor-Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na génese da cultura nacional”.

Não sendo embora um caso isolado, Timor-Leste apresenta diferenças significativas, relativamente por exemplo aos casos de Angola e de Moçambique. O que, deve reconhecer-se, abona em favor da tese de que – num mundo globalizado – se apela a tendências de supranacionalidade. E neste caso (Palmeira, 2006: 98, apud Mourão, 2000), “o uso do português em diferentes regiões do planeta, surge como um elemento unificador das posições de cada Estado lusofalante nas suas inserções, não exclusivas, noutros espaços regionais”. Angola e Moçambique, por exemplo, na SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – cuja presidência é este ano exercida por Angola, país que também preside actualmente à CPLP.

Embora tenha passado já uma década, não deixa de ser relevante situar aqui o pensamento do historiador luso-angolano Carlos Pacheco e de Vatomene Kukanda, que foi Director Geral do Instituto de Línguas Nacionais. Ambos citados no estudo de Brito e Bastos (2006), pode ler-se que “Do lado africano há, por exemplo, considerações que concebem a lusofonia *como um conceito vago, uma estratégia política e cultural sem qualquer correspondência com a alma e o sentir dos povos africanos* (Pacheco, 2000); outros entendem que *o facto de Angola pertencer à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e*

aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) poderia reforçar essa presença [do português no território] se uma política linguística clara e consequente fosse aplicada perante o ensino da língua portuguesa dum lado e das línguas autóctones do outro (Kukanda,2000: 112)”. E há ainda, mais recentemente, a expressão do jornalista e doutorando em comunicação social, Joaquim Paulo da Conceição, quando reflecte sobre o português como veículo de inserção cultural e comunicacional de Angola no mundo globalizado. Lembrando que “a política linguística colonial deixou-nos uma pesada herança de um índice alto de analfabetismo, não apenas em relação ao português, língua oficial, mas também em relação às línguas angolanas”, Conceição diz ser “necessário conservar a língua portuguesa como bem comum destes mais de 200 milhões de falantes. Se assim não acontecer, se cada país, região ou grupo de indivíduos que fala português, inventar o seu português particular e exclusivo, escrevendo-o sem o mínimo respeito pelas regras fundamentais de articulação geral e comum, regras de ortografia e regras gramaticais, esta língua pode deixar de ser comum e perderá a sua força” (Sousa et al, 2006).

Sabendo-se contudo, hoje, que Angola é o país africano onde a língua portuguesa está mais difundida, voltamos à entrevista de Mia Couto e a Moçambique, que o escritor considera ser um país de língua portuguesa...e não ser ao mesmo tempo! Na sua opinião, só alguns moçambicanos pertencem a esse universo – o que não deixa de ser outra evidência. E não deixa também de acusar, eventualmente com alguma razão, Portugal e o Brasil de disputarem privilégios na relação com os outros países de língua portuguesa. Mas será duvidoso que a ideia prevaleça, se nos recordarmos do que se poderá designar por afastamento de José Aparecido de Oliveira da “gestão” inicial da organização que idealizou e trabalhou, como lembrou Mário Soares quando a Fundação com o seu nome homenageou o político brasileiro: - “Ele podia e devia ter sido o primeiro secretário-executivo da CPLP, mas razões mesquinhas e intrigas afastaram-no do cargo” (*Expresso/Lusa*, 15/11/2007). Intrigas no MRE do Brasil (como reconheceu o filho de Aparecido de Oliveira) e eventuais receios da expressão neo-colonialismo, levaram a que se tivesse optado pelo critério da ordem alfabética.

Contudo, Mia Couto diz ainda não ser correcto fazer uma recusa total da lusofonia e da comunidade de falantes de língua portuguesa no mundo:- “Porque essa comunidade pode nos

servir em muitos momentos, como o que mais ou menos se verifica agora, em que o processo de globalização é muito forte e nos pode sufocar”.

Pode parecer um pequeno passo atrás no pensamento de Mia Couto, mas pode também adquirir um significado maior quando lemos a reflexão de Adriano Moreira sobre “A Língua e o Conceito Estratégico Português” (Telo et al, 2010: 162-170): “Subitamente, a questão da língua tornou-se uma componente do complexo problema da globalização, o que não impede que seja envolvida em detalhes de menor dimensão”. Depois de apresentar os percursos seculares do português, espanhol, inglês e francês, Adriano Moreira fixa a reunião dos presidentes das assembleias parlamentares de todos os Estados da CPLP em 2004, em Lisboa – a qual “ficará como referência importante do processo de redefinição do tecido conjuntivo dos países de língua oficial portuguesa, designadamente, para manter aberta uma janela de oportunidade, ligada à história e ao futuro, que é a autonomia de gestão das relações contratualizadas com os países de língua oficial portuguesa, tendo como referência a relação com o Brasil, sempre privilegiada a partir de 1825”. E destaca “Que a solidariedade inspirada pela língua e pela cultura possa sobrepor-se à formação de espaços inspirados por interdependências de outros interesses, é uma prova da sua força”. Harmonizar as diferenças é, assim, uma das tarefas mais desafiantes para os governos dos “oito”, na perspectiva de que – segundo Adriano Moreira – “As solidariedades horizontais, no caso do português sendo em primeiro lugar a da língua, são um elemento que fortalece o tecido da globalização das dependências, que contribui para uma articulação entre a linha da territorialização dos poderes políticos e a linha da mundialização da sociedade civil organizada em rede: textos de Amílcar Cabral ou de Eduardo Mondlane, testemunham que esta preocupação lhes foi comum nas distâncias geográficas em que agiam”.

1.6. AFINAL, MACAU... E A CHINA

Continuando a seguir o pensamento de Adriano Moreira, voltamos ao Oriente, concretamente a Timor e particularmente à China, cujo governo central – numa iniciativa de “novidade no domínio das técnicas das relações internacionais” – incentivou Macau (uma Região Administrativa Especial) a desempenhar um papel de charneira no desenvolvimento das

relações económicas da China com os países falantes da língua portuguesa. A criação, ali, de um Fórum empresarial, levou a então Vice-Primeiro Ministro Wu Yi a dizer que “o fórum...fará crescer dramaticamente a importância política de Macau nas relações internacionais”. Sendo um tema para ir acompanhando com interesse nos próximos anos, o actual presidente da Academia das Ciências de Lisboa não deixa de valorizar algumas “vozes atentas” de Hong Kong, nomeadamente a do influente *South China Morning Post*: “A língua e o restante legado cultural ainda ligam Macau a Portugal na Europa, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique em África, Timor no Pacífico e Brasil na América do Sul. Estes laços são parte da rica herança de Macau”. Pode estranhar-se a ausência do nome de São Tomé e Príncipe, mas a justificação é facilmente encontrada no facto de aquele PALOP ter preferido uma relação privilegiada com Taiwan. Apesar disso, S.Tomé e Príncipe – hoje apenas um dos raros países africanos a reconhecer o regime da Formosa – tem representação no Fórum com o estatuto de observador.

Esta questão do “peso” da língua na economia (PIB) vai merecer um capítulo especial, mas – por agora e aproveitando a referência a Macau – não deixa de ser interessante um apontamento do jornalista Helder Fernando no jornal *Hoje Macau* (2011) – na secção À Flor da Pele, Destaque – sob o título “Lusofonia é muito mais do que falar português” .

Este jornalista, formado na Rádio em Moçambique e radicado em Macau há 30 anos onde tem exercido a sua actividade na TDM e na imprensa local em língua portuguesa – tem acompanhado de forma persistente os assuntos relacionados com a “Lusofonia”, interpellando e dando voz às diversas associações dos oito países de língua oficial portuguesa ali constituídas. Como é o caso da Associação de Amizade Macau/Timor-Leste (AAMTL) que em Maio assinalou o 9º aniversário da restauração da independência de Timor-Leste: “Dirão que foi muito formal – tocou-se e cantou-se o Hino De Timor-Leste, houve discurso denso por parte do presidente associativo, declamou-se poesia e, surpresa da noite, falou um ilustre e ainda jovem coronel chinês de 4 estrelas, o Prof. Jun Wu, director do, em inglês, “Third Military Medical University, Southwest Hospital, Institute of Burn Research”. Este académico e militar cativou os presentes, membros da associação e convidados, com intervenção culta, de improviso e sábia quanto aos seus objectivos e ao modo de os apresentar. Posteriormente ficou-se a saber que o Prof. Jun Wu ficara muito bem impressionado com o convívio e com os objectivos da

AAMTL. Com a sábia estratégia de Pequim, este universo da lusofonia, mesmo com algum desconhecimento circunstancial da língua, desagua em entendimentos. Porque “lusofonia” é muito mais do que falar e escrever português”.

Não se esgota aqui a temática do relacionamento entre Macau/RPC e Timor-Leste, um assunto nunca antes abordado de forma tão aberta como o terá feito agora o Prof. (e militar) Jun Wu. Durante os anos da ocupação de Timor pela Indonésia, coincidentes com a Administração Portuguesa do território de Macau, o tema não passava dos gabinetes diplomáticos – embora fosse “visível” a função de refúgio e de plataforma solidária que o território desenvolvia com os timorenses que procuravam chegar a Portugal e a outros pontos do mundo.

E a tal função de charneira que Macau hoje representa no relacionamento com os oito países de língua oficial portuguesa – por iniciativa do próprio governo central da RPC – foi de alguma forma impulsionada pela actuação do último Governador português Rocha Vieira e seus colaboradores, apesar da quase permanente falta de interesse de Portugal por aquele território. Não sendo, embora, um facto inédito, estas ideias foram renovadas no livro que Pedro Vieira escreveu com e sobre o último Governador daquele território – *Todos os Portos a que Cheguei*. Rocha Vieira, ciente do interesse em manter Macau diferente do resto da China, procurou criar condições para que o território sobrevivesse – na sua identidade muito própria – a um mundo globalizado: “Nós fizemos muito nesse sentido, através da preparação de quadros, da criação da universidade, do ordenamento jurídico, do lançamento de infra-estruturas, do aprofundamento das ligações internacionais. Portugal não acreditava que Macau podia ter um papel útil para a China na sua ligação a outras áreas, nomeadamente à CPLP” (Vieira, 2010: 435-438). Moçambique, Brasil e Cabo Verde foram, de facto, alguns dos países que Rocha Vieira considerou como validamente estratégicos para Macau.

E sobre a criação do já referido Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países da CPLP, Rocha Vieira considera que “ Aí, mais uma vez, Portugal não prestou a devida atenção ou não deu prioridade à importância de Macau”, acrescentando que teria sido razoável , logo desde o tempo da administração portuguesa, que “Portugal e a China

fossem como que co-presidentes desse fórum e os dois tivessem uma agenda de cooperação com os países da CPLP”.

Tiago Vasconcelos, que foi um dos assessores directos de Rocha Vieira nos últimos anos da administração portuguesa de Macau, publicou em 2009 um completo estudo sobre *A Ascensão da China*, no qual dedica um capítulo especial ao relacionamento externo da RPC para além das periferias – focando ainda a estratégia do gigante asiático para a África (também a de expressão oficial portuguesa) e para a América Latina. Pormenorizando a criação do fórum de Macau, o agora Mestre em Estratégia e Pós-graduado em China Moderna pelo ISCSP da Universidade Técnica de Lisboa afirma que “Com a iniciativa deste Fórum a China não visou especialmente o Brasil (a China é o segundo maior parceiro comercial do Brasil e os dois países têm, de há muito, uma forte parceria) nem Portugal (cuja importância, para a China, reside mais no facto de Portugal ser um país da União Europeia e da OTAN, do que na de ser ou poder vir a ser um importante parceiro comercial)”. (Vasconcelos, 2009: 265-271). Em síntese, Tiago Vasconcelos atribui um duplo interesse chinês em África: matérias-primas e apoio político global para travar as iniciativas de Taiwan. No que respeita à América Latina e em comparação com África, há “alguns actores mais fortes, designadamente no que respeita ao potencial para preocupar geopoliticamente os Estados Unidos”.

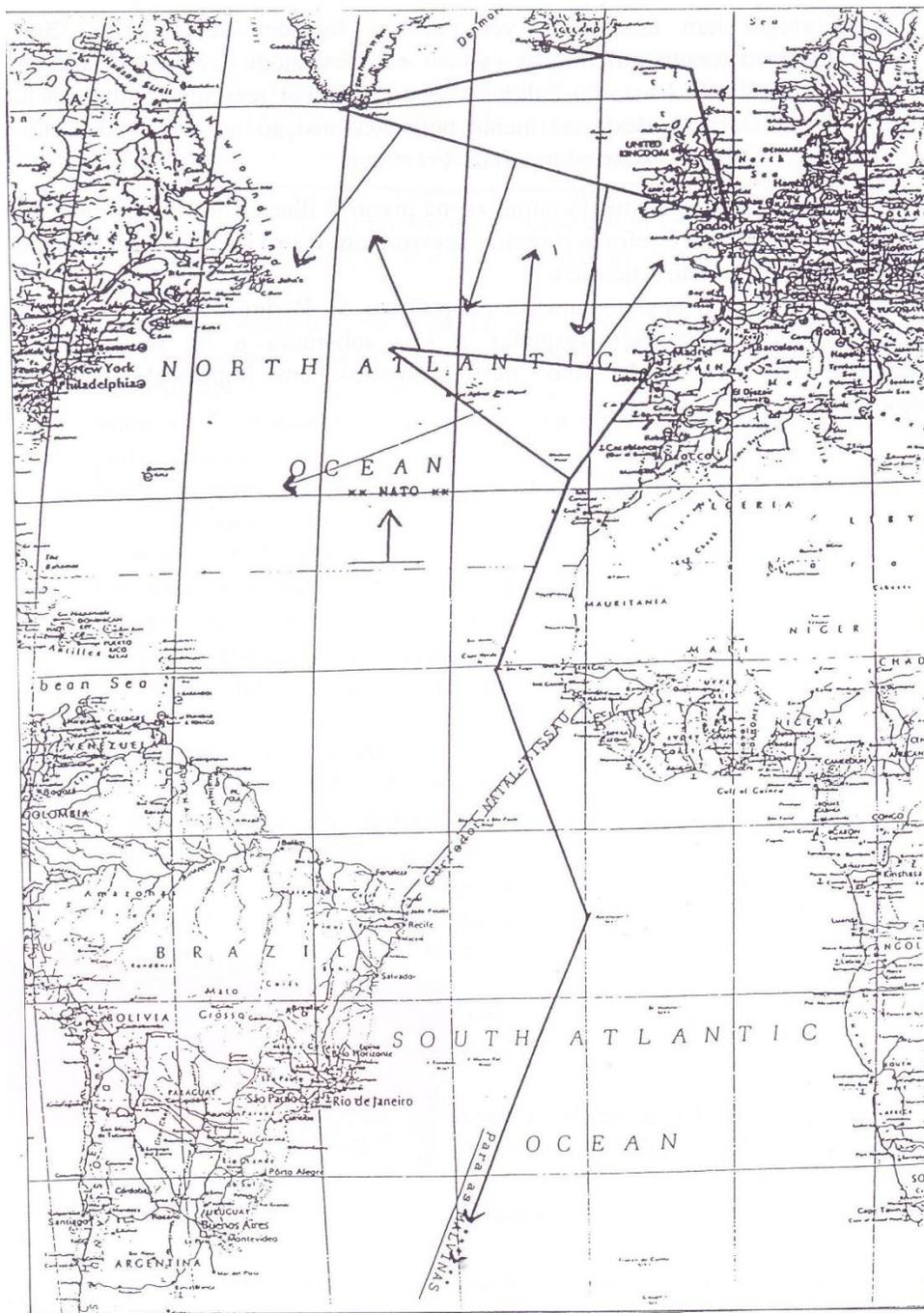
Pragmatismo de moralidade ausente, como diz o diplomata José Cutileiro, num dos seus habituais escritos no semanário *Expresso*, em Fevereiro de 2010 – a propósito da relação da RPC com o Zimbabwe.

1.7. GEOPOLÍTICA (DA) E LUSOFONIA

Mesmo tendo perdido algum eventual protagonismo junto da China, o que poderia dar-lhe algum ascendente na cooperação com os PALOP e com Timor-Leste, Portugal mantém características quase imutáveis em termos geopolíticos e que se cruzam precisamente com interesses dos EUA no Atlântico e no acesso ao Mediterrâneo. Apesar da opção democrática de adesão à Europa, que determina uma ligação ao velho continente nunca tão forte como agora, Portugal mantém potencial talassocrático e detém nomeadamente o domínio do triângulo estratégico Açores-Madeira-Continente, o que lhe permite, de alguma forma, “ter a ver também

com as ligações ao Atlântico Sul, designadamente através do valioso eixo estratégico Açores-Madeira-Cabo Verde-Ascensão-Falkland, onde o Brasil tem uma importância fundamental, designadamente pela sua posição no estrangulamento que constituiu o «corredor» Natal-Freetown” (Fonseca, 1984: 23, apud Almeida, 1994: 47-50).

FIG.1 – A GEOPOLÍTICA DO ATLÂNTICO



O esboço evidencia a enorme importância do triângulo marítimo português.

O Mar, uma das janelas de Liberdade de Adriano Moreira – a outra é a CPLP – hoje e sempre o Mar, esse Mar estrategicamente aventureiro, da “individualidade” de António Sérgio; de Jaime Cortesão e de Borges de Macedo; da geopolitóloga brasileira Therezinha de Castro, que vê Portugal como “um Estado na Europa fora da Europa”; de Virgílio de Carvalho (1987 e 1995); dos “Descobridores”, de Daniel Boorstin; até do espanhol Miguel de Unamuno que concluiu ser “o Mar que faz Portugal” – todos citados e desenvolvidos em Virgílio de Carvalho (1999: 26,38,59 e 159). Esse Mar a que a construção e a “vocaçãõ” europeias viraram costas depois de 1974, apesar da Comissão Independente dos Oceanos de 1998, com Mário Ruivo e Mário Soares e – actualmente – com as preocupações de Cavaco Silva, dos Governos de José Sócrates, com a apresentação nas Nações Unidas de uma proposta de extensão da plataforma continental para além das 200 milhas náuticas; e igualmente do XIX Governo Constitucional chefiado por Pedro Passos Coelho, em cujo programa (2011: 48,49,53) se propõe nomeadamente “incentivar a produção de pensamento estratégico sobre o mar”.

Para além do que ficou dito e citado, a esse propósito não faltará vasta bibliografia de influentes e renomadas personalidades. Pode consultar-se por exemplo a revista de relações internacionais da Universidade Lusíada do Porto, no nº2 da qual – dedicado a Portugal como Plataforma Atlântica da Europa – se lê o pensamento do Almirante Vieira Matias, que foi Chefe do Estado-Maior da Armada. No seu ensaio sobre “O mar, elemento relevante no futuro das relações internacionais de Portugal”, Vieira Matias fala sobretudo da importância do mar para a economia, para a ciência e para a defesa – elementos que podem oferecer a Portugal relevância internacional “decorrente do seu centralismo atlântico, em contraponto com a subalternização para que a sua dimensão e a posição de periferia continental o podem conduzir” (*Lusíada*, 2001: 177-190). Na mesma publicação, ainda Adriano Moreira com o que chama de “poder funcional” de Portugal; as ligações com o Brasil nos dois sentidos, com os professores universitários Amado Luiz Cervo (Brasília) e José Jobson Arruda (S.Paulo); e a relação geopolítica de Portugal com o Atlântico, na perspectiva do major-general Raul François Martins. Tomando como base o pressuposto de que a geopolítica parte sempre do passado para interpretar o presente – citando Jaime Vicens Vives (1961: 8) – Raul F.Martins conclui que “A interpretação do significado da relação de Portugal com o oceano Atlântico implica portanto, para além da análise das condições e possibilidades alternativas dessa relação, que se procure

enquadrá-la na totalidade das suas condições geopolíticas, interpretando a nossa História nessa perspectiva”.

Independentemente da “subjectividade” com que se podem analisar/interpretar os documentos que, depois, nos encaminham para “factos” que nos permitem (re)escrever a História – no caso a da colonização portuguesa em África – queremos sublinhar também a importância que Alfredo Margarido e Isabel Castro Henriques atribuem à relação portuguesa com os grandes “mares”, particularmente com o Atlântico (Mata, 2010: 67-89). A propósito de S.Tomé e Príncipe e do que chamam “revelação da modernidade”, Margarido e Henriques entendem que, compreender o mundo de hoje, “obriga a estudar os momentos estruturantes da muito longa história e da muito longa duração das operações de civilização de que o Atlântico – espaço líquido metamorfoseado em espaço socializado a partir de Quinhentos – foi a personagem preferencial, sem deixar de lado a sedimentação das múltiplas contribuições que levaram a uma reestruturação contínua, garante das dinâmicas europeias, africanas e americanas, comprometendo todas as populações instaladas ou que se instalaram nas margens do oceano criador da modernidade”. Para os autores deste ensaio, o Atlântico aparece, pois, “como a porta marítima dos europeus, sendo, ao mesmo tempo, o mar dos africanos e dos americanos”.

Por outro lado, Nuno Severiano Teixeira apresenta-nos o mar como o mais antigo aliado de Portugal – sobretudo o mais constante – premissa que não é diminuída pelo fim do império e pelo “regresso” à Europa (Telo et al, 2010: 28-29). “Naturalmente que, hoje, o contexto é diferente: antes era o eixo central, hoje é um factor de compensação; antes era uma alternativa, hoje é um factor de complementaridade”. Mas não deixa de ser uma constante, pelas relações que o espaço lusófono propicia. E nesse sentido, Severiano Teixeira destaca a dimensão importante de Portugal na cena internacional, salientando quatro questões: - No que diz respeito à proposta de extensão da plataforma continental, “Esta é uma oportunidade única para os portugueses demonstrarem a sua capacidade científica e tecnológica e para reforçar o posicionamento de Portugal como uma importante nação marítima”; depois, entende que o mar “é um domínio importante para a defesa dos equilíbrios ecológicos” e um domínio importante para a nossa economia. São vários sectores de actividade que podem “constituir um cluster que vai da construção naval [não se esperavam ainda as dificuldades que vieram a surgir nos

Estaleiros Navais de Viana do Castelo – também como resultado da crise global] às comunicações, do turismo à exploração submarina, às novas energias das marés e das ondas. Em todos estes sectores há capacidades nacionais de excelência e um quadro novo de cooperação científica, ambiental e económica, nomeadamente com o Brasil, com os países africanos de expressão portuguesa e com Timor”; em terceiro lugar, Severiano Teixeira aponta a nossa posição na Aliança Atlântica, valorizando o triângulo estratégico Continente, Açores e Madeira; por último, uma palavra sobre a segurança marítima no quadro da NATO e da União Europeia: “Trata-se de uma dimensão essencial da nossa relação com os arquipélagos de Cabo Verde, de S.Tomé e Príncipe, com o Brasil, Angola, África do Sul e até com Marrocos” – tendo em conta as novas ameaças como o terrorismo, a pirataria e todo o tipo de tráficos ilícitos.

Por isso é que Adriano Moreira, lembrando a solidariedade atlântica (2009: 17), aconselha todos, “e sobretudo os pequenos países, entre estes aqueles que pela história dos ocidentais e pela geografia estão na frente atlântica, a intervir para impedir que se reproduza agora nesse mar a desastrada experiência europeia de os Estados não terem vizinhos, mas sim inimigos íntimos. Para Portugal, a solidariedade atlântica coloca-o na centralidade dos interesses ocidentais, enquanto que a ruptura agrava o risco do agravamento da condição periférica, que já nos inquieta”. Nesta perspectiva, acrescenta Moreira, “se articula a manutenção de uma janela de liberdade governativa e soberana, para desenvolver a política que recebeu forma na CPLP”.

Em termos geopolíticos (Lopes, 2011: 16) “a Lusofonia confere vantagens recíprocas. Como é um espaço descontínuo, abre possibilidades a um processo de estruturação em rede, com base no aproveitamento da realidade policêntrica dotada de uma matriz linguístico-cultural de base comum”. Assim, nesta subjectividade de diferentes países e culturas “Reconhece-se a existência de uma identidade comum de matriz histórico-cultural, de carácter multicultural, capaz de mobilizar a sociedade civil e de a elevar no xadrez internacional, estabelecendo plataformas de acção que amplificam os recursos de cada um”(Lopes,2011: 17).

Ainda nesta perspectiva geopolítica, no dizer de Adriano Moreira, a comunidade lusófona “é a expressão da mais importante componente da herança cultural lusíada espalhada

pelo mundo”(1999: 473-476, apud Palmeira, 2006: 66-67), “sendo inelutável que territórios dispersos pelos vários continentes, ainda que filiados na mesma matriz cultural e linguística, sejam abrangidos por diferentes definições dos grandes espaços em formação: o corolário não é que a solidariedade cultural se afunda, mas sim que, para além das divisões supervenientes, subsiste uma referência comum que merece fortalecimento e desenvolvimento em função do objectivo de uma procurada Ordem mundial pacífica e baseada na interdependência e solidariedade”. A dúvida de Adriano Moreira é sobretudo saber se será possível construir grandes espaços “baseados no consentimento, na racionalidade e nos interesses comuns, numa concepção de direito internacional, e de direitos e deveres responsabilmente assumidos”. Parece ser aqui, nesta hipótese, que o Presidente da Academia de Ciências de Lisboa coloca a esperançosa certeza do espaço lusófono e da CPLP.

Não fará hoje muito sentido lembrar as ideias “visionárias” do diplomata Manuel de Sá-Machado (1973) e do historiador e prof. universitário Joaquim Barradas de Carvalho (1974) – tão pouco a de António de Spínola, definitivamente fora de tempo – sobre a sonhada (e talvez mesmo desejada) Comunidade Luso-Afro-Brasileira, pois a História foi o que foi. Mas não deixa de ser verdade que, ainda hoje (apesar de alguns o considerarem um mito), se coloca o rumo a seguir por Portugal na encruzilhada: Europa ou Atlântico.

É assim que o Prof. Borges de Macedo, no seu ensaio sobre *Portugal na perspectiva estratégica europeia*, afirma que não há soluções exclusivas nas relações internacionais. Apesar de europeu, no seu entender, Portugal não pode aderir a uma solução exclusivamente europeia, de acordo com o ensaio publicado na revista *Estratégia*: “Não obstante, importa não esquecer que, face ao irremediável carácter irregular do interesse da Europa pelo seu extremo ocidente e face à necessidade de correcção dessa irregularidade pelo recurso constante ao oceano, Portugal, para a sua sobrevivência, não pode aderir a nenhuma solução externa exclusiva. Ambas as situações – o interesse europeu pelo seu extremo ocidente e o seu abandono – são de considerar. Face às circunstâncias europeias ou atlânticas, importa não esquecer que Portugal está para além de uma e de outra e tem portanto que reunir, na sua composição nacional, a permanente capacidade de escolher, em cada momento, em qual se deve apoiar, na certeza que a sua experiência é a de que nenhuma das opções é suficiente,

quando exclusiva. Precisa que ambas se mantenham em aberto(...)" (Macedo, 1988: 32, apud Almeida, 1994: 41).

Encontrar uma fórmula acertada ou a mais viável para o efeito é que não é (e não tem sido) fácil. Sobretudo agora, com a crise internacional a afectar a Europa (UE e Zona Euro) e a dividir os europeus (o eixo franco-alemão e os outros) quanto às melhores soluções para ultrapassar a situação. Ressonância nos alertas de Helmut Kohl, Jacques Delors e Jacques Santer. E opiniões diversas chegam também do outro lado do Atlântico, com o conhecido investidor George Soros a dizer que a crise está centrada no Euro e que é preciso a Europa encontrar um Plano B quando se está à beira de um colapso económico que se pode espalhar: é provavelmente inevitável que a Europa crie um mecanismo para permitir às economias mais fracas a saída da zona Euro (*Lusa/DN*, 27Jun.2011). Outros economistas alemães têm apontado o mesmo caminho, tal como o português João Ferreira do Amaral que foi assessor dos presidentes Mário Soares e Jorge Sampaio. A 26 de Junho de 2011, no *Público*, dizia o economista que "Portugal deveria utilizar o dinheiro da troika para preparar uma saída ordenada do euro" e uns dias depois, ao sítio DinheiroVivo, acrescentava que "vamos ser empurrados para fora da zona euro" e que "o programa da troika não resolve o problema da economia"(4/07/2011).

António Vitorino, por exemplo, chama a atenção para o facto de, normalmente, todos nós equacionarmos a questão do papel de Portugal na cena internacional à luz do pressuposto de que o processo de integração europeia é irreversível – permanecendo nas próximas décadas as bases desta relação: "Contudo, não tenho por adquirido que o processo de construção europeu seja tão irreversível para que o possamos aceitar como um dado imutável [tal como, aliás, o próprio processo da CPLP na ideia de Corsino Tolentino- *Janus*,2004] ou, pelo menos, que aquelas suas características actuais possam ser tidas como estando presentes nos próximos anos de evolução da comunidade nacional no contexto europeu. Logo, a definição de uma estratégia nacional de afirmação no contexto europeu afigura-se-me ser um elemento fulcral do nosso posicionamento futuro como nação e como país" (Telo et al, 2010: 72-73).

Mais recentemente, contudo, o economista João Duque (2011) coloca em causa o futuro europeu enquanto entidade política.

No meio de posições extremas como estas, do que não restam dúvidas é de que a política externa portuguesa continua a ser marcada por uma dependência estrutural em relação a factores exógenos, numa nova e radical conjuntura, pelo que – salienta Adriano Moreira – “as exigências dirigidas à capacidade do Estado ameaçam colocá-lo na categoria de Estado exíguo, quer na definição em progresso das hierarquias internas da Europa, quer na hierarquia da Europa nas balanças de poderes mundiais, balança estratégica, balança científica e técnica, balança económica” (Moreira, 2009: 14).

Voltando à tese do Prof. Borges de Macedo e apesar de já distante no tempo, não tendo bebido todas as transformações recentes na cena internacional – particularmente o final da Guerra Fria, o novo terrorismo, o Iraque, o Afeganistão e uma nova e dramática crise financeira e económica global (como já se percebeu nas palavras de Adriano Moreira) – ela tem sido rejeitada por europeístas convictos mas continua a ter seguidores, embora numa perspectiva actualizada e renovada. Acompanhando um “Ensaio Bibliográfico” de Maria Raquel Freire e Rafaela Rodrigues de Brito, publicado na revista de *Relações Internacionais (R:I)* – a propósito dos estudos sobre política externa portuguesa após 2000 – podemos ler o abrangente Manuel Fernandes Pereira a defender “a plena participação de Portugal na construção europeia, uma presença continuada e activa na NATO, a manutenção de fortes ligações transatlânticas, em particular com os Estados Unidos e com o Brasil, o empenho na afirmação crescente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o reforço dos laços multifacetados com a África, em particular com os PALOP, e a valorização das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo” (Freire e Brito, 2010: 159).

A esta “linha” o embaixador Pedro Catarino acrescenta países com quem Portugal tem um relacionamento especial, como Marrocos, China e Índia, Venezuela e África do Sul. Por sua vez o Prof. José Palmeira diz que as prioridades estratégicas de Portugal assentam hoje na tríade UE- Aliança Atlântica- CPLP. E também aparece em destaque, no que as autoras classificam como registo mais temático, por exemplo a ajuda pública ao desenvolvimento – nomeadamente o cultural – em Elisabete Palma; a cooperação para o desenvolvimento como instrumento vital, em Luís de Almeida Sampaio – para quem “o lugar de afirmação de Portugal no mundo é o espaço da Língua e da Cultura portuguesas”; advogando ainda Rui Machete e

António Luís Vicente a promoção cultural como eixo central da política externa. (Freire e Brito, 2010: 159-160).

E assim, no balanço entre as vertentes europeia e atlântica, se descobre de novo a importância da Língua Portuguesa e do seu espaço universal num contexto de globalização.

1.8. OS ESPAÇOS CULTURAIS...E A “GUERRA DA LUSOFONIA”

Consultando o Atlas das Relações Internacionais (Pascal Boniface, 2009: 58-59), podemos ler a opinião do autor – segundo a qual o mundo está dividido em espaços geopolíticos sujeitos a influências linguísticas e culturais dominantes. E nas Nações Unidas – acrescenta – língua e cultura estão no centro de jogos de influência e de poder. Por um lado a Francofonia, com o forte apoio do Estado desde meados dos anos de 1970, traduzido por exemplo nas emissões internacionais de rádio e de televisão e no ensino do francês no estrangeiro – nomeadamente através da Alliance Française. As antigas colónias são destino por excelência, garantindo o Estado francês ajuda económica, cultural, financeira e até militar – em troca de apoio nas Nações Unidas e a favor da língua francesa nas instituições internacionais.

Por outro lado temos o modelo anglo-saxónico, liderado pelos EUA praticamente desde o final da II Guerra Mundial. O domínio americano do audiovisual, quer em tecnologia, quer em conteúdos, não conseguiu ainda resposta concludente da União Europeia – apesar dos esforços desenvolvidos – e não deve ser esquecido o contencioso que opõe os Estados Unidos à UNESCO, desde 1983. Dez anos depois, treze televisões públicas europeias fundaram a *Euronews* que transmite hoje em nove línguas, depois de incorporar o russo em 2001, o árabe em 2008 e o turco em 2010. A língua portuguesa é ali utilizada desde 1999. A *Euronews* tem o apoio financeiro da UE, como contrapartida pela divulgação de conteúdos produzidos pela União. Contudo, desde alguns anos a esta parte, existe uma polémica no seio da própria UE – a chamada “guerra das línguas”, que apenas distingue como línguas de trabalho o inglês, o francês e o alemão, muito embora predomine cada vez mais o inglês, de acordo com o próprio sítio da *Euronews* (24/09/2010) em língua portuguesa.

Retomando o modelo anglo-saxónico, importa reter (Boniface, 2009: 59) que os EUA enfrentam, apesar de tudo, o que se pode chamar de “ameaça” japonesa (o Japão escolheu o anglo-americano como apoio para as suas exportações e investimentos culturais e há ainda o crescente sucesso escolar dos estudantes asiáticos nos EUA) e a imigração latino-americana, o que tem levado a uma crescente utilização do espanhol como língua veicular.

Para além destes dois “modelos” de influência linguística, Pascal Boniface refere ainda exactamente o caso espanhol – com a criação do Instituto Cervantes em 1991 e com a emissão internacional da TVE – dedicando a Portugal apenas a referência de ter acompanhado a Espanha nas cimeiras ibero-americanas. A Alemanha e a Turquia merecem também pequenas referências. Curioso é que, enquanto a TVE – através da sua Rádio Exterior – promove a Espanha no mundo (um recente estudo publicado em Julho passado refere que dois terços do auditório escutam a Onda Curta e apenas um terço o faz pela Internet(2011) <http://www.rtve.es/radio/20110715/los-diez-ganadores-nuestro-concurso/447857.shtml>), em Portugal, o CA da RTP e o Governo suspendem o serviço rádio em Onda Curta no dia 1 de Junho de 2011. De acordo com um comunicado da Comissão de Trabalhadores da empresa, datado de 19 de Julho, «o único intuito desta “suspensão” é o de poupar à RTP,SA oitocentos mil euros por ano».No mesmo comunicado diz-se que “As emissões em onda curta são símbolo da liberdade” (...) e a sua utilização foi fundamental para a liberdade de outros povos como foi o caso de Timor-Leste.

Mas a questão também pode ser olhada, mais uma vez, de dentro do próprio espaço lusófono. E numa perspectiva curiosa, quando a Professora universitária São-Tomense Inocência Mata (2009) – que se sente igualmente angolana e já viveu mais tempo em Portugal do que na África – lamenta que a CPLP não tenha ainda conseguido assegurar a “livre circulação de intelectuais, professores e bens culturais” entre os oito. Não se trata da complexa questão da cidadania – apenas da simples circulação de livros! Em declarações à agência *Lusa*, publicadas na página da internet da União dos Escritores de Angola, Inocência Mata afirma que a “lusofonia devia ser uma noção cheia de pulsão contra a hegemonia da língua inglesa, mas está muito voltada para dentro”. E usa mesmo a expressão “guerra da lusofonia” – a qual estará perdida se nela o Brasil não entrar!

Pedro Motta Pinto Coelho, que é o actual embaixador do Brasil junto da CPLP, coloca em destaque a questão política da CPLP embora não retire importância ao tema da língua comum que perpassa os países (2011):- “utilização da língua, sim; promoção da língua portuguesa, sim – tendo em vista a globalização”.

Mas a língua, enquanto motor do espaço lusófono, não consta do Programa de Governo do Brasil. Pelo menos, não faz parte das principais metas a atingir na política externa da Presidente Dilma Russel – tal como já antes acontecera com Lula da Silva – pese embora o impulso dado ao IILP e à criação da Universidade Luso-Afro-Brasileira (ULAB). Seguindo um artigo do Prof. de Ciência Política da Universidade de Campinas, Shiguenoli Miyamoto, publicado na *Revista Brasileira de Política Internacional* – do IBRI (2009: 22-42) – podemos ver que “Além da retórica de países irmãos unidos pela história, os indicadores entre Brasil e CPLP estão aquém do que se poderia considerar relações privilegiadas. Dados apresentados em trabalho recente, indicam claramente as preferências brasileiras para três grandes países: África do Sul, Angola e Nigéria. É o que se poderia chamar igualmente de *parcerias seletivas no continente africano*. (RIBEIRO, 2007: 172-195)”.

E comentando a retórica do Chanceler brasileiro Luiz Felipe Lampreia, nos primeiros anos da Comunidade, Miyamoto salienta:- “Se algo existe na arena mundial, é justamente a falta de coincidência de interesses comuns entre os países de língua portuguesa, além, certamente, dos esforços para viabilizar o idioma como oficial no âmbito da Organização das Nações Unidas. No mais, cada um sempre agiu à sua própria maneira e às custas de seus próprios esforços, ou dentro das organizações às quais pertencem no plano mais próximo, principalmente geográfico”.

Recuperando as ideias da são-tomense Inocência Mata (2009), o português continua sendo “uma língua periférica” e os PALOP são “enclaves linguísticos” cercados por nações falantes de inglês ou francês. E aproveita para introduzir uma nova questão que poderemos desenvolver quando se falar dos valores da(s) língua(s). Primeiro, as dificuldades do próprio espaço da CPLP: - “Há muita coisa boa da literatura moçambicana que não chega a Angola e vice-versa. Em Portugal ninguém conhece os escritores guineenses e para um são-tomense ir a

Angola é um inferno”. Depois, Inocência Mata fala da dupla periferia das literaturas africanas de expressão portuguesa:- periféricas no âmbito da lusofonia e no contexto africano.

Assim, é decisivo que se definam e assumam prioridades no âmbito dos “Oito”, admitindo que a maior fatia da iniciativa deva partir do Brasil e de Portugal.

Exemplo de aproximação e de património comum foi o resultado das comemorações do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP, na Unesco em Paris:- uma exposição de Malangatana, uma feira de livros de autores de língua portuguesa e a presença do cantor cabo-verdeano Jorge Humberto. E no Cairo, à semelhança de anos anteriores (e à margem do desenvolvimento do actual processo político?), os embaixadores da CPLP decidiram organizar ainda este ano uma série de actividades de promoção da língua e da cultura lusófonas no mundo árabe – civilização que muito influenciou a língua e a cultura portuguesas (África 21, 2011: 89).

Já em 2010, segundo notícia da *Angop* online, datada de Cabinda, o Núcleo do Grupo CPLP no Egipto – embaixadas de Angola, Brasil, Moçambique e Portugal – recomendava o reforço da cooperação bilateral na promoção da cultura e literatura dos “Oito” na Zona Árabe.

A Lusofonia (Lopes.2011: 20) define-se como o conjunto de falantes de língua portuguesa à escala global. Dos oito Estados da CPLP, mas também dos falantes das cidades de Macau (China), Goa, Damão e Diu (Índia) e os membros da diáspora (lusófonos e seus descendentes). Assim, “É possível verificar neste conceito uma dimensão universalista. Se antigamente havia uma visão preferencialmente portuguesa, agora há oito países diferentes e independentes a viver num espaço que, ainda assim, pode ser partilhado, com base em interesses comuns. O objectivo é atrair as jovens gerações e conferir-lhes uma razão de ser para o futuro. Reformula-se uma matriz com uma leitura prospectiva, que traduza o quotidiano dos povos que a alimentam e traduza uma visão de futuro consciente, mensurável e realista. Este entendimento é fundamental para o futuro dos Estados-membros da CPLP, e é nesse sentido que se justifica escolher a língua como o critério estruturante na formação de plataformas estratégicas”.

Não deixa de ser uma ideia já muito avançada no tempo, esta, se comparada com a leitura de Alfredo Margarido – mesmo que por intermédio de um brasileiro, Igor Machado, que em Abril de 2008 escreveu uma reflexão sobre *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses* (2000). Também Igor Machado, doutorando na Unicamp, recupera a visão dos mitos, marcante em Margarido e em Lourenço: “Só há e só pode haver espaço lusófono em um discurso mítico”, pelo que não poderá ser realizado na prática. Olhando para Margarido como um intelectual “contra-hegemónico”, Machado cita a ideia de que a lusofonia não passa de “doce paraíso da dominação linguística que constitui agora uma arma onde se podem medir as pulsões neo-colonialistas que caracterizam aqueles que não conseguiram ainda renunciar à certeza de que os africanos só podem ser inferiores” (2000: 71).

Não é, contudo, uma visão partilhada por muitos outros pensadores e políticos – também no Brasil – como é o caso de Lauro Moreira, ex-Embaixador do Brasil junto da CPLP – uma Missão pioneira no âmbito dos “oito”, criada por Lula da Silva em 2006, exactamente para “tratar com exclusividade dos assuntos afetos à Lusofonia”. Lauro Moreira, que tivemos oportunidade de ouvir um par de vezes na Universidade Lusíada do Porto, disse que “a Lusofonia ultrapassa os limites da língua, havendo um espaço lusófono disperso por 5 continentes e um espírito lusófono baseado numa convivência de cinco séculos. A língua é uma construção conjunta que faz parte de um património imaterial comum”. E apesar do fracasso inicial que marcou o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), o ex-Embaixador afirma que “a língua e a cultura são os alicerces e os elos fundamentais da Comunidade, sendo portanto um património a merecer prioridade”. Por isso, diz, “é tão importante o novo Acordo Ortográfico, que significa estar mais próximo da oralidade, significa a reunificação da língua. O que se verifica ainda hoje é que a língua, em vez de unir, está a separar-nos” (2009).

E num ensaio com que “prefaciou” uma colectânea de artigos recolhidos no Blog de História Lusófona, do Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT), publicada também em 2009 [e cujo texto, datado de 2008, nos enviou por correio electrónico], Lauro Moreira acrescenta – embora ressaltando as nuances da tese – que, ao tornar-se independente, o Brasil “recebe como legado um território continental, uma língua comum e uma invejável plasticidade no seu relacionamento étnico e social, ou seja, uma enorme capacidade para absorver e digerir o outro, o diferente, numa verdadeira antropofagia cultural” (2008: 17).

No âmbito das tais “nuances”, Lauro Moreira cita o sociólogo e antigo presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso – ao resumir o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda que vê o legado ibérico «sob um olhar menos apologético»:- “Embora não tenha negado a importância da gesta portuguesa, dizendo mesmo que a “ética aventureira” dos nossos colonizadores teria sido “o elemento orquestrador por excelência” da diversidade brasileira, não deixa de mencionar o passivo que julga haver sido deixado também pela cultura portuguesa, traduzido no viés antidemocrático da “mentalidade cordial”, no apego ao personalismo, nos critérios demasiado subjectivos presentes ainda hoje nas relações sociais e na ordem política” (2008: 18,19).

1.9. LUSOFONIA GLOBALIZADA

Mesmo tendo em conta que a globalização é um risco, também no aspecto cultural, o fenómeno não deixa de representar igualmente oportunidades. Num texto de 2006, no *Jornal de Defesa*, Eduardo Silvestre dos Santos salienta que a globalização tanto pode reduzir as várias culturas a um denominador comum e padronizar identidades – como pode promover comunicação e compreensão entre pessoas de culturas diferenciadas. A globalização estimulou a atenção das pessoas para a sua própria identidade”.

E é sobretudo aqui que, pelo passado comum dos “oito” (retirados dos armários todos os esqueletos e varridos os fantasmas) e acrescentando as experiências das diásporas, a Lusofonia parece estar em vantagem.

Recuperando o pensamento de Moisés de Lemos Martins (Sousa et al, 2006: 17), e diante do imparável processo da globalização cosmopolita – como lhe chama – “... aquilo que motiva a lusofonia como coisa sua é a globalização multiculturalista, dentro de áreas culturais específicas, uma globalização paradoxalmente regionalista, que se alimenta de um imaginário de territórios, memórias e paisagens vivos e concretos”.

Lembrando Políbio Valente de Almeida (1994: 42,43), Portugal tem afinidades e interesses permanentes em áreas que transcendem o seu posicionamento geográfico e que nasceram de um convívio multiseular com outros povos. Inevitavelmente foram trocados

valores, Portugal transmitiu [impôs] e absorveu cultura, construindo um passado comum “plenamente partilhado” com índios, africanos, asiáticos e oceânicos. Possuímos portanto um património que, citando Adriano Moreira (1988), “faz parte do património comum da humanidade”.

O que somos capazes de fazer com isto ? – pergunta o Professor. “ Se não somos capazes de fazer nada, paciência...” (2011, entrevista ao autor).

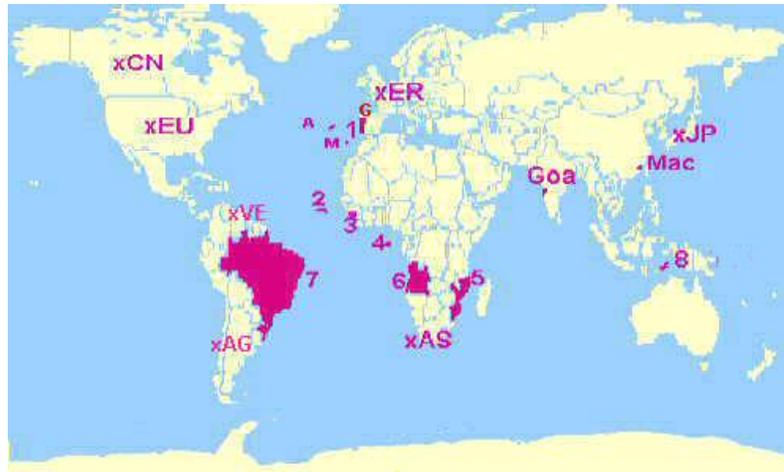
Seria certamente um prejuízo enorme *esquecer ou abandonar* tal património, se tivermos ainda em conta uma curiosa expressão do Prof. Jorge Braga de Macedo – presidente do Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT) – numa entrevista concedida à revista *Diplomática* (2011: 55) e na qual se refere à lusofonia global como sendo “...os oito países tentarem encontrar posições comuns sobre problemas internacionais, particularmente os objectivos de desenvolvimento do milénio. E, sem desprimor para Cabo Verde, em Bissau foi aprovada uma declaração sobre os objectivos do milénio, mostrando que para os atingir, para além da vontade política, para além dos fundos (medidos como percentagens de ajuda sobre o produto interno bruto), há o “conhecimento mútuo”. Quando se diz “não esquecer Bissau”, está a falar-se de um conhecimento mútuo que não é só uns dos outros, mas uns dos outros para chegar a posições comuns. E isto não é tão trivial como possa parecer”.

De facto, neste complexo mundo globalizado nada é trivial. Se para uns o fenómeno da globalização é visto como neocolonialismo (Martin Khor), outros olham-no como o domínio do Ocidente sobre o resto do mundo (Anthony Giddens). O termo, que os franceses traduziram para “Mundialização”, tem raízes com vários séculos de antiguidade, mas – como se lê no *Atlas de Relações Internacionais*, sob direcção de Pascal Boniface (2009: 6) – pode, com toda a justiça, ser considerado a principal característica da última década do século XX, na origem de uma modificação fundamental das relações internacionais.

O autor situa as primeiras manifestações no tempo das descobertas, tal como o antropólogo e jornalista britânico Martin Page ao escrever *A Primeira Aldeia Global – como Portugal mudou o mundo* (2008: 19-21) :- “A nós, ingleses, é fácil esquecer o facto de os portugueses, sob o comando de São Francisco Xavier, co-fundador dos jesuítas, terem vivido no Japão durante gerações, antes de os nossos antepassados saberem tão-pouco da existência

desse país. Os portugueses debateram teologia com os monges xintoístas, perante a Corte, e introduziram termos na língua japonesa, que ainda hoje são utilizados, como, por exemplo, *orrigato*, derivado da palavra «obrigado». Levaram a receita da tempura, o *fast-food* preferido dos japoneses. (...) Os portugueses foram conselheiros do imperador da China antes de Marco Pólo afirmar que ali tinha chegado. Levaram o piri-piri para a Índia, permitindo a invenção do caril, que os ingleses lá descobriram, tendo levado para o seu país como uma amostra do Raj (domínio) britânico. (...) O português é a segunda língua mais falada em Joanesburgo, na África do Sul; na cidade de Newark, em Nova Jérсия; no Luxemburgo e em Caracas, a capital da Venezuela. Existem comunidades de cidadãos de língua portuguesa, nascidos na Índia, Malásia, Formosa e China, bem como nas Bermudas, em Jersey, Toronto, Los Angeles e Brisbane, para além de muitas outras localidades.(...) Estão por todo o lado, mal se fazendo ouvir, de tal modo que poucos de nós damos pela sua presença”.

FIG.2 – MAPA DAS COMUNIDADES LUSÓFONAS



Nota: Assinalados com X no mapa estão comunidades, com mais de 100 mil pessoas cada, de imigrantes lusófonos fora dos 8 países de língua portuguesa ou de Macau, Goa e Galiza.

Fonte: <http://joaoxms.sites.uol.com.br/>

Na Fig.1 estão assim identificados Portugal -1; Cabo Verde-2; Guiné-Bissau – 3; S.Tomé e Príncipe – 4; Moçambique – 5; Angola – 6; Brasil – 7; Timor-Leste – 8. E ainda as regiões de Macau (Mac); Goa, Damão e Diu (Goa) e Galiza (G).

Por esta altura, podemos voltar a *convocar* Lauro Moreira que, lembrando ser o idioma português também o nono mais utilizado na internet, recupera o “Mar Português”, de Pessoa, para dizer que “Foram tão intensos e abrangentes os contactos estabelecidos por esses navegadores nos quatro cantos do mundo, que às vezes me ocorre pensar terem sido eles não apenas os arautos da globalização de que tanto hoje se fala, mas até mesmo instauradores do próprio conceito de *Humanidade*, ao constatarem na prática a existência de uma *raça humana*, composta por indivíduos com características idênticas – para além das naturais dissemelhanças físicas – em todas as latitudes da Terra” (2008: 6).

2. A CPLP

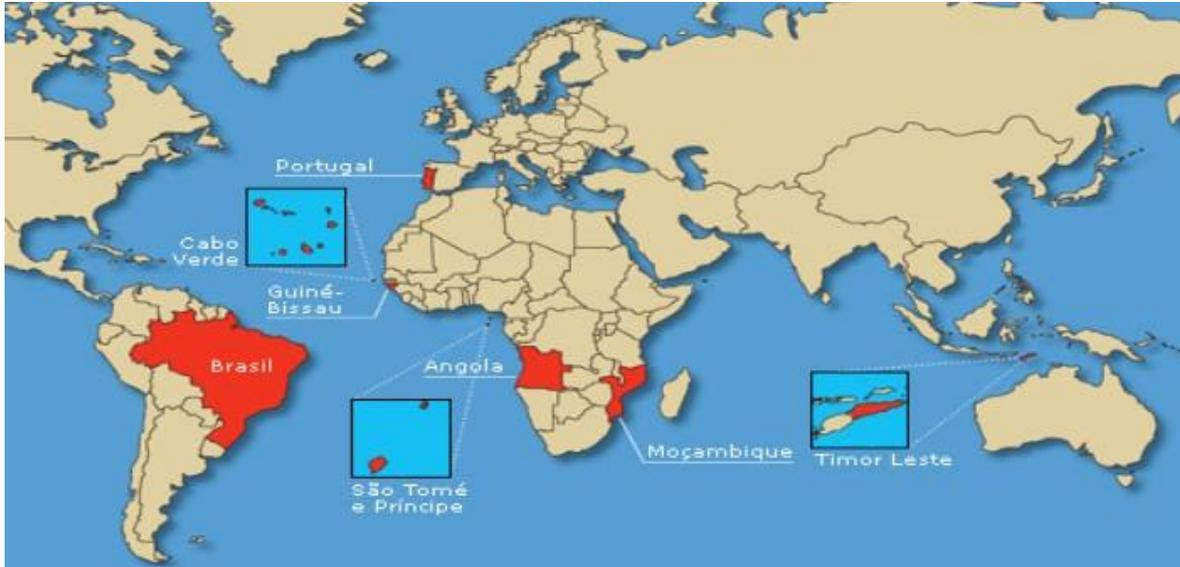
“O meu pai fez da CPLP a grande missão da sua vida pública”.

José Fernando Aparecido de Oliveira (2009)

São oito países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste) dispersos por quatro continentes - África, América do Sul, Ásia e Europa – com uma área terrestre de quase 11 milhões de Km², habitados por cerca de 250 milhões de pessoas. A ZEE dos “oito” tem uma área marítima de quase 8 milhões de Km² ligados por três oceanos – Atlântico, Índico e Pacífico. Acresce recordar que Portugal tem para análise nas Nações Unidas uma proposta para a extensão da Plataforma Continental que aumentará os limites da sua ZEE para 350 milhas e duplicará a área de jurisdição nacional para 3,6 milhões de Km² – equivalente à área dos países da UE no seu conjunto. A proposta foi preparada e apresentada ainda na vigência do anterior governo e é também uma das prioridades estratégicas do XIX Governo Constitucional nas questões relacionadas com o Mar e com a Defesa Nacional (Programa: 106). Idêntica pretensão foi recentemente anunciada por Angola. De acordo com a revista *África 21* (2011), as autoridades daquele país africano estão a preparar – com o apoio de técnicos do Brasil e de Portugal – um relatório que deverá ser entregue, até 2013, às Nações Unidas.

FIG.3 – ESTADOS-MEMBROS DA CPLP

ASSIMETRIAS E VIRTUALIDADES GEOPOLÍTICAS DO “ESPAÇO”



Fonte: (www.cplp.org/id-22.aspx)

Nota: A área do globo terrestre ocupada pelos oito Estados-membros da CPLP é muito vasta. São 10 742 000 km² - 7,2 por cento da terra do planeta (148 939 063 km²). Situado maioritariamente no hemisfério sul, este espaço descontínuo abrange realidades tão diversas como a do Brasil, quinto país do mundo pela superfície, como o minúsculo arquipélago de São Tomé e Príncipe, o Estado mais pequeno, em área, de África.

Resumidamente é este o mapa de uma entidade que não é homogénea, pois é detentora também de uma grande diversidade de matrizes culturais. Há uma língua comum – a portuguesa – mas não é exclusiva. Em Moçambique, por exemplo, falam-se 43 línguas e/ou dialectos e em Angola o número é de 41. Por outro lado, pode dizer-se que o *rendimento per capita* dos “oito” é caracterizado por uma grande assimetria, variando entre 23 mil USD em Portugal e 1000 USD em Moçambique, situando-se o Brasil em 10.800 USD e Angola nos 8.200 USD – de acordo com o portal “*indexmundi.com*” que cita o *CIA World Factbook* de Janeiro de 2011. Assimetrias igualmente nos sectores da saúde, educação e protecção social.

2.1. SUA GÉNESE

Na época dos primeiros passos, lentos e pesados, parecia possível e real – apesar do que hoje muitos consideram os equívocos originais – o sonho do antigo Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira, o “pai” da ideia da CPLP – “uma ideia tão velha quanto a nossa língua” como salienta o Embaixador Lauro Moreira (2009), para quem a Comunidade se institucionalizou em 17 de Julho de 1996...mas não tem data para acabar. No fundo, como afirmou o chanceler brasileiro Celso Amorim, a criação da CPLP “deu forma institucional a uma realidade que faz parte do nosso quotidiano” (Moreira,2009) e que tem por base três pilares fundamentais: a concertação político-diplomática; a cooperação para o desenvolvimento e a defesa e a promoção da Língua Portuguesa.

Continuando a citar Lauro Moreira (2009), a CPLP é, portanto, “uma ideia da qual os países africanos e Timor-Leste podem esperar uma cooperação de vantagens mútuas e sem sentimentalismos. Portugal poderá ser visto como a matriz original e já o Brasil é como que o traço de união entre Portugal e África”.

O sonho, criticado por uns – elogiado por outros, levou à criação de uma quase OI, partindo de um encontro de vontades dos Estados que partilham o português como língua oficial. Havendo oito países a querer consolidá-la, é porque lhe reconhecem importância.

Contudo, o trajecto de quinze anos de vida não foi isento de dificuldades, hesitações, incompreensões e conflitos. O filho do antigo embaixador Aparecido, acrescentando apenas Fernando ao nome do pai, nessa destacada e supra citação do ponto 2, disse ainda à *Lusa* em 2009, em Lisboa, que a CPLP está aquém do idealizado e que Portugal e o Brasil têm o “dever histórico” de lutar pela sua afirmação. Na mesma ocasião e de acordo com o texto publicado no *Expresso*, Fernando Aparecido de Oliveira considera ser dever de Portugal desenvolver com o Brasil uma série de acções ao nível da educação e cultura nos outros países da comunidade, aproveitando já o novo Acordo Ortográfico.

É um assunto que não podemos ignorar, dada a sua polémica actualidade, mas – por agora – centremo-nos no longo percurso de gestação desta curiosa tentativa de “integração”.

2.2. ANTECEDENTES “PRÓXIMOS E HISTÓRICOS” DA CPLP

É praticamente consensual o ano de 1989 como o do primeiro passo no processo de criação da CPLP, durante o primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos sete países de Língua Portuguesa [Timor não passava ainda de esperança e/ou de vontade] em São Luís do Maranhão, no Brasil, por iniciativa do então Presidente José Sarney que anunciou o projecto. José Aparecido de Oliveira exercia, na altura, as funções de Ministro da Cultura no governo Brasileiro e viria a “liderar” o processo até à formalização da Comunidade em 1996. Como forma de selar o compromisso, procedeu-se nesse mês de Novembro de 1989 – mês e ano de viragem na política bipolar mundial – à criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) que viria a ter a sua sede na cidade da Praia, em Cabo Verde.

Tudo isto é referido em várias fontes, incluindo a página oficial da Organização na internet. Mas um ensaio da Diplomata brasileira Juliana Soares Santos (2001: 2-6) faz-nos recuar até ao século XIX e ao rei João VI, com a criação da Comunidade Luso-Brasileira “vinculando Portugal, suas possessões ultramarinas e o Brasil recém independente” (apud FEIJÓ SOBRINHO, 1997). Já no início do século XX, prossegue Juliana Santos, “num Brasil de independência consolidada, destacam-se as manifestações de Sílvio Romero, em favor de uma Federação Luso-Brasileira”. Tal não chegará a acontecer, mas as afinidades entre os dois países levarão ao Tratado de Amizade e Consulta em 1953. É talvez um período que pode ser designado pela primeira fase do *esboço* da Comunidade – fosse qual fosse o nome que lhe quisessem atribuir.

Nessa década de 1950, prossegue a diplomata brasileira, destaca-se a sociologia *lusotropicalista* de Gilberto Freyre e aparecem novas vozes em favor de uma comunidade que reunisse os países de língua portuguesa. Mas o círculo de intelectuais permaneceu restrito e não insistiu no projecto, “em função, principalmente, da persistência do colonialismo entre os membros potenciais”(Santos, 2001). E referências posteriores, quer académicas, quer oficiais, conduzem frequentemente aos nomes de Freyre, Agostinho da Silva – dois nomes chave (Mota,2009: 30) – e mesmo Norton de Matos.

Mas a *guerra colonial* portuguesa nos anos de 1960 e 70, conduziu ao que Adriano Moreira chama de “revisão crítica” do pensamento brasileiro (Marchueta e Fontes, 2001: 8),

pontuando nomes como os de Faoro, Darcy Ribeiro, Buarque de Holanda, Carone, Caio Prado Júnior, “e se vão apagando presenças como as de Pedro Calmon, Josué Montello, Austragésilo de Athaíde”. E o Presidente Jânio Quadros, em 1961, opta pelo exercício de uma política externa “terceiro-mundista, ao sabor das tendências políticas da época” e o Brasil “retira o apoio político-diplomático que, até então, vinha prestando a Portugal, nomeadamente, no quadro das Nações Unidas” (Marchueta e Fontes: 14). Mariana Villares Cerqueira Mota fala de uma “designada Política Externa Independente” e esclarece que Jânio Quadros “era um homem que simpatizava com concepções de esquerda e nessa altura havia restabelecido as relações com a União Soviética, apoiou o regime de Fidel Castro e declarava-se assim ao lado do Movimento dos Não-Alinhados, um dos movimentos que surgiu durante a situação bipolar da Guerra Fria” (2009: 32).

O ano de 1964 marca uma nova inflexão da política externa brasileira, com a ditadura militar, e Adriano Moreira – que havia deixado de ser ministro do governo de Salazar – inspira e lidera a realização [1964 em Lisboa e 1966 em Lourenço Marques] dos «I e II Congressos das Comunidades da Cultura Portuguesa, que estiveram na origem da criação da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e da União das Comunidades da Cultura Portuguesa, cujos principais objectivos seriam a análise das possibilidades de estruturação de um “movimento de congregação dos portugueses” espalhados pelo mundo, para “defesa de um património comum que serve os interesses gerais da humanidade” (Marchueta e Fontes, 20001: 14)».

2.3. NOVO RUMO COM O 25 DE ABRIL DE 1974

No início da década de 70, do século XX, o pragmatismo dos interesses nacionais regressa à política brasileira no que diz respeito a África, apesar da assinatura, em 1972, da *Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses*. É então que, a 25 de Abril de 1974, o golpe militar do MFA e a posterior Revolução dos Cravos em Portugal abrem a possibilidade de novos rumos no relacionamento Luso-Afro-Brasileiro, dificultado – durante mais de uma década – pelos traumas da colonização, da guerra e descolonização e ainda, no contexto do Sistema Internacional, pela bipolaridade da chamada Guerra-Fria. É uma fase marcada pelo chamado *grupo dos 5* – integrando os cinco países

africanos de língua oficial portuguesa – durante a qual o Brasil afirmou e consolidou os seus interesses em África.

Como já se disse, a década de 1980 vem inverter um pouco essa fase de afastamento entre Portugal e as ex-colónias. Uma das prioridades do governo do Bloco Central é o reforço da cooperação com os PALOP e com o Brasil – defendendo Jaime Gama, então MNE, “uma *diplomacia dos pequenos passos* na construção de uma organização tricontinental com projecção na cena internacional” (Lopes e Santos, 2006: 20 apud Jaime Gama, 1985: 12). Mas já em Novembro de 1983, em Cabo Verde, o ministro português havia relançado a ideia da Comunidade Lusófona, em novos moldes, estendendo a cooperação com os PALOP e com o Brasil «a campos mais vastos». Ainda de acordo com Lopes e Santos – citando Jaime Gama - «(...) O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América [Timor, na Ásia, estava ainda num impasse], seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado, de Governo, promover encontros anuais de ministros de Negócios Estrangeiros, efectivar consultas políticas frequentes entre directores políticos de Ministérios de Negócios Estrangeiros e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar». A ideia de Jaime Gama previa ainda a hipótese de se criar um Secretariado permanente para gerir a dinâmica do novo relacionamento, idealmente sediado em Cabo Verde.

Surge depois a estratégia pragmática dos governos de Cavaco Silva consubstanciada na política de relacionamento Estado a Estado para – no dizer de Durão Barroso – “desfazer crispações, criar confiança, ultrapassar tentativas de apropriação político-ideológica de relações que só podem ser verdadeiramente profícuas se respeitarem as diferentes identidades dos Estados envolvidos, e se se mantiverem acima de querelas estéreis e de interesses particulares” (Lopes e Santos: 22, apud Durão Barroso, 1995: VII-VIII). Nos anos finais da década de 1980 – já com Portugal membro da Comunidade Europeia – a cooperação com os PALOP intensifica-se, fruto da revisão da Convenção de Lomé III e sabendo o governo português utilizar a qualidade de Estado-membro da CEE para defender os interesses dos países africanos lusófonos.

Foi, assim, possível – em Novembro de 1989 – chegar ao encontro de São Luís do Maranhão e obter resultados positivos no avanço da ideia da Comunidade, colhendo frutos, sobretudo, do empenho do governo brasileiro, particularmente do Presidente José Sarney e do Ministro José Aparecido de Oliveira. Mesmo sem a presença do Presidente de Angola e apesar do polémico episódio de competências e poderes constitucionais, relativamente a política externa e tratados internacionais, entre o Presidente Mário Soares e o Governo de Cavaco Silva.

A confiança no novo clima de relacionamento proporciona, em Novembro de 1990, a institucionalização da fórmula “5+1”, o que permite “evidenciar que a política de cooperação portuguesa – horizontal e orientada para o relacionamento intersectorial das administrações portuguesa e africanas – era claramente diferente, por exemplo, da francesa, não apenas devido à disparidade de recursos financeiros disponíveis, mas essencialmente porque não se regia por tentações neocolonialistas na cultura ou na economia (caso da petrolífera ELF Aquitaine, que manteve relações complexas e ainda não totalmente explicadas oficialmente com as ex-autoridades de países como o Congo e o Zaire), nem por outras atitudes de ingerência política nos Estados africanos” (Lopes e Santos: 22-23).

É uma atitude deliberada que Portugal assume e repete no que respeita ao processo de criação da CPLP para, no dizer de Durão Barroso (1995), citado por Lopes e Santos (2006: 24), “não ferir as susceptibilidades” dos países africanos ainda relutantes na concretização do projecto: «terá sido esse o motivo que levou Durão Barroso, então ministro português dos Negócios Estrangeiros, a rejeitar a ideia inicial do Brasil de formalização de uma Comunidade de Povos Lusófonos – o que, obviamente, desagradaria a Estados como Angola e Moçambique que, pela sua pluralidade étnica e linguística própria, não se reviam como povos de expressão ou de língua portuguesa».

O ano de 1991 marca em Portugal a criação do Fundo para a Cooperação Económica – uma iniciativa que «traduz o interesse português em praticar cooperação com os “Cinco” mais em acções concretas e menos nos discursos» (Lopes e Santos: 23) e que, de acordo com o IPAD (2011: 63), «Tinha como missão fundamental apoiar os agentes económicos de forma a, sem se substituir ao sistema bancário, complementar a acção deste, criando condições efectivas

de concorrência em matéria de investimento e de venda de serviços e equipamentos, com vista ao acréscimo da presença portuguesa nos países com os quais mantínhamos e queríamos desenvolver adicionais laços de cooperação». O “FCE” foi um importante instrumento financeiro dotado com um orçamento de 4 milhões de contos e que entrou em funcionamento em 1992. De acordo com a publicação do IPAD *Cooperação Portuguesa – Uma Leitura dos Últimos Quinze anos de Cooperação para o Desenvolvimento 1996-2010* (2011: 63-64), o FCE foi determinante na cooperação empresarial apesar da “rigidez” que lhe conferia a dupla tutela dos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros.

2.4. DIVERGÊNCIAS...APESAR DO EMPENHAMENTO

De divergência em divergência até à vitória da diplomacia – é como podemos classificar uma nova fase da evolução do processo e que se inicia apenas em 1993, já com Itamar Franco na Presidência Brasileira e Aparecido de Oliveira como Embaixador do Brasil em Lisboa. Coube-lhe efectuar novo périplo “africano” com o objectivo de mobilizar os PALOP. Seguem-se “Mesas-Redondas” Afro-Luso-Brasileiras no Rio de Janeiro, em Lisboa e em Luanda, «ocasiões privilegiadas para produzir momento e massa crítica que impulsionassem a CPLP» (Santos, 2001: 8).

E em Fevereiro de 1994, reunidos em Brasília, os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos *sete* decidem recomendar aos seus governos a realização de uma Conferência de Chefes de Estado e de Governo para a fundação da Comunidade. Foi criado, com sede em Lisboa, um Grupo de Concertação Permanente (GCP) e a Conferência ficou marcada para Junho de 1994.

Contudo, o evento foi adiado devido à ausência de Itamar Franco, cuja justificação [falecimento de seu sobrinho e secretário] «não foi bem aceite pelas diplomacias dos restantes Estados lusófonos» e de Nino Vieira, então em campanha eleitoral na Guiné-Bissau (Lopes e Santos: 29). Segundo estes mesmos autores, instalou-se um clima de desconfiança e Aparecido de Oliveira afirmou que se estava perante uma “conspiração de circunstâncias” – chegando mesmo a lançar “a suspeição sobre o Governo português, insinuando que o Primeiro-Ministro português cedera, na cimeira europeia na ilha grega de Corfu, a pressões britânicas e francesas,

cujos interesses eram contrários ao projecto lusófono” (Lopes e Santos: 29). Por outro lado, a situação político-militar em Angola era de confronto e à espera do acordo de Lusaka e preparavam-se eleições em Moçambique. Por insistência de Brasil e Cabo Verde (Lopes e Santos: 29), a Cimeira ficou agendada para Novembro de 1994. Mas em Outubro desse ano, foi a vez de Portugal estar ausente da quinta mesa-redonda da CPLP em Brasília – o que levou alguns dirigentes brasileiros a afirmar que Portugal ainda padecia de «uma certa nostalgia do Império». Viriam depois a agravar-se as divergências entre José Eduardo dos Santos e Mário Soares, com a UNITA de permeio, pelo que o Presidente de Angola decide não comparecer à Cimeira de formalização da CPLP de Novembro.

Aparecido de Oliveira ainda anunciou, em Bissau, a nova data – Março de 1995 – mas viria a cessar funções em Fevereiro e as negociações só foram reatadas em Maio e em Julho de 1995, passando o GCP a designar-se Comité de Embaixadores. Finalmente, em Abril de 1996 – em Maputo – a reunião ministerial aponta o mês de Julho desse ano para a realização da Cimeira. Mas ainda de acordo com Lopes e Santos (2006: 30) – enquanto em Lisboa, a 20 de Julho de 1995, o novo Presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, apesar das divergências com o seu novo Embaixador em Lisboa Itamar Franco (Santos: 9), procurava o desanuviamento das tensões entre Brasil e Portugal – em Moçambique, no dia seguinte, o Presidente Chissano confirmava a adesão do seu país à Commonwealth.

O final dos mandatos de Mário Soares, na PR, e de Cavaco Silva, no Governo, poderá ter influenciado a marcação definitiva da data da Cimeira constitutiva da CPLP para Julho de 1996. Pelo menos o interesse de Angola na criação da Organização foi reiterado por Eduardo dos Santos, em Lisboa, em Setembro de 1995, ao ainda PM Cavaco Silva. E já com o governo socialista de António Guterres, Mário Soares – ainda PR – visita oficialmente Angola, sendo recebido por José Eduardo dos Santos, entretanto «pressionado» (Lopes e Santos: 31) pelo executivo de Guterres.

A *última divergência* a “engrossar” o que depois se viria a designar por *pecados originais ou equívocos* da CPLP verificou-se em torno de Aparecido de Oliveira e do cargo de Secretário Executivo da Organização. No encontro ministerial de Abril de 1996, em Maputo, na qual se acordaram os princípios e os estatutos provisórios da Comunidade, Timor-Leste foi

admitido como observador e Jaime Gama anunciou que o primeiro secretário executivo seria angolano, de acordo com um critério alfabético.

Itamar Franco publicou no mês seguinte um texto num jornal português (Lopes e Santos: 32) «mostrando-se ofendido pelo facto de José Aparecido de Oliveira não ter sido indigitado como o primeiro secretário executivo da CPLP e criticou a escolha de um angolano, num momento em que a situação política não era ainda estável nesse país». Ana Clarissa B. Maia, num trabalho de pós-graduação sobre a CPLP – no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (2009: 97-98) – cita mesmo as palavras de Itamar Franco ao jornal *Público* de 22 de Maio, com o título de *A construção ameaçada*: «[...] é conveniente meditar nas dificuldades por que passa Angola, com uma guerra civil ainda não definitivamente resolvida, e com a necessidade de reconstruir a sua economia quando deve assistir aos que a guerra tornou inválidos, cuidar dos órfãos e vencer os terríveis índices de mortalidade infantil. É claro que, nesse quadro, não será uma homenagem ao Governo de Angola atribuir-lhe as responsabilidades de estruturar uma Comunidade com essa dimensão e esse programa de grande presença no mundo contemporâneo». Reacções de desgosto na diplomacia brasileira levaram a que o país viesse a estar ausente do primeiro encontro inter-parlamentar dos países lusófonos, realizado em em Junho de 1996 em Lisboa. Na sequência do episódio, agravado também por divergências com o Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre uma alegada ausência de *política efectiva* do Brasil a propósito da auto-determinação de Timor-Leste (Santos: 9), Itamar Franco viria a ser colocado na Organização dos Estados Americanos (OEA) logo a seguir à fundação da CPLP a 17 de Julho, cerimónia que também não contou com a presença do ex-presidente do Brasil José Sarney e com o Presidente de S.Tomé e Príncipe Miguel Trovoada.

FIG. 4 –ACTO CONSTITUTIVO DA CPLP EM LISBOA



Nota: Os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, (E-D) o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, de Cabo Verde, Mascarenhas Monteiro, de Portugal, Jorge Sampaio, o primeiro-ministro português, Antonio Guterres, da Guiné-Bissau, Joao Bernardo "Nino" Vieira, de Moçambique, Joaquim Chissano, o representante de São Tomé e Príncipe e ainda o Secretario Executivo da CPLP, Marcolino Moco, durante a Cimeira Constitutiva da CPLP, que decorreu a 17 de Julho de 1996 no Centro Cultural de Belém

Fonte: <http://www.cplp.org/id-45.aspx>

2.5. OBJECTIVOS E PILARES FUNDAMENTAIS

Lendo a Declaração Constitutiva da CPLP (em Anexo I), percebem-se preocupações e motivações próprias e comuns aos Estados-membros, como os valores culturais – particularmente a língua – democracia, não ingerência nos assuntos internos de cada Estado, da solidariedade e da cooperação para o desenvolvimento – mas também imperativos de carácter universalista, como são o respeito pelos direitos humanos, a cooperação entre os povos, a paz e a justiça social.

Nessa perspectiva, merece realce o disposto no artigo 3º dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ao determinar que “São objetivos gerais da CPLP: a) a concertação político-diplomática entre os seus Membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos *fora* internacionais; b) a cooperação, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico; c) a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa”. Destes três pilares derivam todos os outros objectivos enunciados, de acordo com os princípios estabelecidos.

Entretanto, com o passar dos anos e reflectindo a realidade dos fluxos migratórios, tem-se vindo a falar de um quarto pilar – de complexa e difícil gestação – o da Cidadania, para o qual se chamou a atenção mais uma vez na última Cimeira de Luanda, prometendo-se avanços significativos nas reuniões ministeriais subsequentes. É um tema já em debate desde o início do século mas, ao fim de onze anos, “há ainda um longo caminho a percorrer” na opinião do Secretário Executivo Simões Pereira. Em declarações recentes à agência *Lusa* e publicadas na página online da *Rádiatelevisão Caboverdiana* (2011), Simões Pereira reconhece que “foram dados passos significativos” mas, contudo, “vai uma grande distância” entre as declarações de intenções dos Estados e a ratificação de instrumentos que possibilitem a livre circulação de pessoas bem como a sua integração plena enquanto cidadãos lusófonos. De acordo com o Secretário Executivo da CPLP, dados estatísticos não actualizados apontam para cerca de um milhão de cidadãos a viverem em Estados diferentes no âmbito dos “oito”.

Um ensaio dos diplomatas Alice Pessoa de Abreu, Irene Vida Gala e Márcio de Paula Fernandes com o título *Cooperação – Um dos Pilares da CPLP*, publicado na revista do IBRI, em 2001, com organização de José Flávio Sombra Saraiva e sobre o tema genérico de *CPLP – Países de Língua Portuguesa*, refere que este *pilar*, “embora não inscrito nos documentos constitutivos da CPLP [podendo, contudo, ler-se na Declaração Constitutiva a expressão *promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP*], tem despontado nas preocupações dos Estados-membros”. O ensaio aponta como razões os fluxos migratórios e uma certa analogia com o processo de integração europeia.

2.6. ESTRUTURA ORGÂNICA E FUNCIONAMENTO

De acordo com a página oficial da Organização na internet, “no acto de criação da CPLP, foram estabelecidas como órgãos da Comunidade as seguintes instâncias:

A Conferência de Chefes de Estado e de Governo

O Conselho de Ministros

O Comité de Concertação Permanente

O Secretariado Executivo

Posteriormente, os Estatutos revistos na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo (Brasília,2002) estabeleceram como órgãos adicionais da CPLP:

As Reuniões Ministeriais Sectoriais

A Reunião dos Pontos Focais da Cooperação

Em Luanda, o X Conselho de Ministros em 2005 estabeleceu também como órgão adicional: O Instituto Internacional de Língua Portuguesa – IILP”.

<http://www.cplp.org/id-46.aspx>

O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem por incumbência implementar as decisões dos três órgãos deliberativos (Conferência, Conselho e Comité). É dirigido pelo Secretário Executivo, alta personalidade de um dos países membros, eleito rotativamente por um mandato de dois anos, que pode ser renovado uma única vez. O Secretário Executivo é coadjuvado por um Director-Geral, desde 2008.

2.7. A REALIDADE HOJE...OU A MAIORIDADE AOS 15 ANOS

Se “A Lusofonia é vivência, a CPLP é vontade política”, como diz José Carlos Venâncio (2006) e se, como lembrou sempre José Aparecido de Oliveira, “A CPLP é uma comunidade fundada sobre a unidade da língua e um projecto de geopolítica e de geoeconomia” (1996), pode afirmar-se hoje que “A CPLP é uma organização internacional” (Lopes, 2011: 21). Mas, ainda segundo Ernâni Lopes, “não é apenas uma instituição

multilateral, possui uma missão específica, com base em princípios de relacionamento multilateral entre Estados que têm um património histórico e usam uma língua comum para expressarem os seus interesses e os seus projectos. (...) O cerne da questão está, sobretudo, no potencial de futuro que o espaço económico pode conferir, pois no presente a questão não foi ainda maximizada, ou não foi explorada até onde é possível...(Lopes, 2011: 21-22).

Assim, por um lado, a Lusofonia é vivência, independentemente de uma perspectiva racionalmente crítica ou emocional e afectiva; por outro, sabemos que a CPLP – enquanto organização de Estados – depende das vontades políticas dos seus membros.

2.8. ESPAÇO POLÍTICO...

É neste espaço descontínuo e assimétrico que se projecta a ideia da CPLP, ambiciosa mas ainda de tempo curto, tendo completado recentemente 15 anos de vida – oficialmente fundada em 17 de Julho de 1996, em Lisboa. E são exactamente essas assimetrias que condicionam o desenvolvimento de projectos de cooperação e de capacitação – diz Lauro Moreira (2009). Mas não é essa a percepção do actual Chefe de Missão do Brasil na CPLP. Pedro Motta Pinto Coelho disse-nos, em gravação (2011), que “essas assimetrias constituem um elemento de coesão, de aproximação. Nós trabalhamos com cooperação, nós trabalhamos com a busca de entendimento, nós trabalhamos com a concertação política entre os países. (...) Nós temos a missão política da aproximação, vemos a CPLP como uma entidade política, um espaço político. A CPLP não é apenas uma congregação de países – ela forma um espaço próprio, específico, apesar da dispersão geográfica”(2011).

Não será demais lembrar a dúvida de Adriano Moreira (embora dos primórdios da organização, 1999) já aqui expressa: - “Será possível construir grandes espaços, baseados no consentimento, na racionalidade e nos interesses comuns, numa concepção de direito internacional, e de direitos e deveres responsabilmente assumidos”? Uma dúvida razoável, apesar de tudo, tendo em conta as críticas recorrentemente formuladas aos “equivocos da CPLP”.

Mas, esperançado em que a actual crise não vá afectar os projectos em execução, Pinto Coelho acrescenta que a CPLP “é uma entidade modelo, jovem mas em crescimento, sólida e definitivamente afirmada” [José Sócrates preferiu utilizar em Luanda, em 2010, a expressão ‘atingiu patamar de consolidação institucional’] – um espaço que o Brasil vê como muito importante, valorizado pela cooperação política, económica e cultural.

A título de exemplo – que não de balanço efectivo por falta de informação adequada, pois não nos foi facultada (a solicitação, apesar de repetida, ficou sem resposta) a possibilidade de visitar as instalações e recolher in loco os dados específicos junto do Secretariado Executivo – uma consulta ao sítio da CPLP na internet (www.cplp.org) permite dizer que já se realizaram 22 reuniões ordinárias de pontos focais de cooperação (ROPFC) e 3 reuniões extraordinárias (REPFCA), sendo que na 12ª foi feita uma reflexão sobre a cooperação no âmbito da CPLP. No documento então produzido, ressalta a prioridade a dar aos desafios e contribuição da CPLP para os ODM; a elaboração de um Programa Indicativo de Cooperação de carácter plurianual; enfatizar projectos de carácter multilateral – de forma a assegurar que todos os países envolvidos se sintam parte e beneficiários – contrariando o desenvolvimento da dicotomia “países doadores/países receptores” no seio da Comunidade; e desenvolver esforços no sentido de aceder mais regularmente a fontes internacionais de financiamento. (ANEXO).

Em termos mais concretos, e reconhecendo a actualidade e a importância das matérias no âmbito da cooperação, podemos recorrer a um dos pontos do relatório da 22ª ROPFC – que decorreu em Lisboa entre 28 de Fevereiro e 02 de Março de 2011 – e ficar a saber a existência de projectos sobre Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, Protecção Social, Trabalho Infantil, Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável, Intercâmbio em matéria eleitoral dos países da CPLP, Curso de Prática Diplomática para os PALOP e Timor-Leste e o I Fórum da Sociedade Civil. Este Fórum, que até há pouco não tinha data precisa e local marcados, supondo-se que possa decorrer ainda em 2011, começou a ser preparado no ano passado na Baía.

Regressando à actualidade da crise europeia e mundial e eventuais reflexos na cooperação Portugal-CPLP, e ao contrário do embaixador do Brasil junto da Organização, há nesta altura algumas Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD)

receosas de possíveis cortes no pacote de 400 milhões previstos no OE. Num trabalho publicado na revista *África 21* (Junho 2011: 68-69), tomando ainda como base o orçamento do governo anterior, dos 400 milhões de euros para toda a cooperação, 80 cabem ao IPAD e às ONGD apenas 4 milhões – valores idênticos aos de 2010. Se houver cortes, poderão estar em causa projectos ligados à Associação para a Cooperação entre os Povos (ACEP) na Guiné-Bissau e em S.Tomé e Príncipe; do Instituto Valle Flôr nos PALOP, no Brasil e em Timor-Leste e também em Cabo Verde de forma particular, pois o país tem 40% do seu pacote de investimentos ligados a financiamentos de Portugal.

De Portugal também, mesmo que ao abrigo de linhas de crédito na cooperação bilateral, importa referir a “visão” estratégica “africana” dos Estaleiros Navais de Peniche. Pode dizer-se que, praticamente em contraponto com o que se passa nos estaleiros de Viana do Castelo, a empresa de Peniche e o governo de Moçambique aproveitaram as linhas de crédito estabelecidas entre Portugal e aquele país africano para assegurar uma carteira de encomendas de quase 20 milhões de euros. Num artigo assinado por Carlos Cipriano para o jornal *Público* (18/07/2011), curiosamente com o ante-título “Europa demasiado proteccionista” – fica a saber-se que Moçambique é, actualmente, o principal destino das exportações dos ENP. Uma aposta internacional com “vocaçãõ” africana, pois Senegal, Nigéria, Cabo Verde e Angola já têm embarcações construídas em Peniche. Agora, lê-se, chegou a vez de Moçambique e Argélia, “porque a Europa é muito proteccionista”. Dois navios de carga, uma lancha de 29 metros e dois ferries para passageiros são destinados a operar no Lago Niassa e em Cahora Bassa.

Com origem na crise ou não, mas certamente hoje dela decorrente, o certo é que Portugal está longe de atingir o compromisso dos países da OCDE para a ajuda ao desenvolvimento – o equivalente a 0,7% do PIB. Também por isso, a necessidade que os países da CPLP têm de recorrer coordenadamente às já referidas fontes internacionais de financiamento.

Na mesma edição de *África 21* (pp.66-67), relevância para um típico caso de parcerias para a cooperação. A CPLP e a OMS juntam-se contra o desperdício nos gastos com a saúde. O relatório de 2010, da OMS, produzido em parceria com a CPLP e sobre o tema “Financiamento

dos Sistemas de Saúde – O caminho para a cobertura universal”, salienta que um dos obstáculos é o uso ineficiente e desigual de recursos. Por isso, a directora geral da OMS, Margaret Chan, apela aos países para que “antes de cortarmos nas despesas em saúde, procuremos primeiro as oportunidades para aumentar a eficiência”. No âmbito da cooperação entre a CPLP e a OMS, destaca-se a formação dos recursos humanos com base no Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS). Para essa formação, muito tem contribuído o Centro de Formação Médica Especializada da CPLP, inaugurado em 2010 na cidade da Praia em Cabo Verde.

Um outro exemplo de parceria internacional foi anunciado e celebrado nas vésperas da cimeira de Luanda, em 2010, entre a CPLP e a Fundação Aga Khan para o Desenvolvimento (AKDN). Notícia da *Lusa* publicada na *Visão* dava conta do objectivo do protocolo: “promover a cooperação mútua entre as partes em vários campos relacionados com a melhoria da qualidade de vida de populações que vivam em contextos vulneráveis em todos os países da CPLP” (22/07/2010).

Existem também protocolos e/ou acordos de cooperação entre a CPLP e a FAO, OIT, UNESCO, UNCTAD, UEMOA e OMPI.

2.9. TAMBÉM ESPAÇO POLÉMICO

Apesar destes exemplos, Inocência Mata – africana de S.Tomé e Príncipe mas *insinuando-se* (itálico nosso) cidadã do mundo – insiste em que a CPLP “não está a ser um instrumento de afirmação internacional” (2009).

Recuperando José Carlos Venâncio e a ideia de que não se deve confundir a CPLP com a lusofonia, critica-se a falta de financiamento e diz-se que a organização é uma entidade bloqueada: “Se houvesse vontade política dos Estados que compõem a CPLP, poderia ser uma importante plataforma de entendimento e afirmação cultural e literária”. Mas, acrescenta Venâncio, a dinamização do português dificilmente passa pela CPLP (2006).

Por outro lado, há uma “visão” africana modelada pelo olhar e pelo sentir do sociólogo português Boaventura Sousa Santos que – já depois da cimeira de Luanda em 2010 – escreveu

um artigo de opinião na revista *Visão* a dizer que, predominando os países africanos na CPLP, “não admira que nela dominem as dinâmicas políticas africanas, regionais, e que sejam estas a condicionar as relações com países como Portugal e o Brasil”. Reflectindo sobre o interesse acrescido desses países africanos em fortalecer as organizações internacionais em que participam, quer sejam herdeiras do pan-africanismo [UA, SADC ou CEDEAO], quer tenham nascido ainda em tempo colonial ou já no pós-colonial, como a Commonwealth, a Francofonia e a CPLP – Sousa Santos entende que é nesta última que os países africanos têm, por agora, mais capacidade de manobra, uma vez que as fraquezas da ex-potência colonial não lhe permitiram “controlar os processos de desenvolvimento pós-independência”. O que, na sua opinião, não significa que “os laços neocoloniais não possam vir a surgir, quer protagonizados por Portugal quer pelo Brasil (que foi colonizado, não colonizador, outra originalidade da CPLP)”.

O sociólogo português – continuando a exprimir a sua “visão africana” – salienta depois a “forte dose de pragmatismo” com que os países africanos olham para as organizações de origem neocolonial, para justificar que não faz sentido, “à luz do que tem sido a lógica da sua evolução”, evocar a língua, as tradições culturais e os valores de Direitos Humanos como critérios definidores de pertença a essas organizações. Sem referir o nome da Guiné Equatorial [que viu mais uma vez rejeitada a sua adesão de pleno direito à CPLP na cimeira de Luanda], Boaventura de Sousa Santos reage com dureza e escreve “hipocrisia, incoerência e arrogância” dos Estados-membros no privilégio de definição da norma: -“aos filhos legítimos da CPLP permitimos tudo, aos filhos adotivos exigimos que cumpram a lei e os princípios”.

No sentido crítico, também a voz do escritor português Vasco Graça Moura para quem (*JN online*, 2010) – destacando as dificuldades do IILP – a CPLP “é uma espécie de fantasma que não serve para rigorosamente nada, que só serve para empatar e ocupar gente desocupada”.

No mesmo balanço o sempre crítico Reitor da Universidade Lusófona – primeiro de Lisboa, agora do Porto – Fernando dos Santos Neves, autor da Declaração de Luanda para a criação do ELES, Espaço Lusófono do Ensino Superior, em 2002. Também ainda a propósito da questão da Guiné Equatorial, Santos Neves declarou à Agência *Lusa* que a adesão daquele país do Golfo não descredibilizaria a CPLP – uma organização que, diz, “não tem carácter”. E

acrescentou:- “A CPLP não é nada. Talvez um dia o venha a ser, isto é, se o Brasil quiser que assim seja” (*Visão online*, 2010).

Ora, exactamente o embaixador do Brasil junto da CPLP – o já citado em diversos capítulos deste trabalho, Pedro Motta Coelho – por ocasião da cimeira de Luanda e também a propósito do IILP (*Lusa/Visão online*, 26/07/2010), salientou a aprovação do plano de acção e reestruturação daquele Instituto, afirmando ainda que a língua portuguesa é cada vez mais importante na defesa de “todos os interesses, incluindo económico, político e comercial” a nível multilateral.

Mas antes, em 2004 (*Janus online*), André Corsino Tolentino dizia que “A prática mostra uma CPLP politicamente fraca, sem linha de rumo perceptível, hesitante entre as pressões conjunturais de base mimética e a busca de um projecto estável e mobilizador”. Mas não deixava de falar na língua comum como “vantagem comparativa e factor de competitividade”. Duas singularidades vantajosas, referia, para concretizar que a CPLP resultou da vontade soberana de nações independentes e nasceu como organização linguística e cultural. Talvez o longo tempo decorrido entre estas posições possa justificar as nuances de cada uma das perspectivas.

Mais próximo no tempo (*JN online*, 2008) e em circunstâncias globalizantes diversas e mais avançadas – incluindo a crise financeira e económica mundial – podemos atentar na visão de João Gomes Cravinho:- “A CPLP é muito valiosa”. A organização é vista como parte da criação de uma rede internacional de resposta à crise e na qual devemos continuar a investir, (apesar da crise) tendo em conta o futuro.

É esta direcção que o antigo Presidente da República, Ramalho Eanes, aponta para enfrentar os desafios nos países da lusofonia – “semear com incerteza o aproveitamento de novas oportunidades” em vez da outra via, a da decadência, em que não se arrisca. Falando na conferência Triângulo Virtuoso, organizada pelo semanário SOL, o antigo Chefe de Estado defendeu que as relações entre os países lusófonos assumem uma importância estratégica na cooperação entre Angola, Brasil e Portugal, reforçando o peso de cada um dos países em três continentes. E Ramalho Eanes acredita que, na actual conjuntura económica, a Lusofonia pode

ser uma luz ao fundo do túnel:- «**As conjunturas ‘crísicas’ podem ser o prenúncio de uma nova e promissora alvorada**» (SOL online, 2011).

Há quem tenha estranhado – e, porventura, até imaginado um caminho, mesmo que estreito, para uma oportunidade neocolonialista – a ideia expressa à Deutsche Welle News World pelo professor universitário alemão André Thomashausen, a leccionar na África do Sul (UNISA), segundo a qual as raízes de um “Portugal viável” estão “em África e no universo português, que não tem fronteiras” (DW online, 2011). Relacionando a crise portuguesa com a integração do país na UE – onde se situam as grandes indústrias com vantagem competitiva relativamente às empresas portuguesas – Thomashausen diz pensar que “vale a pena repensar o alinhamento de Portugal com os países de expressão portuguesa” *exportando* nomeadamente mão de obra qualificada e software informático.

Talvez por isso – voltando à cimeira de Luanda – o Presidente da República Portuguesa, Cavaco Silva, tenha destacado a maior expansão da língua em países terceiros e tenha afirmado que “é preciso ir mais longe” em dossiês como a cidadania lusófona ou o envolvimento da sociedade civil na construção da comunidade. Cavaco Silva assinalou também os progressos registados nas negociações sobre a “Convenção Quadro” relativa ao estatuto do cidadão da CPLP (JN online, 23/07/2010).

É por este aspecto que Marcolino Moco começa a sua recente reflexão sobre os 15 anos da CPLP (2011) – da qual foi primeiro Secretário Executivo – recordando que a realidade geopolítica dos Estados-membros bem cedo mostrou as contrariedades. Os desequilíbrios verificados sobretudo nos planos económico e social, poderiam promover um desregulamento migratório de imprevisível dimensão – pelo que se optou por algumas alterações positivas na emissão de vistos, de benefício limitado particularmente para as elites políticas. Num texto publicado em Maio deste ano e solicitado em exclusivo pelo sítio da Internet *Lusomonitor*, Marcolino Moco considera que a área mais produtiva tem sido a da concertação político-diplomática, destacando particularmente a cooperação no domínio das manobras militares conjuntas. E na sua perspectiva, a CPLP devia aprofundar a cooperação económica e, prioritariamente, a cooperação cultural – a matriz e o mais seguro fundamento. Neste aspecto, Marcolino Moco diz que a promoção da língua portuguesa devia ser feita em cooperação com

as línguas locais dos outros Estados-membros, o que poderia motivar maior entrosamento das sociedades civis e proporcionar maior visibilidade, maior sensação de utilidade.

2.10. CPLP NÃO É UM ÉMULO DA COMMONWEALTH OU DA FRANCOFONIA

Tendo em conta um quadro muito diverso no último lustro dos anos de 1990 e a realidade de uma descolonização, na altura, de memória ainda muito recente, José Aparecido de Oliveira lembrou que, ao contrário da Commonwealth, a CPLP foi concebida “numa fase pós-colonial, o que lhe confere a vantagem de afastar uma postura de subordinação cultural a qualquer dos seus membros” (1999: 41 apud Palmeira, 2006: 92).

E disse mais, ficando célebre a sua frase “A primeira das nossas preocupações na CPLP foi a de instituir uma sociedade rigorosamente entre iguais, de tal maneira que as dimensões físicas e políticas dos países participantes não influíssem na formação do grupo nem na sua orientação futura.” (*Revista Lusofonia* apud *Quintus*, 11/10/2010).

Não sendo a CPLP um émulo da Commonwealth ou da Francofonia – dizia há uns anos Fernando Jorge Cardoso na revista *O Mundo em Português*, do IEEI (2003) – “ela também não é, e nem deve esperar vir a ser, um organismo de integração regional, mesmo na sua forma mais simples de zona de livre comércio, não só pela dispersão geográfica mas também pelas profundas clivagens entre as respectivas economias. Nesta ordem de ideias, as expectativas sobre a Comunidade devem ser continuamente repostas em níveis realistas, não demasiado ambiciosos”.

Entre expectativas e realidades, a ambição foi sendo realisticamente renovada e crescendo de acordo com o nível de maturidade e de conhecimento mútuo entre os “oito” – apesar das dificuldades colocadas pela agenda política de cada um – sabendo-se que “a língua comum, elemento central de coesão e identidade da CPLP, não basta, por si só, para afirmar uma nova entidade internacional com objectivos políticos e de cooperação” (Cardoso, 20003).

Contudo, hoje, o embaixador brasileiro Pedro Motta Pinto Coelho continua a distinguir o “pensamento vertical” da anglofonia e da francofonia, por oposição ao “pensamento

horizontal” da CPLP, onde o controlo é exercido por todos os Estados-membros, não existindo, assim, a pretensão de liderar. Por outro lado, prossegue Pinto Coelho, “A CPLP, é uma questão que está dentro da sociedade, está integrada na alma do povo brasileiro. Já não é tão desconhecida mas é consensual e não é objecto de questionamento. Não é um caso partidário, não é afectada por mudanças de governos

2.11. ORGANIZAÇÃO MUITO ORIGINAL

É provável que esta questão da liderança, por demasiado delicada tendo em conta o passado ainda recente de Portugal e a paciente ou prudente estratégia do Brasil, não tenha sido até ao presente frontalmente assumida. O Professor Adriano Moreira – em gravação no início de 2011 – pensa, no entanto, “que nós temos que estar preparados para admitir que a liderança é brasileira”. E Portugal não pode criar rivalidades, até porque a presença portuguesa no Brasil está a diminuir. E a propósito da liderança, o Professor remete-nos para uma sua crónica no *DN* (2009) – sobre O poder emergente do Brasil – e para uma comunicação na revista *Estudos do Séc. XX*, do CEIS20 e também publicada em *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa* (2010: 16-18) sob o título *A Crise, A Segurança, A Mudança*. No texto recorda que “A eleição do Brasil para o Conselho de Segurança é um facto que, para além do reconhecimento pela comunidade internacional da importância que assumiu nas balanças mundiais de poderes, estratégica, económica, e cultural, deve também ser avaliado no que respeita à sua eventual participação na liderança do alinhamento militar na América do Sul, e às perspectivas de consolidação da responsabilidade que se aproxima de países da CPLP para a definição da segurança do Atlântico Sul”.

Por outro lado, convergem para esta região interesses comuns do chamado Triângulo Virtuoso. A Portugal, Brasil, Angola, ou – numa perspectiva mais alargada – Europa, América do Sul e África, interessa uma cooperação especial que tem a ver com a preocupação pela ameaça do crime organizado transnacional. Comentando os resultados da última cimeira da NATO em Portugal, no decorrer de um seminário organizado pelo CEPES e pela Universidade Lusíada do Porto (2010), José Manuel Anes salientou a ligação do crime organizado ao terrorismo, colocando no mapa por exemplo a Guiné-Bissau e a Nigéria como

pontos de referência do tráfico de droga entre a América do Sul e África. Neste quadro de análise, o general Loureiro dos Santos estranhou o facto de a NATO – no seu novo conceito estratégico – não ter dado grande importância ao Brasil e a África, exactamente as duas margens do Atlântico Sul.

Neste “mar” e falando da NATO, coloca Paulo Gorjão – director do IPRIS – “ os (des)entendimentos lusófonos”, particularmente quando escreve que Portugal e o Brasil encaram diferentemente, pelo menos à primeira vista, um eventual envolvimento directo da NATO naquela região atlântica. Contudo, diz Gorjão (2010), apenas por uma questão meramente formal já que, na prática, “o governo brasileiro quer assegurar que será um actor e não um mero observador no processo” – sabendo embora não possuir ainda recursos e poder para, por si só, assegurar a estabilidade da zona. Mas trata-se de uma ambição legítima, acrescenta Paulo Gorjão, a qual tem o apoio do governo português:- “Portugal valoriza o triângulo estratégico que tem nos vértices Brasília, Lisboa e Luanda, e cujo espaço interno engloba o Atlântico Sul. Nesse sentido, Portugal apoiará todas as iniciativas que reforcem o diálogo entre a NATO, o Brasil e os restantes países de língua portuguesa”(i online).

Um ponto de vista não totalmente partilhado pelo Brasil, pelo menos diplomaticamente. Para o embaixador Pinto Coelho (2011), o Atlântico Sul é visto apenas como uma zona de paz e de cooperação, designando-se exactamente ZOPACAS. E para além do Mercosul e da CPLP, o Brasil tem ainda o IBAS – onde se incluem a Índia e a África do Sul – iniciativas sempre encaradas como busca de aproximações, de cooperação e busca de identidades.

Talvez também por isso, o Prof. Adriano Moreira nos tenha dito em gravação (2011) que a CPLP é uma organização muito original, pese embora os discursos recorrentes à volta de “incertezas” e/ou de fantasmas. Terminado o império euromundista com a desagregação do império português – Adriano Moreira abre aqui um parêntesis para lembrar não ser verdade que o português tenha sido o único onde as armas falaram mais alto (mais de 400 mil pessoas morreram quando a Inglaterra separou a Índia do Paquistão; a França antecipou na Indochina a versão do Vietnam e, na Argélia, a resistência de François Mitterrand custou rios de sangue) – há uma originalidade da CPLP. Porquê? – pergunta o Professor. Porque, responde, “a França, que tem instrumentos de projecção da sua cultura como a Alliance Française, não tem uma

CPLP; a Espanha, que tem uma série de países, sobretudo na América Latina, que falam espanhol e tem o Instituto Cervantes – não tem CPLP; a China, actualmente, já tem espalhados por todo o mundo cerca de 300 Institutos Confúcio, mas não tem nenhuma CPLP. Portanto, a CPLP é, de facto, uma originalidade. A reunião de tantos países unidos pela mesma língua como primeiro elemento. Já isto tem a sua importância! Mas é difícil avaliar a sua importância – com o que está a acontecer no Ocidente e as suas consequências económicas e financeiras – se pense só em termos económicos”! Devem ser consideradas, diz-nos Adriano Moreira (2011), outras questões – como por exemplo a língua, “que transporta valores e que também é mestiça”. Tão mestiça e tão rica como a que José Craveirinha utilizou poeticamente na sua “Fraternidade das Palavras” (1974):

O céu

É uma *m'benga*¹

Onde todos os braços das *mamanas*

Repisam os bagos de estrelas.

Amigos:

As palavras mesmo estranhas

Se têm música verdadeira

só precisam de quem as toque

ao mesmo ritmo para serem

todas irmãs.

E eis que num espasmo

De harmonia como todas as coisas

Palavras *rongas* e algarvias *ganguissam*

Neste *satanhoco* papel

E recombina o poema.

¹ *m'benga* – pote de barro; *mamanas* – mulheres; *ronga* – dialecto mais meridional do grupo linguístico banto tsonga. É falado numa pequena área que inclui a cidade do Maputo; *ganguissam* – namoram; *satanhoco* – uma coisa que não presta.

“A expressão de certos sentidos” de Craveirinha, em Rita Chaves (apud Brito e Bastos em Sousa, 2006: 75), numa harmonia de palavras e de muitas coisas que podem modelar a CPLP, apesar de ou tendo em conta aquilo a que Adriano Moreira chama de “Pontos Críticos da CPLP” – enunciados em 2009 no *DN* e posteriormente reiteradas ao autor deste trabalho (2011) – observando/percebendo a conjuntura e escutando “o diálogo construtivo sobre as respostas sustentáveis”. Condição fundamental é não colocar em dúvida a exigência irrenunciável da igualdade dos Estados participantes – o que não será incompatível com lideranças destacadas e apoiadas em autoridade reconhecida e não em poder imposto, tomando como paradigma para as organizações regionais exactamente o modelo da NATO.

3. OS VALORES DA LÍNGUA

“Numa época de globalização total, voltamos a ter algum espaço a nível internacional por via da língua, o único activo que restou da nossa expansão marítima”

ISCTE. Luis Reto(Coord.),2009.

“Enfim, a língua portuguesa passa a ser um produto de exportação que deve acompanhar a expansão da presença política, empresarial e econômica brasileira”.

Irene Vida Gala, 2003.

A diplomata brasileira e Mestre em Relações Internacionais, Irene Gala, com larga experiência em países africanos, avançava esta ideia numa altura em que a política externa do Brasil começava a entender a África de língua portuguesa como “a oportunidade de instalar pontes de contato e de projeção natural sobre várias regiões de África” (Gala, 2003: 22). A diplomata recordava o uso do português já como língua de trabalho em algumas organizações internacionais como a OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual e a UNESCO, e a “demanda crescente que pode ainda ser estimulada”, concretamente através do ensino do português no exterior e no campo das tecnologias da informação. E num seminário sobre cooperação entre países de língua portuguesa, realizado em Fortaleza em Maio de 2003, Irene Gala valorizava a troca de conhecimento e de apoio técnico dizendo “Ao fortalecermos a língua portuguesa, estaremos beneficiando o povo brasileiro, que em sua maioria só consegue se comunicar em português”(2003).

Contudo, parece ter havido um largo interregno entre as ideias de Irene Gala e o presente – tendo em conta uma afirmação recente do actual Embaixador do Brasil junto da CPLP, Pedro Pinto Coelho (entrevista gravada, 2011), mesmo tendo o cuidado de creditar uma certa amplitude ao termo *agora* : - “E o valor da língua que Portugal já descobriu antes...nós,

Brasil, estamos a descobri-lo agora. Esse é um outro dado muito importante no contexto da CPLP, porque a CPLP está muito vinculada à noção de língua, de cultura, de raízes comuns”.

A Língua transporta valores – tem lembrado Adriano Moreira por inúmeras ocasiões, tal como na nossa entrevista gravada (2011): “a língua nunca é neutra , nunca é um instrumento neutro, seja ela qual for. A língua transporta valores. Simplesmente acontece que a língua portuguesa, a meu ver, tem mistura de etnias. Também é mestiça”! Porque – acrescenta Adriano Moreira – “consoante foi falada ao redor da Terra adquiriu valores que são diferentes. Hoje, a língua do Brasil tem valores que nós não temos. Porque eles têm valores ameríndios, por exemplo, têm valores japoneses, valores alemães, italianos, que nós não temos. Mas há valores que são comuns! E eu tenho chamado a isso «a maneira portuguesa de estar no mundo»!

É a tal *originalidade* a que já fizémos referência e que, segundo Adriano Moreira (2011), “mostra que, apesar da guerra colonial, seguida de guerras civis que duraram dezoito anos, de facto criou bastante a ideia de que a guerra era contra o regime português, não era contra o povo português”. Disseram-no igualmente Amílcar Cabral e outros líderes africanos. E isto – prossegue o Presidente da Academia das Ciências – “tem-nos levado, e a mim próprio, a dizer que a língua não é nossa. Também é nossa”!

E embora Adriano Moreira (2011) considere que não se deve olhar para a língua apenas pelos interesses económicos, esse não deixa de ser um dos três aspectos fundamentais “em que a língua não pode ser desconsiderada”. Porque “há um pormenor que não tem sido também avaliado, que é a importância que está a ter a presença da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) nesses países da CPLP, nomeadamente a movimentação de professores e de alunos, as propinas, os livros etc”. Do ponto de vista do ensino, da investigação, por outro lado, Adriano Moreira entende que “já devíamos ter um ERASMUS bem estruturado na CPLP”.

É o caminho que está agora a ser traçado pela AULP. Com uma comissão de trabalho definida no encontro anual que teve lugar em Macau, em 2010, o projecto está a desenvolver-se na perspectiva de poder apoiar a mobilidade de 1500 estudantes e professores do ensino superior dos “oito” da CPLP e de Macau, nos próximos cinco anos. Este *Erasmus Lusófono*, de

acordo com notícias publicadas em vários OCS – durante e após o encontro anual de 2011 em Bragança – vai envolver recursos financeiros na ordem de cinco milhões de euros. E segundo o anterior presidente da AULP, Clélio Campolina – em declarações à *Lusa*, após reunião do CA da Associação (Fevereiro 2011) – o ministério brasileiro da educação poderá participar com 2 milhões de euros. Do encontro de Bragança, o XXI, saiu entretanto um novo CA presidido por João Ferrão, apostado em “repensar o projecto da AULP a nível de mobilidade no espaço internacional”, apesar da crise financeira mundial. A AULP agrega 170 estabelecimentos de ensino superior da CPLP e de Macau e foi fundada em 1986 em Cabo Verde (*RTC*, Setembro de 2011).

Nesta orientação, percebe-se a expressão de Jaime Gama – “temos de passar a investir mais para que o português não nasça de geração espontânea” (*Expresso*). O antigo presidente da Assembleia da República falava em 2010, em Lisboa, no encontro «Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado», no qual defendeu a criação de um dicionário comum aos “oito”, tal como uma gramática cientificamente adaptada das comunidades linguísticas da CPLP.

Exactamente o papel das Universidades, na opinião do Embaixador do Brasil junto da CPLP, Pedro Motta Pinto Coelho (2011), é um papel fundamental: - “A CPLP, hoje, não é apenas *governos*, não são só as estruturas dos Estados. Cada vez mais se percebe uma capilaridade extraordinária, abrangendo a sociedade civil”. Recorda-se que está em regime de instalação no Brasil a UNILAB – Universidade Luso-Afro-Brasileira.

3.1. O PORTUGUÊS É UMA DAS LÍNGUAS “SUPERCENTRAIS”

Por outro lado – e recuperando a citação inicial deste capítulo – um estudo do ISCTE para o Instituto Camões (IC), concluído em 2009, sustenta que “o valor da língua portuguesa é de aproximadamente 17% do PIB”. Uma equipa coordenada por Luís Reto desenvolveu um estudo sobre o *Valor Económico da Língua Portuguesa: Contributos Metodológicos e Empíricos*, utilizando uma metodologia desenvolvida pelo espanhol Martín Municio (2003), tendo chegado à conclusão de que – segundo uma classificação atribuída pelo sociolinguista Louis-Jean Calvet, em obras de 1999, 2002, 2005 e 2006 – o português é uma das línguas

supercentrais, a par do espanhol, do francês, do árabe, do hindi, do mandarim e poucas mais. O inglês ocupa a posição de hipercentral, havendo ainda outras línguas centrais e periféricas.

Apesar do pioneirismo na globalização, a influência da língua portuguesa nunca atingiu a escala a que chegaram o inglês, o espanhol ou o francês, tendo sido necessário “esperar pelo crescimento populacional e pela afirmação económica do Brasil, e em parte das ex-colónias africanas, para que o português encontrasse o seu lugar entre as línguas globais, ultrapassando o francês e disputando espaço ao inglês e ao espanhol” (ISCTE,2009).

De acordo com o mesmo estudo, o número de falantes da língua atinge 3,7% da população mundial e, no que diz respeito aos mega meios de comunicação emergentes proporcionados pela Internet (apud *internetworldstats.com*, 2008) – o português situa-se na oitava posição com tendência a subir. A taxa de crescimento foi a segunda mais elevada logo a seguir à árabe, mesmo tendo em conta que o acesso à Internet se situa abaixo de línguas de países como o Japão, Alemanha, Itália e Coreia.

A metodologia do estudo (idêntica à aplicada em Espanha) teve em conta as perspectivas dos ramos de actividades e a dos produtos nos quais a língua é um componente-chave, como as tradicionais imprensa, rádio, televisão ou as telecomunicações, bem como actividades de suporte:- pesquisa e desenvolvimento de telecomunicações, comutadores de rede de telecomunicação, edição, tradução, processamento de dados. Foram também consideradas (apud Municio,2003) actividades que se encontram estreitamente ligadas como fornecedoras de produtos, tais como a indústria do papel ou o fabrico de rádios e televisores. Como resultado, a equipa do ISCTE, no que diz respeito à economia espanhola, obteve coeficientes de altos níveis – como Impressão (91%), Correio e Telecomunicações (95%) e Educação (82%) – até baixos níveis de conteúdo de língua como a Agricultura (0,6%) ou Electricidade e Gás (0,04%). A nível médio estão Recreio, Cultura e Desporto (40%) e Administração Pública (25%).

Replicando o estudo para a economia portuguesa, subsistiram pequenas diferenças – uma vez que, em Espanha, esteve em análise um total de 70 actividades, contra somente 60 em Portugal. Continuando a seguir o estudo do ISCTE, benéfico pode ser o facto de uma só língua em Portugal poder proporcionar uma maior uniformidade:

FIG.5 - IMPACTO DA LÍNGUA NO PIB.

Quadro 7 - Valor da língua como % do PIB Português

	Coefficiente da língua	PIB	PIB_L
Agricultura, florestas e pescas	0,544%	3.729	20
Electricidade	0,063%	3.816	2
Indústria transformadora	8,699%	21.584	1.878
Construção Civil	0,078%	8.884	7
Serviços de mercado	14,931%	55.011	8.214
Outros serviços	29,297%	46.673	13.674
Total		139.697	23.795
PIB_L		23.794,7	
PIB_L/PIB		17,033%	
Impostos		3.917,2	
PIB_L		27.711,9	
PIB_L/PIB		17,010%	

Fonte: PIB por sector de actividade foi obtido com dados do INE (Instituto Nacional Estatística)

Fonte: Instituto Camões. 2009.

E assim se chega ao valor agregado da Língua Portuguesa – aproximadamente 17% do PIB – um peso mais elevado do que o apurado em Espanha (15%), o que reflecte “a estrutura ligeiramente diferente da economia Portuguesa, na qual o peso relativo das actividades com maior conteúdo de língua é superior ao da economia espanhola no início da década. A diferença registada sugere igualmente o crescimento relativo, ao longo desta década, das actividades de serviços e outras com maior conteúdo do valor da língua”(ISCTE,2009).

3.2. BENEFÍCIOS PARA O UTILIZADOR E VALOR NO MERCADO DE TRABALHO

Este é um outro dos capítulos interessantes do estudo do ISCTE, que apresenta resultados obtidos por meio de questionário aos estudantes de Português no estrangeiro (IC),

sobre as motivações de aprendizagem da língua e sobre as utilizações que dela fazem – não deixando de incluir as expectativas de utilização futura. Salienta, contudo, que – embora o grupo seja uma “referência fundamental no que respeita ao desenvolvimento da língua portuguesa e às políticas que o procuram estimular” – não representa a generalidade da população dos respectivos países.

Os tipos de motivação mais referidos são o trabalho (60%), a comunicação interpessoal (36%) e as aquisições culturais (35%). Mas 29 por cento disseram que estudavam português para obter ou progredir no emprego e ainda 8% para fazer negócios. O estudo, validou as respostas de 1263 indivíduos – na sua maioria alunos do IC no estrangeiro mas também alguns bolseiros e ex-bolseiros e alguns ex-alunos – representando 39 países, desde a CPLP à América do Norte, passando pela Europa Ocidental, Europa de Leste, Ásia e América Latina. 60% dos inquiridos eram do sexo feminino, o estudante mais novo tinha 11 anos e o mais idoso 72 – mas a média ronda os 26 anos de idade.

Foi ainda colocada aos inquiridos do IC no estrangeiro a questão do conhecimento e interesse por personalidades e marcas associadas à língua portuguesa. O estudo do ISCTE(2009) verifica que apenas 15% dos inquiridos não souberam indicar quaisquer personalidades, mas a larga maioria (67%) não mencionou uma só marca.

Os inquiridos *não lusófonos* identificaram um político – Lula da Silva, futebolistas brasileiros e portugueses, Fernando Pessoa e José Saramago e, por último, Luís de Camões. No que diz respeito aos estudantes dos países *lusófonos* (Moçambique, Angola e Guiné-Bissau) as referências estão mais centradas nas respectivas realidades locais – como Lurdes Mutola, Mia Couto, Bonga, Joaquim Chissano e José Eduardo dos Santos.

Relativamente às marcas e quanto aos inquiridos não lusófonos, a pequena percentagem de respondentes identificou a Petrobrás e a TAP, a Sagres e a Superbock, o Pingo Doce e o Millennium BCP. Os estudantes de países africanos lusófonos distinguiram sobretudo a Sonangol, mas também a Soares da Costa e a Portugal Telecom.

Nas considerações finais, o estudo do ISCTE para o IC diz que seria “interessante utilizar este estudo para recolher dados sólidos sobre a imagem de Portugal e da CPLP na

comunidade internacional, ganhando deste modo sinergias e forçando a integração de posturas estratégicas dos vários actores sociais que têm por missão intervir nestes domínios”.

3.3. O “DESAFIO” DE CONTORNAR A “CRISE”...PARA RESPONDER A DESAFIOS DECISIVOS

Nessa perspectiva e tendo em conta a realidade da crise financeira e económica, podem adivinhar-se as dificuldades para concretizar a recomendação. E não é preciso ter presente a actual política de cortes. Basta ver as reduções orçamentais do ano de 2010. Um texto de Manuel Ennes Ferreira, do ISEG, publicado no *Expresso* (2010) refere como o Orçamento afecta a cooperação para o desenvolvimento e a diplomacia económica: - “Fica a saber-se, por exemplo, que a Despesa por Medidas dos Programas, no caso da Cooperação para o Desenvolvimento, cai de 400 mil para 100 mil euros! (p.185); que o Instituto Camões (IC) vê diminuir as suas verbas em 8%; mas, em contrapartida, o Fundo para as Relações Internacionais, que é assim mesmo uma espécie de 'fundo'... aumenta 24% (p.193). Extraordinário, nomeadamente quando comparamos o que deveria ser, ou o que quer ser, a ação do IC!”

Ao arrepio do que, na sua tomada de posse em Janeiro de 2010 (*Expresso*), foi apresentado como valor intocável pela nova presidente do IC, Ana Paula Laborinho: - “Devemos entender a língua como capital estratégico e recurso ímpar que temos de promover em atitude de parceria e envolvimento dos muitos actores que partilham responsabilidades e empenhamento na afirmação do português como língua internacional”. Nessa altura, Ana Paula Laborinho considerava a nova lei orgânica do Instituto Camões, em vigor desde o dia 1 de Janeiro desse ano, como um renovado entendimento do lugar da língua. Ainda nesse ano, curiosamente, as notícias davam conta de um aumento de alunos a estudar português nas escolas dos EUA, ao mesmo tempo que Carlos Lopes – responsável pelo UNITAR (Instituto das Nações Unidas para Formação e Investigação – alertava em Lisboa (Outubro,2010) para a falta de pragmatismo na promoção do português. À margem do Encontro Internacional sobre Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas, na Gulbenkian, Carlos Lopes manifestava o desejo de que, até 2050, o português subisse para o 4º ou 3º lugares no ranking das línguas mais utilizadas na Internet.

Já em 2011, no 15º Colóquio da Lusofonia, em Macau – o linguista e membro da Academia das Ciências de Lisboa, João Malaca Casteleiro afirmava que o português poderia vir a ser língua oficial da ONU nos próximos cinco anos. Isto, num quadro favorável de grande projecção do Brasil no plano internacional com a sua possível entrada no CS das Nações Unidas como membro permanente e na eventualidade de uma tão desejada reforma da ONU.

É este o outro aspecto importante relacionado com a língua – o da política mundial – que Adriano Moreira nos refere na entrevista gravada em 2011: “Nós não teríamos um lugar no Conselho de Segurança (da ONU) se não houvesse um grupo de países de língua portuguesa que fez força para isso. E todos fizeram força também para o Brasil. E julgo que também não teríamos tido um Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, se esses países não definissem essa defesa de interesses”. Uma importância maior, afirma, decorre do facto de todos esses países – integrando Organizações Internacionais – constituírem um “bloco que fala a mesma língua”.

Podemos enquadrar aqui um texto de Paulo Gorjão, Presidente do IPRIS (2011), apontando “Uma estratégia lusófona para a ONU”. O aprofundamento da cooperação entre os países de língua portuguesa ainda tem muito caminho para percorrer, diz Gorjão, na sequência de uma análise anterior sobre Portugal e os PALOP – na qual considerava haver uma estratégia de tenaz incompleta.

Mas no mês de Junho algo se alterou, ou avançou, nesta relação. Paulo Gorjão salienta que “os oito representantes dos países da CPLP na ONU decidiram passar a reunir-se mensalmente, em Nova Iorque, com o objectivo de coordenar – tanto no Conselho de Segurança, como noutras instituições do universo das Nações Unidas – as suas posições em relação a temas de interesse comum (vale a pena lembrar a entrevista de Braga de Macedo à Diplomática! Pg...). O presidente do IPRIS coloca essa coordenação em dois níveis:- mais urgente e menos imediato. No primeiro caso foi já resolvida a importante e renhida eleição do brasileiro José Graziano da Silva para o cargo de Director Geral da FAO – a maior agência da ONU (Lusa/SOL,2011) por 4 votos de diferença. E estão em permanente actualização, voltando ao texto de Paulo Gorjão, os temas relacionados com a Guiné-Bissau e com Timor-Leste, colocando-se agora o desenrolar da candidatura portuguesa ao Conselho de Direitos

Humanos para o triénio 2014-17. No que diz respeito ao nível menos imediato, Gorjão aponta a reforma do CS, a protecção dos global commons ou a institucionalização do português como língua oficial da ONU. Afirma o presidente do IPRIS que “No fundo, o que surpreende na decisão da semana passada não é o facto de ter sido tomada, mas, sim, o facto de só agora ter sido tomada” (2011).

Voltando ao raciocínio de Adriano Moreira (2011), há um terceiro aspecto que está relacionado com a segurança. É uma questão que já mereceu anteriormente destaque, concretamente a propósito da segurança do Atlântico Sul e da eventual liderança que o Brasil deveria assumir, dizendo o Professor que, nas resoluções da Conferência da NATO realizada em Lisboa em Outubro de 2010 – “há uma omissão nos resultados obtidos. Eu acho que é necessário articular a segurança do Atlântico Norte com a segurança do Atlântico Sul. E quando eu digo *articular* não digo integrar...porque no sul não é tudo ocidente! E portanto tem que ser um pouco diferente”. Mas as “poldras que separam o N do S falam português, para além do espanhol”. Basta situar Açores, Cabo Verde, Canárias, Madeira e S.Tomé e Príncipe.

FIG.6 – O “TRIÂNGULO VIRTUOSO” DA CPLP E DA LUSOFONIA



Fonte: <http://www.galizacig.com/avantar/opinion/15-1-2010/2010-perspectivas-para-as-crieses-e-conflitos-nas-relacoes-internacionais>

4. OUTROS “DESAFIOS” QUE SE COLOCAM À LUSOFONIA E À CPLP NA ACTUALIDADE

“Os novos demagogos nada têm de novo ou viável a oferecer a Portugal, a este Portugal que está e estará na Europa, que é não somente Europa, mas uma forma outrora universalizante de uma das componentes de cultura europeia”.

Eduardo Lourenço (1998)

“Nos próximos anos, no contexto das grandes mudanças das duas primeiras décadas do século XXI, os Oito Estados-membros da CPLP demonstrarão a sua vontade, e dela depende o que virá a ser a tendência para o futuro. Neste curto intervalo de tempo, a Lusofonia tem de evoluir para se tornar numa rede de articulação estratégica de projecção global – do ponto de vista cultural, económico, empresarial, social, político e militar”.

Ernâni Lopes (2011)

É nesta divergência de olhares – apesar de muito espaçada no tempo - sobre o presente e o futuro de Portugal no contexto de um mundo globalizado, que deve ser encontrada uma estratégia realista e equilibrada. Não apenas do ponto de vista português, mas dos “oito” no seu conjunto. Para além da expansão da língua e das culturas lusófonas, já presente nos desafios da concertação político-diplomática ao mais alto nível, na ONU, realce para todos os tópicos presentes na citação supra de Ernâni Lopes (pág.49).

É que, como recordava também Simonetta Luz Afonso, no mesmo colóquio internacional sobre Portugal na Transição do Milénio, no âmbito da Expo 98 – onde participaram entre outros o citado Eduardo Lourenço e António Vitorino – “O legado português, que constitui uma constante cultural de todos os tempos, ganha, no presente, uma nova dimensão pois é a chave para a própria sobrevivência humana no futuro”(1998: 16). Por isso, dizia ser necessário reavaliar o exacto lugar de Portugal na Europa e revivificar as suas

tradicionais ligações atlânticas para tentar perceber o seu renovado papel no processo de globalização.

E que vantagens teria Portugal nesse processo? – perguntava António Vitorino. A mais óbvia – dizia – “é a de constituir um meio seguro para pôr fim à sua situação periférica. Através da globalização, o centro pode ser partilhado por todos. A geografia deixa de ser relevante.

4.1. PONTOS CRÍTICOS... DESAFIOS COMPLEXOS

Nesta perspectiva, Adriano Moreira prioriza para meditação e resposta ponderada a circunstância típica da CPLP que é a da “múltipla pertença de cada um dos Estados membros a organizações internacionais especializadas por objectivos, ou, o que mais interessa neste caso, pelas regionalizações que se multiplicam”. Esta múltipla dependência dos Estados da CPLP, salienta, “é um desafio para elaborar políticas coerentes sem experiência passada, em vista de um futuro sujeito a condicionamentos de terceiros, futuros abertos a uma complexidade que torna frágeis todas as prospectivas”(DN).

Depois aparece a “língua” – elemento estrutural da própria designação do grupo. Para Adriano Moreira(DN), a “questão” ortográfica não é a mais importante nem a mais exigente de confrontos. O mais importante, afirma, é aceitar que “a língua não é nossa, também é nossa”, para além do facto de “não ser neutra” – transporta valores !

O que falta, conclui, é “assumir suficientes responsabilidades governamentais pela coordenação e por recursos para dar consistência às obrigações nacionais assumidas, com evidência na área da preservação, implantação, difusão da língua estruturante do tecido cultural de cada comunidade”(DN,2009).

É mais ou menos neste sentido que se pronuncia também Maria Sousa Galito. No seu estudo sobre o Impacto Económico da Língua Portuguesa Enquanto Língua de Trabalho (2006: 7), escreve que «proteger uma língua que pertence a uma “comunidade alargada” [é o caso da CPLP], implica talvez o estímulo de um *mercado* que pode gerar sinergias políticas e económicas». Baseando-se por exemplo em autores como José M.Amaral Jr.(2003) e Silva

Dalmazzone (1999), Galito salienta ainda que «Apostar numa língua, pode também adjuvar à promoção do conhecimento, do comércio e do investimento entre indivíduos, entre povos que nela se expressam abrindo-se, talvez assim, o caminho a externalidades positivas».

É assim que Joel Mata (2009: 13-14) nos apresenta como desafio, à entrada do novo milénio, «saber como consolidar também a cultura nos tão apregoados “240 milhões de falantes”. Reflectir sobre a situação da Lusofonia “oficial” é um imperativo cultural, mas também é preciso chegar às pequenas comunidades dispersas e perdidas nos confins de outras culturas, mas que, até agora, ainda não sufocaram definitivamente a influência portuguesa nos seus costumes e no seu vocabulário».

A língua como desafio – também na opinião do embaixador Pinto Coelho (2011):- “é muito importante conquistar para a língua portuguesa o lugar que ela merece no âmbito internacional, nomeadamente o estatuto de língua de trabalho nas Organizações Internacionais”.

Adriano Moreira, na entrevista gravada (2011), diz que é preciso ainda ter em atenção o “tratamento diferenciado” da língua – pois os interesses, tal como os valores, não são iguais em todo o espaço lusófono. Não atribuindo grande importância ao Acordo Ortográfico (AO) – Pinto Coelho diz que é importante mas não é condição sine qua non, “não pode ser um colete de forças”(2011) – Adriano Moreira afirma que “nós temos que perceber e estudar que é diferente o interesse da língua em Timor, do interesse por exemplo da língua em Macau: porque em Timor é preciso implantar a língua que dá solidez nacional (durante gerações falou-se a língua do inimigo e outros querem que eles falem inglês) e eles dizem – para sermos Timorenses – temos que falar português”.

Portanto, prossegue Adriano Moreira, “Timor é um interesse bem diferente do governo de Pequim ter encarregado o governo de Macau de ter – dirigir – as relações com os países de língua portuguesa para aproveitar a herança portuguesa. Aí, a língua tem interesse diplomático, económico, é diferente. E em cada país da CPLP há interesses diferentes. Em alguns é um problema de integração nacional, como foi no Brasil, ou está a ser em Angola e em Moçambique – outra coisa é o interesse económico, como tem o Japão, por exemplo, onde a Universidade de Sofia (Jesuíta) há já muitos anos tinha quatro Cátedras de português, sendo

brasileiros todos os professores. O aspecto mais importante da língua, portanto, é que pode dar unidade internacional”.

No já citado encontro de 2010 sobre «Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado», o antigo ministro português da Cultura – Manuel Maria Carrilho – afirmou que a CPLP precisa de “efectiva ambição política global”, para o que se torna necessário que os “oito” se devem reencontrar “com as suas raízes históricas mundiais comuns” e “crescer em cosmopolitismo” para “se avançar na lusofonia”. O reencontro está em boa parte por fazer e não deve ser adiado, acrescentou Carrilho, sendo necessário agir em função de “uma visão da lusofonia à altura dos desafios actuais”(Público).

Na opinião de Marcolino Moco (2011), e neste aspecto da ambição política, um grande desafio para a CPLP será também tornar mais autónomo o Secretariado Executivo, muitas vezes “espartilhado” pelas máquinas burocráticas dos Estados-membros, para além de se dever insistir na consolidação da democracia e do desenvolvimento sustentável em Timor-Leste e nos Estados-membros de África.

CONCLUSÃO

Assumindo o risco de alargar o campo de respostas determinadas pela questão de partida e pelas questões prévias que definimos para este trabalho – e sem comprometer a ideia de José Carlos Venâncio de que não se deve confundir CPLP e Lusofonia – pode entender-se que não faria sentido estudar a CPLP sem tentar perceber o alcance da Lusofonia. Se esta é deveras abrangente e global – tanto como conflituosa e polémica – e justifica a existência da outra, é à CPLP que compete definir, politicamente, os melhores caminhos para a preservação, a promoção e a expansão da Lusofonia. Apostando nos valores das culturas dos “Oito” e no prestígio da língua comum. O português é já a quinta língua mais utilizada no mundo e a oitava no âmbito da utilização das TIC. É talvez o maior desafio que se coloca à organização, enquanto objectivo primordial da sua Declaração Constitutiva. A afirmação da língua no seio das Nações Unidas e em muitas outras OI não pode ser travada pela circunstancial ou conjuntural crise financeira e económica mundial. “A CPLP é um projecto demasiado importante para ficar diminuído por aspectos circunstanciais e imediatistas de política internacional” (Lopes, 2011: 107).

A tão desejada e esperada Reforma da ONU – concretamente no que diz respeito ao seu verdadeiro centro de poder, o Conselho de Segurança (CS) – pode constituir um grande impulso, tendo em conta que os interesses do Brasil na sua admissão permanente não deixarão de ser também do interesse dos restantes Estados-membros da CPLP. É no CS que se decidem a estabilidade e a paz – instrumentos essenciais para uma maior cooperação e um maior desenvolvimento, se recordarmos o pensamento de Kofi Anan.

Sem a CPLP – a sigla e os significados que lhe queiram atribuir são irrelevantes – a Lusofonia resistiria? Provavelmente sim, se nos recordarmos que Malaca ainda resiste! Tal como – apesar da ínfima escala – aldeias e nomes cristãos no que foi o antigo Sião, onde ainda se escreve e lê Antunes, Pereira, ou Costa, esquecidos por Portugal ao longo dos anos. Antes e durante as Repúblicas, tragicamente depois da Índia e durante a guerra-colonial, de forma incompreensível após o regresso à democracia – talvez com excepção de Macau, por manifesta estratégia de Pequim.

Mas não é esta ideia de Lusofonia, exclusivamente baseada na língua, que deve interessar os “oito” no futuro. Eduardo Namburete, moçambicano e docente na Universidade Eduardo Mondlane, resume que “a dignificação da lusofonia no momento da globalização significa reconhecer a riqueza cultural que existe nos países que formam a lusofonia”(Sousa, 2006: 109). No fundo, construir uma unidade sólida baseada na diversidade. A multiculturalidade da lusofonia – diz Namburete – é uma rica moeda de troca no mundo cada vez mais globalizado. Mas os factores político-económicos da globalização não podem viabilizar a instituição de uma eventual ideologia lusófona. Brito e Bastos entendem que “A ideia da lusofonia só faz sentido se a concebermos acima das nacionalidades, muito além de qualquer percepção mítica de uma nação, ou de responsabilidade de preservação por parte de outra”(Sousa, 2006: 74). Mas o “acima das nacionalidades” não permite ignorar a realidade política e a definição de objectivos concretos e viáveis. E nesta perspectiva faz sentido a existência de uma entidade política. Para que possa haver vontade política de avançar

Os primeiros quinze anos de existência mostraram uma caminhada lenta e difícil. Mas é possível conceber e prosseguir uma política consistente e duradoura, de consolidação inequívoca ao longo do primeiro quartel do séc. XXI. (Lopes, 2011: 107). Apesar de todo o envolvimento da chamada sociedade civil – membros associados da CPLP – parece não existir ainda maturidade para a tão falada e desejada por muitos, Comunidade de Povos Lusófonos, ideia de certa forma já presente na Declaração Constitutiva, nomeadamente quando os signatários se dizem “Conscientes da oportunidade histórica que a presente Conferência de Chefes de Estado e de Governo oferece para responder às aspirações e aos apelos provenientes dos povos...” e, por fim, “Decidem, num acto de fidelidade à vocação e à vontade dos seus Povos,...”(1996: ver AnexoI).

Em política internacional, nesta época de céleres e profundas mudanças, quinze anos podem não ser tempo suficiente para evitar regressão no processo de consolidação política da CPLP. Mas o seu primeiro Secretário Executivo, Marcolino Moco (2011), considera que a Organização não é um nado-morto, está viva e recomenda-se Contudo, chama a atenção para a necessidade de a CPLP se reformar – especialmente na sua filosofia de actuação e no sentido de a tornar mais visível e mais útil.

E não sendo um nado-morto, a CPLP não é também um produto imaginário nem é uma utopia. Lembrando Lopes (2011: 106), “ a CPLP é uma plataforma institucional que corresponde a uma realidade política (...). A Comunidade representa a expressão política da ideia histórico-cultural da Lusofonia, demonstrando o seu carácter policêntrico – um dos aspectos mais inequívocos e relevantes da CPLP”. De facto, conclui Lopes, “mostra-se como uma verdadeira alavanca potenciadora da função de organização enquanto plataforma global de afirmação daqueles que são falantes de português e de todos e cada um dos Oito”(Lopes, 2011: 106,107).

Para além das dúvidas, entre outros, de José Carlos Venâncio – que critica a falta de financiamento e de vontade política; de Inocência Mata – que salienta não estar a ser a CPLP um instrumento de afirmação internacional; de Carlos Lopes – que esperava já nesta altura ver a língua portuguesa mais utilizada na internet e, no horizonte de 2050, nos 3º ou 4º lugares; e, apesar de podermos considerar ainda a antiga e grande dúvida de Adriano Moreira – será possível construir grandes espaços, baseados no consentimento, na racionalidade e nos interesses comuns, numa concepção de direito internacional, e de direitos e deveres responsabilmente assumidos?; é o próprio Adriano Moreira que vem dizer que a CPLP é uma organização muito original. Porquê? Porque – afirma – “a França, que tem instrumentos de projecção da sua cultura como a Alliance Française, não tem uma CPLP; a Espanha, que tem uma série de países, sobretudo na América Latina, que falam espanhol e tem o Instituto Cervantes – não tem CPLP; a China, actualmente, já tem espalhados por todo o mundo cerca de 300 Institutos Confúcio, mas não tem nenhuma CPLP. Portanto, a CPLP é, de facto, uma originalidade. A reunião de tantos países unidos pela mesma língua como primeiro elemento”(gravação,2011).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Acordos Internacionais

Acordo Ortográfico

Acordos de Parceria UE-África, UE-Brasil, UE-China

Acta constitutiva da CPLP (1996)

Programas de Governo

Programa do XVIII Governo Constitucional de Portugal (2009-2013)

Programa do XIX Governo Constitucional de Portugal (2011-2014)

Programas de Governo de Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S.Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Publicações Oficiais

Actas de Cimeiras da CPLP

Boletins da CPLP

Estatutos da CPLP

Entrevistas

Prof. Doutor Adriano Moreira (2011);

Dr. Pedro Motta Pinto Coelho [Embaixador da Missão do Brasil junto da CPLP] (2011)

Publicações em Série e Periódicas

África 21

África 21 Digital

Convergência Lusíada [Rio de Janeiro, Brasil]

Courrier International

Diário de Notícias

Diplomática – Business&Diplomacy

Estratégia

Expresso

Hoje Macau.

Jornal de Defesa.

Jornal de Notícias

Lusíada. Revista de Relações Internacionais da Universidade Lusíada do Porto.

Nação e Defesa

Notícias [Maputo, Moçambique]

Público

Relações Internacionais-R:I.

Sem Fronteiras [Paraná, Brasil]

Tribuna de Macau

Visão

Sítios da Internet

www.aeiou.expresso.pt

www.aeiou.visao.pt

www.africa21digital.com

www.buala.org

www.centroatl.pt

www.cepese.pt

www.cplp.org

www.dn.pt

www.dw-world.de

www.galizacig.com

www.ieei.pt

www.indexmundi.com

www.ionline.pt

www.ipad.mne.gov.pt

www.ipri.pt

www.iseg.utl.pt

www.janusonline.pt

www.jn.pt

www.jornaldefesa.com.pt

www.jornalnoticias.co.mz

www.jtm.com

www.lusa.pt

www.portalangop.co.ao

www.portugal.gov.pt

www.pt.euronews.net

www.publico.pt

www.sl.acad-ciencias.pt

www.scielo.br

www.sol.sapo.pt

www.timor-leste.gov.tl

www.ueangola.com

www.vermelho.org.br

www//hojemacau.com.mo

www2.mre.gov.br

BIBLIOGRAFIA

Monografias

AAVV. 1997. *Portugal na Transição do Milénio, Colóquio Internacional*. Lisboa: Fim de Século.

- ALMEIDA, Políbio F.A. Valente de. 1994. *Ensaio de Geopolítica*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/Instituto de Investigação Científica Tropical.
- BADIE, Bertrand; SMOUTS, Marie-Claude. 1999. *O Mundo em Viragem*. Lisboa: Instituto Piaget.
- BARROSO, José Manuel Durão. 1995. Portugal – Dez anos de Política de Cooperação. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995.
- BOBBIO, Norberto; *et al.* 2004. *Dicionário de Política*. 12ª edição. Brasília: Universidade de Brasília.
- BONIFACE, Pascal. 2009. *Atlas das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Editora.
- BRITO, Brígida Rocha; *et al.* 2010. *Abrindo Trilhos Tecendo Redes. Reflexões e Experiências de Desenvolvimento Local em Contexto Lusófono*. Lisboa: Gerpress.
- CARNEIRO, José Luís. 2010. *Horizontes. Reflexões Políticas*. Porto: Afrontamento.
- CARVALHO, Virgílio de. 1999. *Elementos de Cultura Histórica, Política, Estratégica e Militar*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- CRAVINHO, João Gomes. 2006. *Visões do Mundo. As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. 2ª edição. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- ENDERS, Armelle. 1997. *História da África Lusófona*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- EPIFÂNIO, Renato. 2010. *A Via Lusófona. Um Novo Horizonte para Portugal*. Sintra: Zéfiro.
- FERNANDES, António José. 2008. *As Relações Internacionais e Portugal*. Lisboa: Prefácio.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa; *et al.* 2008. *A Diáspora Angolana em Portugal: Caminhos de Retorno*. Cascais: Principia.
- FERREIRA, Manuel Ennes. 2010. *Angola e África na Rota de Portugal*. Lisboa: Colibri.

FREIRE, Maria Raquel (Coord.). 2004. *Desafios da Democratização no Mundo Global*. Porto: CEPESE/Afrontamento.

GAMA, Jaime. 1985. *Política Externa Portuguesa 1983-1985*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1985.

GASPAR, Carlos; *et al.* 2010. *Portugal Hoje, Bloqueios & Desafios*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

GODINHO, Vitorino Magalhães. 2010. *Ensaios e Estudos – Compreender o mundo de hoje*. Volume II. Lisboa: Sá da Costa Editora.

GUERRA, João Paulo. 2009. *O Regresso das Caravelas*. Alfragide: Oficina do Livro.

LOPES, Ernâni Rodrigues (Coord). 2011. *A Lusofonia – Uma Questão Estratégica Fundamental*. Lisboa: O Sol é Essencial.

LOPES, Luís Ferreira; SANTOS, Octávio dos. 2006. *Os Novos Descobrimientos*. Coimbra: Edições Almedina.

MARCHUETA, Maria Regina; FONTES, José. 2001. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Fundamentos Político-Diplomáticos*. Instituto Português da Conjuntura Estratégica/Centro de Estudos Orientais da Fundação Oriente.

MATA, Inocência (org.). 2010. *As Múltiplas Faces de um Intelectual*. Lisboa: Edições Colibri.

MATA, Joel Silva Ferreira. 2009. *Lições de História da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

MOREIRA, Adriano. 2005. *Teoria das Relações Internacionais*. 5ª edição. Coimbra: Almedina.

MOREIRA, Adriano (Coordenador). 2005. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Cooperação*. Coimbra: Instituto Português da Conjuntura Estratégica/Almedina.

MOREIRA, Adriano. 2009. *A Circunstância do Estado Exíguo*. 2ª edição. Loures: Diário de Bordo.

- OLF, Martin. 2006. *Porque Funciona a Globalização?*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- PACHECO, Carlos. 2010. *Angola – um gigante com pés de barro e outras reflexões sobre a África e o mundo*. Lisboa: Nova Vega.
- PAGE, Martin. 2008. *A Primeira Aldeia Global – como Portugal mudou o Mundo*. 3ª edição. Cruz Quebrada: Casa das Letras.
- PALMEIRA, José. 2006. *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*. Lisboa. Prefácio.
- SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). 2001. *CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília. IBRI, 2001.
- SILVA, António Neto da. 2007. *O Triplo Conflito*. Odivelas: Booknomics.
- SOUSA, Fernando de (Dir). 2008. *Dicionário de Relações Internacionais*. 2ª edição. Porto: Cepese/Afrontamento.
- SOUSA, Helena (ed.). 2006. *Comunicação e Lusofonia*. Porto: Campo das Letras.
- TELO, António José (Coord.). 2010. *Pilares da Estratégia Nacional*. Lisboa: Prefácio/IDN.
- VASCONCELOS, Tiago. 2009. *A Ascensão da China*. Coimbra: Edições Almedina.
- VIEIRA, Pedro. 2010. *Todos os Portos a que cheguei - Vasco Rocha Vieira*. Lisboa: Gradiva.

Artigos de publicações em série e periódicas

- AMARAL, João Ferreira do. “Vamos ser empurrados para fora da zona euro”. *Público*. (4.07.2011).
- “Angola quer aumentar fronteira marítima para 350 milhas”. *África 21* (Junho de 2011).
- “Brasileiro José Graziano da Silva eleito director-geral da FAO”. *Lusa/SOL*, (26/062011). Disponível em http://sol.sapo.pt/inicio/Economia/Interior.aspx?content_id=22596
- CARDOSO, Fernando Jorge. “Entre Expectativas e Realidades”. Revista *O Mundo em Português*. IEEI. Nº45-47 (Junho, Julho, Agosto de 2003).

- CARLOS, João. “CPLP e OMS juntam-se contra o desperdício”. *África 21* (Junho 2011).
- CARLOS, João. “Crise e medidas de austeridade ameaçam ajuda portuguesa”. *África 21* (Junho 2011).
- CASTELEIRO, João Malaca. 2011. *Português pode ser língua oficial da ONU, considera linguista*. (14 de Abril de 2011). Disponível em <http://noticias.portugalmail.pt/art/2portugues-pode-ser-lingua-oficial-da-onu-considera-linguista>
- CHAVES, Rita. “José Craveirinha, de Mafalala, de Moçambique, do mundo”. Revista *Via Atlântica*, nº3, documento 12, Universidade de S.Paulo – Brasil. Disponível em <http://www.fflch.usp.br>
- CIPRIANO, Carlos. “Vocação Africana dos Estaleiros de Peniche faz ganhar aposta na internacionalização”. *Público* - Economia, (18/07/2011). Disponível em <http://economia.publico.pt/Noticia/vocacao-africana-dos-estaleiros-de-peniche-faz-ganhar-aposta-na-internacionalizacao>
- “Cooperação entre países de língua portuguesa é tema de seminário”. 2003. *Agência Folha*. Disponível em <http://noticias.bol.com.br/destaques/2003/05/29/ult95u75831.jhtm>
- COUTINHO, Isabel. «Carrilho diz que CPLP precisa de “efectiva ambição política global”». *Público*. 25/10/2010. Disponível em http://www.publico.pt/Cultura/carrilho-diz-que-cplp-precisa-de-efectiva-ambicao-politica-global_1462688
- “CPLP: Entrada da Guiné-Equatorial não descredibilizaria organização que “não tem carácter”» *Visão*, (22/07/2010). Disponível em <http://aeiou.visao.pt/cplp-entrada-da-guine-equatorial-nao-descredibilizaria-organizacao-que-nao-tem-carater-reitor-lusofona=f566822>
- CRAVINHO, João Gomes. “A CPLP é muito valiosa”. *JN* online. Declarações – (19/12/2008). Disponível em http://www.jn.pt/paginainicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=1061002
- CUTILEIRO, José. “Globalização”. *Expresso*. (27/02/2010).
- “Ferreira do Amaral defende uso do dinheiro da troika para preparação imediata da saída do euro”. *Jornal Público*. (20/06/2011).
- FERREIRA, Manuel Ennes. 2010. “A Cooperação Externa no OGE”. *Expresso*. (13/11/2010).
- FREIRE, Maria Raquel e BRITO, Rafaela Rodrigues de. “Ensaio Bibliográfico Estudos Sobre Política Externa Portuguesa Após 2000”. *Relações Internacionais R:I*. Nº28, (Dez: 2010: 157-179). IPRI, Tinta da China. Universidade Nova de Lisboa.

GASPAR, Carlos. “A guerra fria acabou duas vezes”. *Nação e Defesa* II, 105. 2003 : 141-176. Disponível em www.ipri.pt

GORJÃO, Paulo. “A NATO e o Atlântico Sul: os (des)entendimentos lusófonos”. *Jornal “i”online*, 16 de Novembro de 2010. Disponível em <http://www.ionline.pt/conteudo/88679-a-nato-e-o-atlantico-sul-os-desentendimentos-lusofonos>

GORJÃO, Paulo. 2011. “Uma estratégia lusófona para a ONU”. *Jornal “i”online*, 7 de Junho de 2011. Disponível em <http://www.ionline.pt/conteudo/128709-uma-estrategia-lusofona-onu>

HONWANA, Luís Bernardo. “Afeiçoar o português à realidade africana”. *Jornal Público*, (1992/11/26).

«Instituto Camões: Nova presidente considera língua portuguesa “capital estratégico”». *Expresso*. (11/01/2010). Disponível em <http://aeiou.expresso.pt/instituto-camoes-nova-presidente-considera-lingua-portuguesacapital-estrategico=f557202#ixzz1Y9qdi3Bu>

“Jaime Gama sugere dicionário, gramática e vocabulário comum a países lusófonos”. *Expresso*. (25/10/2010). Disponível em <http://aeiou.expresso.pt/jaime-gama-sugere-dicionario-gramatica-e-vocabulario-comum-a-paises-lusofonos=f611358>

LANÇA, Marta. “A Lusofonia é uma Bolha”. *Revista Jogos sem Fronteiras – edições Antipáticas*. (Julho de 2008 e 26 de Maio de 2010).

LOPES, Carlos. 2010. «ONU alerta para falta de “pragmatismo” na promoção do português». *Café Portugal* online. (26/10/2010). Disponível em http://www.cafeportugal.net/pages/noticias_artigo.aspx?id=2750

MACEDO, Jorge Borges de. “Portugal na perspectiva estratégica europeia”. *Estratégia*. Lisboa: I.E.E.I., 1988, nº4.

MADEIRA, João Paulo. «Ramalho Eanes: ‘Cooperação entre países lusofonos é estratégica’». *Jornal SOL. Economia*. (13/05/2011). Disponível em http://sol.sapo.pt/inicio/Economia/Interior.aspx?content_id=19155

MAIA, Ana Clarissa Bernardino. 2009. *Uma Recorrente Comunidade Lusófona: Percepções Jornalísticas Brasileiras e Portuguesas Acerca do Processo de Geração e Formalização da CPLP (1989-1997)*. Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/3902/1/2009_AnaClarissaBernardinoMaia.pdf

MATIAS, Vieira. “O mar, elemento relevante no futuro das relações internacionais de Portugal”. *Lusíada*, nº2, 2001. Universidade Lusíada do Porto.

MEDEIROS, Paula Cristina Pacheco. “Lusofonia: discursos e representações”. *O Cabo dos Trabalhos*. Nº1, 2006.

MIYAMOTO, Shiguenoli. “O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº2, Vol.52, Brasília, Julho/Dezembro de 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=-73292009000200002&script=sci_art

MOCO, Marcolino. “CPLP, 15 anos de existência / Défices de utilidade e visibilidade ainda por colmatar”. *Lusomonitor*, (25/05/2011). Disponível em <http://www.lusomonitor.net/?p=113>

MOREIRA, Adriano. “A Crise, A Segurança, A Mudança. Memórias da Academia de Ciências de Lisboa”, revista *Estudos do Século XX*, nº10, Janeiro de 2010, do CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra.

MOREIRA, Adriano. “Do Globalismo à Segurança Humana”. *Diário de Notícias*. 17/08/2010.

MOREIRA, Adriano. “O poder emergente do Brasil”. *Diário de Notícias*, (29/12/2009).

MOREIRA, Adriano. “Pontos críticos da CPLP”. *DN online*, (25/08/2009). Disponível em http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=1344072

MOURA, Vasco Graça. «CPLP é uma espécie de fantasma que “não serve para nada”». *JNonline*. Declarações. (21/07/2010). Disponível em http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=1623135

OLIVEIRA, José Fernando Aparecido de. “CPLP está aquém do idealizado”. *Expresso/Lusa*. (23/01/2009).

PEREIRA, Domingos. “Muita coisa falta fazer para a livre circulação no espaço da CPLP”. (14/06/2011). *Radiotelevisão Caboverdiana online*. Disponível em http://www.rtc.cv/index.php?paginas=21&id_cod=2751

PINHEIRO, Mariana. “A Mágoa que está na Moda”. *Jornal Público*. (11/02/2008).

Revista *Convergência Lusíada*, 23. 1º semestre 2007. Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Brasil. Número especial dedicado ao centenário de Agostinho da Silva (1906-2006). Disponível em http://www.realgabinete.com.br/PortalWeb/LinkClick.aspx?fileticket=TGa8Dm9_BIk%3D&tabid=78&language=en-US

SANTOS, Boaventura de Sousa. “A CPLP vista de África”. *Visão*. (28/07/2010). Disponível em <http://aeiou.visao.pt/a-cplp-vista-de-africa=f567612>

SANTOS, Eduardo Silvestre dos. “Geopolítica Pós-Moderna: Repensar a Geopolítica na Era da Globalização”. *Jornal de Defesa*. (05/02/2006).

SIEGLER-LATHROP, Patrick. “A Crise Financeira – Uma perspectiva. Diplomática”. *Business&Diplomacy*, nº10, (Maio/Agosto 2011): pp. 55-61.

SOARES, Mário. CPLP: «“Razões Mesquinhas e intrigas” afastaram José Aparecido de Oliveira». *Expresso/Lusa*, (15/11/2007).

“Sócrates diz que CPLP atingiu patamar de consolidação institucional”. *África21Digital*. (23/07/2010). Disponível em <http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=10&canal=401>

SOROS, George. «Plano de saída de países da zona euro é "provavelmente inevitável"». *DN/Lusa*, (27/06/2011).

THOMASHAUSEN, André. “África pode ter soluções para a Crise em Portugal”. *Deutsche Welle*, *DW-WORLD.DE*. (04/07/11). Disponível em www.dw-world.de/dw/article/0,,6563926,00.html

TOLENTINO, André Corsino. “A CPLP na encruzilhada”. *Janus*. 2004. Disponível em http://www.janusonline.pt/portugal_mundo/port_2004_2_1_g.html

Vamos celebrar o Dia Europeu das Línguas “in english”?» *Euronews*, (24/09/2010). Disponível em <http://pt.euronews.net/2010/09/24/vamos-celebrar-o-dia-europeu-das-linguas-in-english/>

VENÂNCIO, José Carlos. “A Língua é a Grande Herança da Colonização”. *Jornal Tribuna de Macau online*, 20/06/2006. Disponível em http://www.jtm.com.mo/news/20060620/03local_d05.htm

Sítios da Internet

<http://aeiou.expresso.pt/cplp-esta-aquem-do-idealizado-diz-deputado-jose-fernando-oliveira-filho-do-criador-da-organizacao=f493735>

<http://aeiou.expresso.pt/cplp-raoes-mesquinhas-e-intrigas-afastaram-jose-aparecido-de-oliveira-mario-soares=f167994>

<http://aeiou.visao.pt>

<http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/ensaios.php>

http://economia.publico.pt/Noticia/ferreira-do-amaral-defende-uso-do-dinheiro-da-troika-para-preparacao-imediata-da-saida-do-euro_1499461

<http://gloriainacselis.wordpress.com/2008/04/23/a-lusofonia-e-os-lusofonos-novos-mitos-portugueses>

<http://hojemacau.com.mo/?p=14285>

<http://joaoxms.sites.uol.com.br/>

<http://movv.org/category/movimento-internacional-lusofono/page/3/>

<http://pt.euronews.net>

http://s1.acad-ciencias.pt/files/Mem%C3%B3rias/Adriano%20Moreira/a_moreira_01_2010.pdf

<http://sol.sapo.pt>

<http://www.cepese.pt/portal/investigacao/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/a-importancia-de-aliancas-assentes-nas-similitudes-linguisticas-o-caso-da-cplp> (consultado em 19 de Julho de 2011).

http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ec1/pdf/via03/via03_12.pdf

<http://www.galizacig.com>

<http://www.google.pt/search?sourceid=chrome&ie=UTF-8&q=CPLP+-+Mariana+Villares+Cerqueira+Mota%2C+2009>

<http://www.ionline.pt>

<http://www.ipad.mne.gov.pt>

<http://www.jtm.com>

<http://www.lusa.pt>

<http://www.portalangop.co.ao>

<http://www.scielo.br>

<http://www.ueangola.com>

<http://www.youtube.com>

<http://www2.mre.gov.br>

www.africa21digital.com

www.anagomes.eu/PublicDocs/1b7635e9-ee65-40c4-abdc-420b362b1dba.pdf

www.buala.org/pt/a-ler/a-lusofonia-e-uma-bolha

www.caboverde2016.gov.cv

www.ceis20.uc.pt

www.centroatl.pt/edigest/edicoes/ed15econ.html

www.cplp.org

www.dinheirovivo.pt/Economia/Artigo/cieco005990.html

www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?contend_id...

www.dn.pt/inicio/opiniao

www.dw-world.de

www.expresso.pt

www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=522

www.indexmundi.com (Consultado em 20 de Julho de 2011).

www.ipri.pt/investigadores/biblio.php?idi=3

www.iseg.utl.pt

www.jn.pt

www.jn.sapo.pt

www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=308

www.publico.pt

www.timor-leste.gov.tl

www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=123465&id_secao=8

Working-papers

GALA, Irene Vida. 2003. *Os pilares de atuação da CPLP e os interesses do Brasil*. Disponível em <http://www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/CPLP-Port-3.pdf>

GALITO, Maria Sousa. 2006. *O Impacto da Língua Portuguesa Enquanto Língua de Trabalho*. Outubro de 2006. Disponível em http://www.ciari.org/investigacao/impacto_econ_lingua_portuguesa.pdf

REDONDO, João Vitor da Costa. *A importância de alianças assentes nas similitudes linguísticas: o caso da CPLP*. Cepese, Porto. Novembro de 2008. Disponível em www.cepese.pt/portal.

RIBEIRO, Edgard Telles. Cultura. *Vertente Submersa das Relações Internacionais*. 17 de Abril 2008. Disponível em <http://www.forum.ufrj.br/news/170408.pdf>

ANEXOS

ANEXO I

DECLARAÇÃO CONSTITUTIVA DA CPLP.

Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, reunidos em Lisboa, no dia 17 de Julho de 1996,

Imbuídos dos valores perenes da Paz, da Democracia e do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social;

Tendo em mente o respeito pela integridade territorial e a não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado, bem como o direito de cada um estabelecer as formas do seu próprio desenvolvimento político, económico e social e adoptar soberanamente as respectivas políticas e mecanismos nesses domínios;

Conscientes da oportunidade histórica que a presente Conferência de Chefes de Estado e de Governo oferece para responder às aspirações e aos apelos provenientes dos povos dos sete países e tendo presente os resultados auspiciosos das reuniões de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos Países de Língua Portuguesa, realizadas em Brasília em 9 de Fevereiro de 1994, em Lisboa em 19 de Julho de 1995, e em Maputo em 18 de Abril de 1996, bem como dos seus encontros à margem das 48^a, 49^a e 50^a Sessões da Assembleia-Geral das Nações Unidas;

Consideram imperativo:

- Consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de

Língua Portuguesa, reflectindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação;

- Encarecer a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua Portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum;

- Reiterar, nesta ocasião de tão alto significado para o futuro colectivo dos seus Países, o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos e para a afirmação e divulgação cada vez maiores da Língua Portuguesa.

Reafirmam que a Língua Portuguesa:

- Constitui, entre os respectivos Povos, um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada;

- É um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista;

- É igualmente, no plano mundial, fundamento de uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente;

- Tende a ser, pela sua expansão, um instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais e permite a cada um dos Países, no contexto regional próprio, ser o intérprete de interesses e aspirações que a todos são comuns.

Assim, animados de firme confiança no futuro, e com o propósito de prosseguir os objectivos seguintes:

- Contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica, e, nesse sentido, promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP;

- Incentivar a difusão e enriquecimento da Língua Portuguesa, potenciando as instituições já criadas ou a criar com esse propósito, nomeadamente o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP); Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

- Incrementar o intercâmbio cultural e a difusão da criação intelectual e artística no espaço da Língua Portuguesa, utilizando todos os meios de comunicação e os mecanismos internacionais de cooperação;

- Envidar esforços no sentido do estabelecimento em alguns Países Membros de formas concretas de cooperação entre a Língua Portuguesa e outras línguas nacionais nos domínios da investigação e da sua valorização;

- Alargar a cooperação entre os seus Países na área da concertação político-diplomática, particularmente no âmbito das organizações internacionais, por forma a dar expressão crescente aos interesses e necessidades comuns no seio da comunidade internacional;

- Estimular o desenvolvimento de acções de cooperação interparlamentar;

- Desenvolver a cooperação económica e empresarial entre si e valorizar as potencialidades existentes; através da definição e concretização de projectos de interesse comum, explorando nesse sentido as várias formas de cooperação, bilateral, trilateral e multilateral;

- Dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos sectores da investigação científica e tecnológica com vista a uma crescente valorização dos seus recursos humanos e naturais, bem como promover e reforçar as políticas de formação de quadros;

- Mobilizar interna e externamente esforços e recursos em apoio solidário aos programas de reconstrução e reabilitação e acções de ajuda humanitária e de emergência para os seus Países;

- Promover a coordenação das actividades das diversas instituições públicas e entidades privadas, associações de natureza económica e organizações não-governamentais empenhadas no desenvolvimento da cooperação entre os seus Países;

- Promover, sem prejuízo dos compromissos internacionais assumidos pelos Países Membros, medidas visando a resolução dos problemas enfrentados pelas comunidades imigradas nos Países Membros, bem como a coordenação e o reforço da cooperação no domínio das políticas de imigração;

- Incentivar a cooperação bilateral e multilateral para a protecção e preservação do meio ambiente nos Países Membros, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável;

- Promover acções de cooperação entre si e de coordenação no âmbito multilateral para assegurar o respeito pelos Direitos Humanos nos respectivos Países e em todo o mundo;

- Promover medidas, particularmente no domínio pedagógico e judicial, visando a total erradicação do racismo, da discriminação racial e da xenofobia;

- Promover e incentivar medidas que visem a melhoria efectiva das condições de vida da criança e o seu desenvolvimento harmonioso, à luz dos princípios consignados na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança;

- Promover a implementação de projectos de cooperação específicos com vista a reforçar a condição social da mulher, em reconhecimento do seu papel imprescindível para o bem estar e desenvolvimento das sociedades;

- Incentivar e promover o intercâmbio de jovens, com o objectivo de formação e troca de experiências através da implementação de programas específicos, particularmente no âmbito do ensino., da cultura e do desporto.

Decidem, num acto de fidelidade à vocação e à vontade dos seus Povos, e no respeito pela igualdade soberana dos Estados, constituir, a partir de hoje, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Feita em Lisboa, a 17 de Julho de 1996

Fonte: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=48>

ANEXO II

ÓRGÃOS DA CPLP E SEU FUNCIONAMENTO

A **Conferência de Chefes de Estado e de Governo** reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por 2/3 dos Estados membros. Este órgão, integrado pelas autoridades máximas dos oito países, é a instância deliberativa superior da Organização. Como é regra em todas as instâncias deliberativas da CPLP, as suas decisões são sempre tomadas por consenso.

O **Conselho de Ministros** é constituído pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos oito países membros e reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por 2/3 dos Estados membros. O Conselho de Ministros responde perante a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, a quem deve apresentar os respectivos relatórios. O Conselho de Ministros elege, entre os seus membros, um presidente de forma rotativa, por mandato de um ano.

Tanto a Conferência de Chefes de Estado e de Governo quanto o Conselho de Ministros são hospedados, em carácter rotativo, por um dos Estados membros, que organiza os respectivos eventos em cidade de destaque, no mês de Julho, o mês da criação da CPLP.

A Assembleia Parlamentar é o órgão que reúne as representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respectivos países. A Assembleia Parlamentar da CPLP foi instituída pelo XII Conselho de Ministros, em Novembro de 2007.

O Comité de Concertação Permanente reúne-se, ordinariamente, em Lisboa, na sede da CPLP, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. O Comité é coordenado pelo representante do país que detém a presidência do Conselho de Ministros.

O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem por incumbência implementar as decisões dos três órgãos deliberativos (Conferência, Conselho e Comité). É

dirigido pelo Secretário Executivo, alta personalidade de um dos países membros, eleito rotativamente por um mandato de dois anos, que pode ser renovado uma única vez. O cargo é ocupado por Domingos Simões Pereira, da Guiné-Bissau, desde a VII CCEG decorrida em Julho de 2008, em Lisboa. O Secretário Executivo é auxiliado nas suas funções pelo Director-Geral, cargo ocupado, desde Janeiro de 2008, por Hélder Vaz Lopes, de nacionalidade guineense.

As Reuniões Ministeriais Sectoriais são constituídas pelos ministros e secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados membros. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as acções de concertação e cooperação nos respectivos sectores governamentais.

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. É coordenada pelo representante do país que detém a Presidência do Conselho de Ministros. Compete-lhe assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade. Os Pontos Focais da Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por 2/3 dos Estados membros.

Os fundos do Secretariado Executivo da CPLP são provenientes das contribuições dos Estados membros, mediante quotas fixadas pelo Conselho de Ministros. A CPLP dispõe também de um Fundo Especial, dedicado exclusivamente ao apoio financeiro das acções concretas efectuadas no quadro da Organização. Este Fundo é alimentado por contribuições voluntárias de entidades públicas e privadas e está submetido a Regimento próprio.

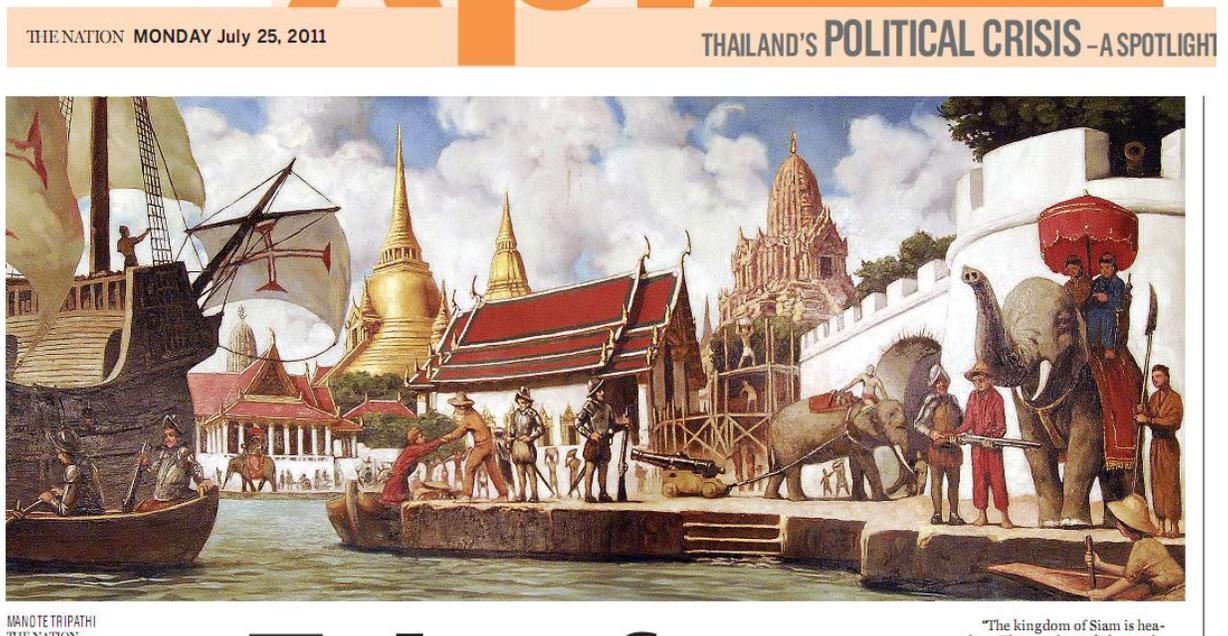
No caso das acções aprovadas no âmbito das Reuniões Ministeriais, estas serão financiadas por fontes a serem identificadas por esses órgãos.

Fonte: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=250>

ANEXO III

JORNAL *THE NATION*, BANGKOK

[sobre 500 anos de amizade Portugal&Tailândia, um “pequeno contraste” com as *hipersensibilidades* observadas no chamado “espaço da CPLP” por ocasião dos 500 anos das Descobertas]



MANOTE TRIPATHI
THE NATION

“The kingdom of Siam is hea-

MANOTE TRIPATHI
THE NATION

The Portuguese were the first Europeans to enter Ayutthaya in 1511. Today, five centuries on, Thailand and Portugal are the closest of friends, so much so that a Thai pavilion is about to be constructed in the heart of Lisbon to celebrate the five centuries of diplomatic ties.

Yet many Portuguese today are decidedly ignorant about Thailand. Generalities abound, with many believing that Bangkok is in Indochina, bamboo is everywhere, the city is criss-crossed with rivers and canals, and the movie “Tears of the Black Tiger” is great.

Tales from ‘Xarnauz’

“The kingdom of Siam is heathen. The people, and almost the language, are like those of Pegu. They are considered to be prudent folk of good counsel. The merchants know a great deal about merchandise. They are tall, swarthy men, shorn like those of Pegu. The kingdom is justly ruled. The king is always in residence in the city of Odia. He is a hunter. He is very ceremonious with strangers; he is more free and easy with the natives.”

Pires wrote that there were very few Moors in Siam. The Siamese did not like them. There were, however, Arabs, Persians, Bengalese, many Kling, Chinese and other nationalities. And all the Siamese trade was on the China side, and in Pase, Pedir and Bengal. The Moors were in the seaports and obedient to their own lords, and constantly made war on the Siamese.

Morbey asserts that of all for-

Things were even worse in the 15th century just before the Portuguese landed ashore in Ayutthaya. They had been given the

PORTUGAL & THAILAND



500 YEARS OF FRIENDSHIP

name of the country by their Arab traders and informants and told that Siam was in fact called Xarnauz (from the Persian word *Shahr-i-nao* meaning "new city"). Our capital Odia was ruled by a Christian king. Its distance from Calicut was 50 days with a good wind. The King could muster 20,000 fighting men and 4,000 horses and owned 400 war-elephants. Xarnauz had lots of spices

When the Portuguese set sail in search of spices, the name they were given for Siam simply meant 'new city'



eigners in Ayutthaya, the Portuguese were well liked by Siamese kings including King Mongkut (Rama IV) of the Bangkok period. The historian notes Rama IV's satisfaction with the Portuguese settlement in his land.

"When the great wars happened, which ruined Ayuthia, the ancient capital of this Kingdom, all the European residents in Siam abandoned the country, with the exception of Portuguese," King Mongkut wrote in one of his speeches.

Morbey observes that in general, the Portuguese residents in Siam were Eurasian Christians whose cultural background was heavily based on the Portuguese language and the Catholic Roman religion.

In 1729, 38 years before the fall of Ayutthaya, 12 Portuguese families lived in Bangkok, in the Rosary Bangle, says Morbey. Siam saw the Portuguese as its

and benzoin, worth three cruzados the frazila, as also much aloe, worth 25 cruzados the frazila.

Portuguese historian and former cultural counsellor of the Portuguese embassy in Bangkok, Jorge Morbey came across these facts while researching the history of Siam-Portuguese relations. Together with Thai historians, Morbey unveiled his findings at the recent conference on "500 Years of Thai-Portuguese Relations" organised by the Portuguese Embassy and the Fine Arts Department at the Trang Hotel in Bangkok.

The interest in Siam and other eastern kingdoms was part of Portugal's grand scheme of finding maritime trade routes to the East. It was not easy to take the land routes, which were controlled by the Ottomans.

In 1497, King Manuel sent four ships to the East in search of spices. The captains were Vasco da Gama, his brother Paulo and Nicolao Coelho. Vasco da Gama himself did

PORTUGUESE EXPLORERS mapped out their first settlement in Ayutthaya. It's still there. Their first arrival is depicted in an artist's impression, top.

not sail beyond the Indian seas, but his expedition (1497-99) was recorded in a trip itinerary written by Alvaro Velho, a crew member of da Gama's fleet, which referred to Siam as "Xarnauz".

A clearer image of Siam was to come from the 16th-century Portuguese author Tome Pires (1465-1524), an apothecary to Prince Afonso, son of King John II of Portugal. He mentioned Siam at length in his landmark account of his Malay-Indonesia travels entitled "Suma Oriental" ("Summa of the East, from the Red Sea up to the Chinese"), which was written while he was in Malacca and India between 1512 and 1515.

He went to India in 1511 invested as "factor of drugs", the Eastern commodities that were an important ele-



NATION/THOES SHIPHANTHA

ment of what is generally called "the spice trade". In Malacca and Cochin he avidly collected and documented information from the Malay-Indonesia area, and personally visited Java, Sumatra and Mahuku.

The first comprehensive European description of the Portuguese East and Malaysia, the book covers a lot of ground: historical, geographical, ethnographic, botanical, economic and commercial.

dose allies because they were mercenaries in the Siamese army in important wars. It's hard to find out how many Portuguese soldiers were in the Ayutthaya army when the city fell. But Morbey notes that there were 79 Portuguese names in the army of King Taksin of Thonburi.

Others were shipbuilders, merchants and translators, areas useful to Siam's foreign and trade affairs.

The first king of the Bangkok period, Rama I, in a letter to Portugal's Queen D Maria I in 1786, expressed his gratitude for Portuguese support in Siam's battles with Burma. In that letter, the king asked to buy 3,000 rifles from the Governor of Goa.

The governor of Goa sent not just weapons to Bangkok, but shipbuilders and carpenters and more consuls.

Their descendants still remain in Bangkok. These days they are known for their fine creations of Thai-Portuguese desserts.



FOLLOWING IN THE FOOTSTEPS OF GUSTAV MAHLER WITH SOMTOW

Fonte: *The Nation*, 2011